U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

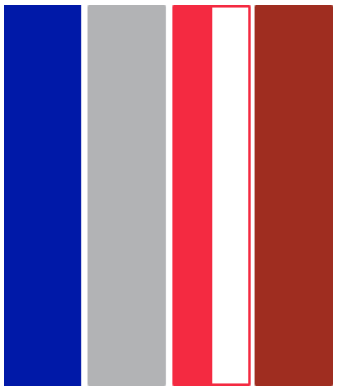
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
[RAMO MEDIA E JORNALISMO]

Política Nacional no Telejornal da RTP1 no Portugal Pós-Revolucionário

Vasco Monteiro Amarante Ferreira

M

2026



Vasco Monteiro Amarante Ferreira

Política Nacional no Telejornal da RTP1 no Portugal Pós-Revolucionário
Da iniciativa presidencial ao Bloco Central

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação, orientada pela Professora Doutora Suzana Cavaco

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2026

Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

Dedico este trabalho aos que viveram estes tempos, aos interessados pela história do Portugal Democrático e da Comunicação Social nacional, sobretudo a Televisão e aos futuros estudantes e profissionais das Ciências da Comunicação, apelando a esses, como os que já são, a unirem na demanda por um Informação genuinamente isenta, pluralista e sem lugar para o discurso de ódio e...

À memória de

Francisco Pinto Balsemão

(1937-2025)

Sumário

Declaração de honra / *Declaration of Honour* 6
Agradecimentos 7
Resumo 8
Abstract 9
Índice de Ilustrações 10
Índice de Tabelas 10
Índice de Gráficos 12
Lista de abreviaturas e siglas 13
Introdução 15
1.Enquadramento Histórico 18
1.1. Os primeiros 35 anos da Radiotelevisão Portuguesa 18
1.2. As relações entre a RTP e o Poder Político entre 1979 e 1985. 26
2.Revisão da Literatura 43
2.1. Teoria do *framing*/enquadramento 43
2.2. Teoria do Agenda Setting/Agendamento 46
2.3. Teoria do Gatekeeping 48
2.4. Medição de tendência/viés nos media 49
3.Opções metodológicas 51
4.Apresentação e discussão dos resultados 57
4.1. "Política Nacional" e outras temas 57
4.2. Tempo dedicado à "Política Nacional" 61
4.3. Subtemas/assuntos do tema "Política Nacional" 62
4.4. Framing/enquadramento 65
4.5. Visados: os partidos políticos 70
4.6. Visados: Situação vs. Oposição 73
4.7. Tom 74
5.Considerações Finais 83
Referências Bibliográficas 85
Fontes 93

Anexos 94
Anexo 1 - Exemplos de alinhamentos do Telejornal: 94
Anexo 2 - Exemplo de texto-pivot 105
Anexo 3 - Exemplo de documento anexo a peça: 106
Anexo 4 - Exemplo de texto-off: 107
Anexo 5 - Exemplos de estatísticas de emissão: 108

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de partes da presente dissertação.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this dissertation.

Porto, 24 de setembro de 2026 / *Porto, 24 of September of 2026*

Vasco Monteiro Amarante Ferreira

Agradecimentos

A concretização desta dissertação não teria sido possível sem o apoio indispensável de um certo número de pessoas às quais dou os sinceros agradecimentos.

À minha família, sobretudo aos meus pais, por me motivarem e me incentivarem em concluir esta dissertação.

À minha orientadora, Professora Suzana Cavaco, pelo indispensável apoio e orientação.

Aos funcionários do sector de Museologia e Documentação da Gestão do Património e do Arquivo Audiovisual da RTP, com especial menção para Manuel Lopes (que recentemente deixou a RTP) e Joana Henriques. O primeiro por ter me cedido a documentação essencial para a realização desta dissertação e a segunda por me ter dado a disponibilidade de consultar nos arquivos certas peças jornalísticas, um programa que não podia ser colocado online por questões de direitos e alguns genéricos do Telejornal.

Ao ex-jornalista da RTP Vítor Pereira por ter me desmitificado as circunstâncias da sua saída da RTP para a TDM em 1984.

E aos meus amigos e colegas por acreditarem nas minhas capacidades em fazer esta dissertação.

Resumo

A RTP nasce durante a ditadura. A sua condição de empresa mista (juntando capitais públicos e privados) não impediu que fosse usada durante quase vinte anos como poderoso instrumento de propaganda política desse regime. A transformação em empresa pública em 1975 também não a livrou a RTP das acusações de estar sujeita a manipulação e governamentalização.

O presente estudo propõe-se compreender em que medida o noticiário do serviço público de Televisão transmitido em horário nobre transmitiu a proximidade ao poder político.

Propõe-se responder, recorrendo à análise de conteúdo, às seguintes perguntas-de-partida: Que espaço ocupava a Política Nacional no principal serviço noticioso do serviço público de televisão no Portugal pós-revolucionário? Quais os principais "*frames*" atribuídos à política nacional? Há desequilíbrios no binómio Situação vs. Oposição nesse tratamento noticioso?

Para responder às questões de partida, foram analisadas 2342 peças referentes a 132 edições do Telejornais transmitidos em 1979, 1981 e 1984, durante os V, VIII e IV governos constitucionais, presididos por Maria de Lurdes Pintasilgo (independente), por Francisco Pinto Balsemão (Aliança Democrática); e por Mário Soares (Bloco Central), respetivamente.

Pretende-se com este estudo contribuir para um melhor conhecimento do jornalismo político televisivo no Portugal pós-revolucionário.

Palavras-chave: Televisão; Telejornal; RTP; Democracia; Política Nacional

Abstract

RTP was formed during the dictatorship. Its condition as a mixed company (combining public and private capital) didn't prevent it from being used for almost twenty years as a powerful instrument of political propaganda. The transformation into a public company in 1975 also did not free RTP from accusations of being subject to manipulation and government control.

The following study proposes to comprehend in which degree the public service television's prime time newscast showed proximity to political power.

It proposes to answer the following questions using content analysis: What space did National Politics occupy in the main news service of public television in post-revolution Portugal? Which are the main frames attributed to national politics? Is there bias in the Situation vs. Opposition binominal in the news treatment?

To answer these questions, 2342 articles extracted from 132 editions of "Telejornal" broadcast in 1979, 1981 and 1984 were analyzed. The time periods correspond to the V, VIII and IX Constitutional Governments, headed, respectively, by Maria de Lurdes Pintasilgo (Independent), Francisco Pinto Balsemão (Democratic Alliance) and Mário Soares (Central Bloc).

The study aims to contribute to a better understanding of Political TV Journalism in post-revolution Portugal.

Key-words: Television; Television News; Portugal; Democracy; National Politics

Índice de Ilustrações

Figura 13- 1ª página do alinhamento do Jornal RTP1 de 29 de setembro de 1979 94
Figura 14- 2ª página do alinhamento do Jornal RTP1 de 29 de setembro de 1979 95
Figura 15- 1ª página do alinhamento do Telejornal de 15 de outubro de 1979 96
Figura 16- 2ª página do alinhamento do Telejornal de 15 de outubro de 1979 97
Figura 17- 1ª página do alinhamento do Telejornal de 22 de setembro de 1981 98
Figura 18- 2ª página do alinhamento do Telejornal de 15 de setembro de 1981 99
Figura 19- 1ª página do alinhamento do Aqui e Agora de 19 de setembro de 1981 100
Figura 20- 1ª página do alinhamento do Telejornal de 23 de setembro de 1984 101
Figura 21- 2ª página do alinhamento do Telejornal de 23 de setembro de 1984 102
Figura 22- 1ª página do alinhamento do Telejornal de 5 de outubro de 1984 103
Figura 23- 2ª página do alinhamento do Telejornal de 5 de outubro de 1984 104
Figura 24- Texto-Pivot da notícia de abertura do Telejornal de 5 de outubro de 1984 105
Figura 25- Documento correspondente a peça do Telejornal de 5 de outubro de 1984 106
Figura 26- Off de peça do Jornal RTP1 de 29 de setembro de 1979 107
Figura 27- Página do relatório estatístico da emissão da RTP1 de 10 de setembro de 1979 108
Figura 28- Página do relatorio estatistico da emissao da RTP1 de 27 de setembro de 1981 109

Índice de Tabelas

Tabela 1- Telejornal, entre 1 de set e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984 52
Tabela 2- Temas do Telejornal, entre 1 set. e 15 out., em 1979, 1981 e 1984 58
Tabela 3- Duração temporal das peças de "Política Nacional" (com contabilização de tempo) 62
Tabela 4- Tempo média da "Política Nacional" por dias de semana (com contabilização de tempo) 62
Tabela 5- Os subtemas de “Política Nacional” que pontuaram quatro ou mais vezes em 1979 63
Tabela 6- Os subtemas de “Política Nacional” que pontuaram quatro ou mais vezes em 1981 64
Tabela 7- Os subtemas de “Política Nacional” que pontuaram quatro ou mais vezes em 1984 65
Tabela 8- O framing de "Política Nacional" no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, nos três anos (1979, 1981 e 1984) 65

TABELA 9- COMPOSIÇÃO DO *FRAME* "CONFLITO" DO TEMA "POLÍTICA NACIONAL" NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 67
TABELA 10- COMPOSIÇÃO DO FRAME "INTERESSE HUMANO" DO TEMA "POLÍTICA NACIONAL" NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 68
TABELA 11- COMPOSIÇÃO DO FRAME "CONSEQUÊNCIAS ECONÓMICAS" DO TEMA "POLÍTICA NACIONAL" NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984..... 68
TABELA 12- COMPOSIÇÃO DO FRAME "MORALIDADE" DO TEMA "POLÍTICA NACIONAL" NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 69
TABELA 13- COMPOSIÇÃO DO FRAME "ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE" DO TEMA "POLÍTICA NACIONAL" NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984..... 70
TABELA 14- ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS VISADAS NAS PEÇAS DE "POLÍTICA NACIONAL", NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 73
TABELA 15-DURAÇÃO TEMPORAL DAS PEÇAS DE "POLÍTICA NACIONAL" REFERENTES À SITUAÇÃO E À OPOSIÇÃO 74

Índice de Gráficos

FIGURA 1- EVOLUÇÃO DIÁRIA DA QUANTIDADE DE PEÇAS DO TELEJORNAL, ENTRE 1 SET. E 15 OUT., EM 1979, 1981 E 1984 53

FIGURA 2- FREQUÊNCIA ACUMULADA DOS TEMAS DO TELEJORNAL ENTRE 1 SET. E 15 OUT., EM 1979, 1981 E 1984 57

FIGURA 3- NÚMERO DE PEÇAS DE "POLÍTICA NACIONAL" E DE "POLÍTICA INTERNACIONAL" NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SET. E 15 OUT., EM 1979, 1981 E 1984 58

FIGURA 4- EVOLUÇÃO DA FREQUÊNCIA DIÁRIA DO TEMA "POLÍTICA NACIONAL" DAS PEÇAS DO TELEJORNAL, ENTRE 1 SET. E 15 OUT., EM 1979, 1981 E 1984 60

FIGURA 5- EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DIÁRIA DO TEMA "POLÍTICA NACIONAL" DAS PEÇAS DO TELEJORNAL, ENTRE 1 SET. E 15 OUT., EM 1979, 1981 E 1984 61

FIGURA 6- O *FRAMING* DE "POLÍTICA NACIONAL" NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, NOS TRÊS ANOS (1979, 1981 E 1984) 66

FIGURA 7- EVOLUÇÃO DO FRAMING DE "POLÍTICA NACIONAL" NO TELEJORNAL, 1979-1984 (ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO DE 1979), EM % 67

FIGURA 8- FREQUÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS VISADAS NAS PEÇAS DE "POLÍTICA NACIONAL", NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 71

FIGURA 9- TOM DAS PEÇAS DE "POLÍTICA NACIONAL", NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 75

FIGURA 10- TOM REFERENTE À "SITUAÇÃO" E À "OPOSIÇÃO" DAS PEÇAS DE "POLÍTICA NACIONAL", NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 76

FIGURA 11- TOM REFERENTE À "SITUAÇÃO" DAS PEÇAS DE "POLÍTICA NACIONAL", NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 77

FIGURA 12- TOM REFERENTE À "OPOSIÇÃO" DAS PEÇAS DE "POLÍTICA NACIONAL", NO TELEJORNAL, ENTRE 1 SETEMBRO E 15 DE OUTUBRO, EM 1979, 1981 E 1984 78

Lista de abreviaturas e siglas

AD ..... Aliança Democrática

ANOP ..... Agência Noticiosa Portuguesa

AOC..... Aliança Operária Camponesa

ASDI ..... Ação Social Democrata Independente

CAP ..... Confederação de Agricultura e Pescas

CDS ..... Partido do Centro Democrático Social

CG ..... Conselho de Gerência

CGTP ..... Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

CIP..... Confederação Industrial Portuguesa

CNE ..... Comissão Nacional de Eleições

EBU ..... European Broadcasting Union

EP..... Empresa Pública

FP-25..... Forças Populares 25 de Abril

FRS..... Frente Republicana e Socialista

FSP ..... Frente Socialista Popular

Inf/2 ..... Informação/2

MDP/CDE..... Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

MIRN/PDP ..... Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Partido da Direita Portuguesa

MSD ..... Movimento Social Democrata

OCMLP..... Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa

OUT..... Organização Unitária de Trabalhadores

PCP ..... Partido Comunista Português

PCP (m-l)..... Partido Comunista Português (Marxista-Leninista)

PC (R) ..... Partido Comunista (Reconstruído)

PCTP/MRPP ..... Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

PPD ..... Partido Popular Democrático

PPM ..... Partido Popular Monárquico

PR ..... Presidente da República

PREC ..... Processo Revolucionário em Curso

PS..... Partido Socialista

PSD ..... Partido Social-Democrata

PSR..... Partido Socialista Revolucionário

RTP ..... Radiotelevisão Portuguesa ou Rádio e Televisão de Portugal

TJ ..... Telejornal

UDP ..... União Democrática Popular

UEDS..... União da Esquerda para a Democracia Socialista

UER ..... União Europeia da Radiodifusão

Introdução

Dois anos após o 25 de Abril de 1974, realizaram-se as primeiras eleições legislativas, tendo o PS sido o partido mais votado (com 34,87% dos votos), mas sem maioria parlamentar: PS com 107 deputados; PPD com 73; CDS com 42; PCP com 40; e UDP com 1 (Comissão Nacional de Eleições, 1976). Mário Soares foi o Primeiro-Ministro democraticamente eleito. Em dezembro de 1977, a Assembleia da República rejeitou uma moção de confiança e o governo caiu. Soares foi indigitado para presidir ao segundo Governo Constitucional. Porém, o acordo de incidência governamental e parlamentar entre o PS e o CDS durou apenas sete meses (entre janeiro e julho de 1978). Seguiram três "governos de iniciativa presidencial" de duração ainda mais curta: o primeiro encabeçado por Nobre da Costa (independente), entre agosto e setembro; o segundo por Mota Pinto (PPD/PSD), entre outubro e junho de 1979; e o terceiro por Maria de Lurdes Pintasilgo (independente), entre agosto de 1979 e janeiro de 1980. Este último representou a primeira e, até à data, única vez que uma mulher desempenhou o cargo de Primeira-Ministra em Portugal. A Aliança Democrática (coligação de três partidos PPD/PSD, CDS, PPM recém-formada) opôs-se a esse V Governo Constitucional, formado com o propósito de governar o país em gestão e de preparar o ato eleitoral intercalar (já que a Constituição previa o fim da I Legislatura para outubro de 1980) para a Assembleia da República que Ramalho Eanes convocou juntamente com a dissolução da mesma após a queda do Governo Mota Pinto. A AD venceu essas eleições intercalares de dezembro de 1979, alcançando a maioria absoluta ao conquistar (juntamente com os votos do PPD/PSD dos Açores e da Madeira, onde concorreu isolado) 128 dos 250 lugares do hemiciclo (Comissão Nacional de Eleições, 1979). Todavia, Francisco Sá Carneiro que liderava o VI Governo Constitucional faleceu num trágico acidente aéreo a 4 de dezembro de 1980, dois meses depois das eleições em que a AD renovou a maioria absoluta (a 5 de outubro) e reforçou a sua representação parlamentar para o total de 134 deputados (Comissão Nacional de Eleições, 1980). Três dias depois (a 7 de dezembro) Ramalho Eanes venceu as Presidenciais, com 56% dos votos, face ao candidato da AD, General Soares Carneiro (Comissão Nacional de Eleições, 1980). Francisco Pinto Balsemão liderou o VII e VIII governos constitucionais, entre 1981 e

1983. Nas eleições de 25 de abril de 1983 o PS venceu com maioria simples. Os mandatos foram distribuídos: 101 do PS; 75 do PPD/PSD; 44 da APU; e 30 do CDS (Comissão Nacional de Eleições, 1983). Mário Soares, que fora empossado como Primeiro-Ministro do primeiro Governo Constitucional, regressou à governação, desta vez para liderar um Governo de coligação PS e PPD/PSD (o Governo do "Bloco Central"). O IX Governo Constitucional estendeu-se até 1985.

Em 1976, a Assembleia da República ratificou a decisão do I Governo Constitucional de solicitar a adesão de Portugal à CEE. O pedido formal de integração foi feito a 28 de março do ano seguinte. Depois de oito anos de negociações, o Tratado de Adesão de Portugal à CEE é assinado a 12 de junho de 1985 juntamente com o de Espanha e os dois países ibéricos passaram a ser membros efetivos do mercado comum europeu a partir de 1 de janeiro de 1986.

A RTP contava com quase 20 anos de existência quando o Estado Novo foi derrubado em abril de 1974. Com o novo regime, sofreu alterações, sendo nacionalizada uma semana depois do 25 de Novembro de 1975 (Decreto-Lei nº 674-D/75). As acusações de pressões política sobre a informação eram frequentes.

O presente estudo propõe-se analisar a cobertura jornalística da política nacional feita pelo serviço público de Televisão no período pós-revolucionário. Quais os principais "*frames*"? Há desequilíbrios no binómio Situação vs. Oposição nesse tratamento noticioso?

Para responder a estas questões, recorreu-se à análise de conteúdo do principal serviço noticioso da RTP: o Telejornal da RTP1, transmitido diariamente em horário nobre. O período de análise incide sobre os anos de 1979, 1981 e 1984, durante os V, VIII e IV governos constitucionais presididos, respetivamente, por Pintasilgo (independente), Balsemão (AD); e Soares (Bloco Central). Este último foi, na perspetiva de Francisco Rui Cádima, o período de maior manipulação e governamentalização da televisão (Santana, 2005) e dos média em geral depois do pós-revolução (Cádima, 2022, p. 51).

Esta dissertação começa por traçar os primeiros 35 anos da Radiotelevisão Portuguesa, desde a sua pré-génese até ao aparecimento das televisões privadas. Faz depois uma

breve contextualização histórica das relações entre a RTP e o poder político entre 1979 e 1985. No capítulo referente ao enquadramento teórico, presta-se especial atenção à teoria do *framing*. O capítulo seguinte é referente à opção metodológica que norteia esta investigação. O último capítulo, antes das considerações finais, é dedicado à apresentação e discussão de resultados.

O autor decidiu escolher este tema devido ao seu gosto pelo período de consolidação da Democracia em Portugal a seguir ao PREC e pela evolução daquele que é o mais antigo programa da televisão portuguesa ainda no ar: o Telejornal.

Pretende-se com este estudo contribuir para um melhor conhecimento do jornalismo político televisivo no Portugal pós-revolucionário.

1. Enquadramento Histórico

1.1. Os primeiros 35 anos da Radiotelevisão Portuguesa

Em julho de 1954, o Grupo de Estudo de Televisão, criado no ano anterior no âmbito do Gabinete de Estudos de Ensaios da Emissora Nacional, dá por concluído o relatório "A Televisão em Portugal" que reportava o estado deste novo meio de comunicação e a oportunidade de sua introdução no nosso país (Silva & Teves, 1971, pp. 100-104). Esse relatório, que se complementava com uma relação dos trabalhos já efetuados pela emissora estatal de rádio, foi de algum modo encorajado por um despacho, com data de janeiro de 1954, do então ministro da Presidência Costa Leite que delimitava o estudo (mas sem passar ainda à implantação) da hipótese de uma concessão única e utilizável por várias entidades, conciliando a vantagem de "aproveitar a iniciativa privada com a unidade que parece imposta pelo custo e natureza do empreendimento" (Silva & Teves, 1971, pp. 98-99).

Meio ano depois, em janeiro de 1955, o sucessor de Costa Leite na pasta de Presidência, Marcello Caetano, nomeia uma comissão para estudar toda a questão da introdução da Radiotelevisão em Portugal e em agosto de 1955, é publicado o relatório final, complementado por um projeto de Decreto-Lei. No relatório, lê-se que "a Televisão devia ser explorada por uma empresa de economia mista de preferência a um Serviço de Estado". O decreto-lei nº 40341, publicado a 18 de outubro de 1955, promovia a constituição, pelo Governo, de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, carente da concessão exclusiva do serviço público de televisão em território nacional num espaço de 20 anos prorrogáveis por períodos de 10, com facilidade de resgate após a primeira década.

A 15 de dezembro de 1955, é constituída a empresa RTP – Radiotelevisão Portuguesa S.A.R.L., concessionária de serviço público de Televisão. O capital é aberto num montante de 60 milhões de escudos tripartido entre o Estado Português, as empresas privadas e o público em geral (Silva & Teves, 1971, p. 105), sendo o Conselho de Gerência composto por três administradores: um nomeado pelo Estado, outro a representar as emissoras privadas de radiodifusão e um último em nome dos interesses do público

subscritor (Silva & Teves, 1971, pp. 107-108). Em 16 de abril de 1956, na primeira sede da empresa, na Rua São Domingos de Lapa, Lisboa, decorre a cerimónia da abertura das propostas das maiores empresas da Europa e dos Estados Unidos na área da eletrónica para fornecimento de material essencial para produção e emissão de Televisão (Silva & Teves, 1971, p. 111).

A 4 de Setembro de 1956, dá-se início à primeira série de emissões experimentais da RTP que se prolongaram até ao fim do mês (com as quartas-feiras servindo-se de dia sabático para emissões), a partir de um estúdio instalado na Feira Popular de Lisboa, no Parque da Palhavã (onde pouco tempo depois se instalara lá a Fundação Calouste Gulbenkian). A primeira emissão, introduzida pelos locutores Raul Feio e Maria Armanda Falcão (a futura jornalista Vera Lagoa, fundadora do semanário "O Diabo") às 21h30, foi preenchida com uma apresentação do presidente do Conselho Administrativo, Monsenhor Lopes da Cruz; um filme-documentário sobre Tesouros da Ourivesaria; uma Revista Desportiva onde Lança Moreira entrevista o ciclista Alves Barbosa e apresenta filmes da Volta a Portugal em Bicicleta e demonstração de ténis de mesa pela equipa do Sport Lisboa e Benfica; um filme-documentário sobre Lisboa com o título "A alma duma cidade"; um programa musical, "Música e Artistas" e por fim um jornal de atualidades filmadas seguido de um Comentário às notícias do dia pelo jornalista Barradas de Oliveira (Silva & Teves, 1971, pp. 122-124).

No mês seguinte, um antigo estúdio de cinema com cerca de 300 metros quadrados na freguesia do Lumiar é alugado e, a partir de logo, adaptado para televisão (Silva & Teves, 1971, pp. 137-138). Uma nova série de emissões de ensaio técnico teve início a 3 de dezembro, constituídos inicialmente por slides e programas filmados e, com entrada em funcionamento das câmaras em fevereiro, também com intervenções de continuidade de emissão. Foi a 15 do mesmo mês que foram realizadas as primeiras edições de serviços de Informação Diária da RTP: Um Noticiário de 5 minutos lido por locutores diante de uma câmara (um segundo canal de câmara entrou em funcionamento, entretanto) seguido de um Jornal de Atualidades em filmes com a duração de 10 minutos. A informação teria logo três dias depois a sua primeira grande prova de fogo

quando teve de cobrir a visita oficial da rainha Isabel II de Inglaterra ao nosso País (Silva & Teves, 1971, pp. 139-140; 146-152).

Finalmente, a 7 de março de 1957, deu-se início às emissões regulares da Radiotelevisão Portuguesa, a primeira destas emissões (que não correu tão bem como esperado) iniciou-se por volta das 21h30 com o indicativo da RTP seguido de apresentação do programa da noite pela locutora Maria Helena seguido de declarações do chefe dos Serviços de Programas, Domingos de Mascarenhas. Às 21h40 foi para o ar o primeiro programa a sério, uma emissão de variedades com o genérico "Canções a Granel", apresentado por Raul Solnado e com atuações de Maria de Lurdes Resende, Rui de Mascarenhas e o Conjunto Domingos Vilhaça. 20 minutos depois, Noticiário apresentado por Gomes Ferreira e Luís Arnaut Pombeiro com o Jornal de Atualidades logo a seguir. Às 22h30, a seguir a um curto intervalo, Lança Moreira apresenta uma rubrica de Desporto, Miradoiro, sucedida pela exibição de um filme-documentário sobre "A TAP por dentro". Por fim, antes da despedida de Maria Helena às 23h30 e depois de "Os Enganos do Amor", meia hora de bailado ao som de Tchaikovsky, foi emitido um serviço com as Últimas Notícias (Silva & Teves, 1971, pp. 154-157).

A 9 de fevereiro de 1958 é emitida a primeira reportagem de exterior em direto da RTP: A cobertura de um jogo amistoso de futebol no Estádio José Alvalade entre o Sporting de Portugal e o Áustria de Viena onde os leões em casa golearam os vienenses por quatro bolas a zero. (Teves, 1998, p. 87)

Em 1959, a RTP torna-se membro efetivo da União Europeia de Radiodifusão (EBU-UER). Os serviços informativos diários sofrem duas alterações de figurino durante este ano: Em maio, o "Jornal de Atualidades Internacionais" dá lugar ao "O que vai pelo mundo", descrito como uma "Revista dos acontecimentos internacionais", enquanto os restantes ("Noticiário", "Jornal de Atualidades Nacionais" e "Últimas Notícias") conjugaram-se no "Jornal RTP" ("Atualidades nacionais e internacionais e últimas notícias") (Rádio e Televisão, 1959). A 18 de outubro, os dois são substituídos pelo "Telejornal", com duas edições diárias (1ª edição, de 30 minutos, às 20h30 e 2ª edição, de 10 minutos, às 23 horas) (Teves, 1998, p. 100; Rádio e Televisão, 1959). Recorde-se que a nível da Informação, a RTP era utilizada como um "aparelho técnico e discursivo e um

instrumento auto-censório e propagandístico" pelo então regime do Estado Novo com a finalidade de garantir a sua legitimidade e longevidade (Cádima, 2024, p. 64; Cádima, 1996, pp. 407-408) e que a legislação em vigor também impedia a Oposição de dar cara e voz na televisão (Cavaco, 2024). Dois dias mais tarde, é feita a emissão inaugural dos Estúdios do Porto, situados junto ao Emissor do Monte da Virgem, em Vila Nova de Gaia.

1960 foi o ano das primeiras transmissões vindas do estrangeiro: De Espanha com apoio da TVE, chega-nos as imagens em direto da final da Taça Mundial de Hóquei em Patins, no qual Portugal, pela terceira vez consecutiva, vence ao derrotar a anfitriã. De Bilbau veio depois um programa de variedades e de Madrid e Barcelona, três partidas de futebol, tudo isto antes do primeiro direto do estrangeiro chegado à RTP por via da rede da Eurovisão: O casamento de Balduíno I, rei da Bélgica, com D. Fabíola. A 23 de julho de 1962 realizou-se a primeira emissão transatlântica de televisão em direto, garantida pelo satélite Telstar I e a RTP mostrou a Portugal essas imagens vindas dos EUA (Teves, 1998, pp. 107-108).

1963 foi o ano da primeira transmissão para a rede da Eurovisão: as meias-finais da Taça dos Campeões Europeus entre o laureado Sport Lisboa e Benfica e o Feyernoord de Roterdão (8 de maio) (Teves, 1998, p. 108) e da inauguração da Ponte da Arrábida (22 de junho), evento que leva a que a redação e emissão do Telejornal fossem temporalmente, e pela primeira vez, mobilizadas para Gaia. (Teves, 1998, p. 128) A necessidade de espaços mais amplos para produção de programas recreativos levou que a RTP alugasse um dos estúdios pertencentes à Tobis Portuguesa, o agora desaparecido Estúdio Cotinelli Telmo. Foi neste mesmo estúdio que, a 2 de fevereiro de 1964, foi realizado o I Grande Prémio TV da Canção Portuguesa (atual Festival da Canção), para eleger a canção que representasse a Radiotelevisão Portuguesa no IX Concurso Eurovisão da Canção Europeia, a realizar-se a 21 de março daquele ano na capital dinamarquesa de Copenhaga. A canção eleita acabou por ser "Oração", interpretada por António Calvário que acabaria por ser uma das 3 entradas no concurso europeu a receber votação nula. 1964 também foi o ano da entrada em serviço do primeiro Gravador de Videotape (registo magnético de imagem e som) da RTP, dando alívio à produção de alguns programas, e do início das emissões das TV's Escolar e Educativa,

que no ano seguinte dariam lugar ao Curso Unificado de Telescola (Silva & Teves, 1971, pp. 168-169).

A entrada em funções do Emissor do Mendro a 1 de dezembro de 1965 garantiu à RTP uma ligação permanente à Eurovisão. Todos os meios de exteriores e mais outros concedidos pelas emissoras de Espanha e França foram necessários para que se mostrasse ao país e ao estrangeiro imagens da inauguração da Ponte sobre o Tejo (primeiro batizada de "Salazar" e depois de "25 de Abril") em agosto de 1966 e da primeira visita de um Sumo Pontífice Católico (Papa Paulo XI) ao nosso País por alturas do 50º aniversário da primeira aparição de Fátima, o que justificou a presença do Papa nas celebrações da efeméride na Cova da Iria. Foi também nesse mês de maio de 1967 em que se transmitiu em direto, para 23 países a partir do Estádio Nacional do Jamor, a final da Taça dos Clubes Campeões Europeus onde os escoceses do Celtic FC venceram os milaneses do Inter (Silva & Teves, 1971, pp. 166-167).

No dia de Natal de 1968 iniciam-se em regime experimental e apenas a partir de emissor UHF instalado no topo da torre de Monsanto, as emissões de um II Programa diário de emissões, em outras palavras, um segundo canal. Em preparação para o início deste projeto, foi construído de raiz o Estúdio D, um espaço pequeno (6 por 9 metros), mas pouco maior do já existente há nove anos Estúdio B (com uma área de quase 40m2), e pensado para servir os mesmos fins do último: emissões de Telejornais, intervenções de continuidade, apresentações, entrevistas, palestras, etc., mas para a emissão de ambos os canais (Teves, 1998, pp. 151-152). Em junho de 1969, regista-se a adesão permanente da RTP ao Serviço de Intercâmbio de Notícias da Eurovisão (EVN) dando a possibilidade do Telejornal apresentar no próprio dia imagens dos principais acontecimentos da atualidade internacional. No mês seguinte, a primeira aventura do Homem em solo lunar, a missão Apolo 11, foi seguida por uma larga emissão conduzida pelo jornalista José Mensurado num ano sobretudo marcado pelo Zip Zip, primeiro programa da RTP com plateia ao vivo (Silva & Teves, 1971, pp. 180-181).

A 25 de maio de 1970 o I Programa passa a emitir também à hora do almoço (entre as 12.45 e as 14.20) de segunda a sexta-feira (Teves, 1998, pp. 174-175) e durante o último

trimestre, os emissores do Monte da Virgem e de Montejunto passam a emitir também em UHF (2º canal).

472 anos depois de Alvares Cabral ter descoberto o Brasil e 138 dias antes do 150º aniversário do Grito de Ipiranga, a RTP realiza, no Rio de Janeiro, o seu primeiro direto a partir do estrangeiro: A cerimónia solene da transladação dos restos mortais do orador do tal grito de "Independência ou Morte!", Imperador D. Pedro I (que depois foi Rei D. Pedro IV de Portugal) (Teves, 1998, p.180). Nesse mesmo ano de 1972, a 6 de agosto, iniciaram-se as emissões da RTP Madeira (Teves, 1998, pp. 178-179).

Às três da manhã de 25 de abril de 1974, tropas da Escola Prática de Administração Militar, afetas ao Movimento das Forças Armadas, ocupam os estúdios da RTP no Lumiar. As forças contrarrevolucionárias no Emissor de Monsanto acabaram por ceder por volta das seis horas da tarde, o que levou que a emissão fosse de início proveniente das instalações de Vila Nova de Gaia, que já estavam sobre total controlo do MFA. Foi às 18h41 que Fernando Balsinha surgia dos Estúdios de Lisboa a dar a informação que o MFA tomara total controlo da rede de emissores da RTP e anuncia para breve uma emissão especial de Telejornal. Logo a seguir, Fialho Gouveia, ao lado de Balsinha, lê os comunicados divulgados pelo movimento que tinha o objetivo de libertar a nação portuguesa de um regime que a oprimia há largas décadas, apelando à serenidade de seus cidadãos, à disponibilidade dos médicos e à assunção de responsabilidades pelas forças de ordem que ainda não se tinham rendido ao MFA. Seguiram-se uma série daqueles que foram os primeiros Telejornais em liberdade e desprovidos de censura prévia, intercalados com gravações de música erudita, variedades e um programa da série "Povo que Canta". No último desses noticiários, foram apresentadas reportagens da ocupação dos estúdios e da revolução nas ruas, sem esquecer a leitura pela locutora do Porto Manuela de Melo da proclamação da Junta de Salvação Nacional. Finalmente, foi às 1 e 26 da madrugada de 26 de abril que tal Junta, encabeçada pelo General António de Spínola, apresentou-se ao País a partir do Estúdio A do Lumiar, fechando-se a emissão a seguir, passada meia hora (Teves, 1998, pp. 195-204).

Um mês após a revolução, a RTP vê suspensa a sua concessão e o serviço de radiotelevisão passa a ser gerido pelo Governo. Com Portugal entrando num novo status

quo, de democracia, a programação da RTP passa a emitir programas que introduzem os cidadãos à nova realidade e a informação nacional começa a surgir e em catadupa, grandes exigências que levam à aquisição dos primeiros equipamentos de videoreportagem.

No primeiro aniversário da Revolução dos Cravos realizou-se o primeiro ato de sufrágio universal no nosso País, as eleições para a Assembleia Constituinte. A RTP dedicou o fim-de-semana de 26 e 27 de abril de 1975 quase solenemente a uma larga emissão, conduzida no Lumiar por Joaquim Letria (os dois outros pontos centrais eram os Estúdios do Porto e a Fundação Gulbenkian) e coordenada por Carlos Cruz, dedicada à apresentação dos resultados que vinham chegando. O ato acaba por ser o evento mais solicitado pelo estrangeiro, ultrapassando as duas transmissões de maio de 67. A RTP recorreu a equipamento de televisão a cores fornecido pela Sociedade Francesa de Produção para a realização de unilaterais para 28 países (Teves, 1998, pp. 221-222) .

A 10 de agosto de 1975 iniciaram-se as emissões da RTP Açores (Teves, 1998, pp. 229-231) e 8 dias após a intentona de 25 de novembro, a Radiotelevisão Portuguesa é nacionalizada e passa de Sociedade Anónima a Empresa Pública (Teves, 1998, p. 227).

A 21 de março de 1976 entra em operações o Estúdio 4 do Lumiar, pensado para a emissão e produção de programas da Direção de Informação como o Telejornal e os especiais dedicados aos três atos eleitorais ocorridos naquele ano: Legislativas (25 de abril), Presidenciais (27 de junho) e Autárquicas (12 de dezembro). Foi durante as primeiras que a emissão foi, por duas horas, a cores. Tudo graças a equipamento de sistema PAL cedido pela emissora alemã federal ZDF (Teves, 1998, pp. 237-240).

Em 1978 são criadas as direções de programas das RTP 1 e 2. Os dois canais tornam-se assim, pela primeira vez, complementares, concorrentes e alternativos a cada um, sobretudo no campo da informação (Teves, 1998, pp. 263; 265-269).

A 7 de março de 1980 as emissões dos dois canais nacional da RTP passam a emitir, parcialmente, a cores. A cor começou no primeiro canal às 19h50m, com o Telejornal sendo o primeiro programa colorido, mas o grande destaque daquela noite foi a finalíssima do Festival RTP da Canção/1980. Num ano marcado pelos Jogos Olímpicos de

Moscovo, por eleições para S. Bento e Belém e pela tragédia aérea que vitima o primeiro-ministro Sá Carneiro e o ministro da defesa Amaro da Costa três dias antes das Presidenciais, a programação passa a ser toda a cores a 2 de novembro (Teves, 2007).

As emissões de fim-de-semana da RTP2 passam a ser da parcial responsabilidade da RTP Porto a partir de 27 de junho de 1981 e a 15 de outubro do mesmo, as emissões dos dias úteis do mesmo canal acabam também por ser, em parte, asseguradas pelo mesmo Centro de Produção, que é contemporaneamente reforçado com um estúdio-auditório no Centro Social da Paróquia de Nevogilde (freguesia da Foz do Douro, Porto) (Teves, 2007).

O ano XXV de emissões regulares da RTP foi muito rico em acontecimentos. Em maio de 1982 a televisão acompanha a primeira visita do Papa João Paulo II ao nosso país e estreia a primeira telenovela produzida em Portugal, Vila Faia, quebrando um quase-monopólio de cinco anos pertencente à brasileira TV Globo que se iniciou com "Gabriela". A 18 de outubro, a RTP torna-se na primeira emissora da Europa Ocidental com um período de emissão matinal, a partir das 8 horas (Teves, 2007).

A cobertura do primeiro Grande Prémio de Portugal realizado no Autódromo do Estoril acabou por ser distinguida pela Associação dos Construtores da Fórmula 1 como a melhor do Campeonato de 1984 (Teves, 2007).

Em 1986, entra em operações o Centro de Emissão no edifício-sede da RTP (desde 1979) na Avenida 5 de Outubro. O progresso começa a 5 de maio com a passagem dos serviços de continuidade de emissão dos canais, com o segundo canal transmitindo parte da emissão do canal pan-europeu Europa TV (um projeto que teve fim prematuro em novembro), em finais de junho, transita para lá a informação, passando a dispor de novas redações e estúdios próprios e a inauguração formal dá-se a 8 de outubro (Ibidem). O Centro de Produção de Lisboa, composto pelos Estúdios do Lumiar, passa a ser exclusivo para produção, bem como o Cinema Europa e um núcleo de produção infantojuvenil na Rua Francisco Bahia. Mas os pequenos espaços de trabalho que dispunha levavam muito a desejar e o projeto de um novo Centro de Produção (que não

acaba por se materializar, apesar de terem sido feitas maquetas), pensado na produção de televisão em alta-definição, volta a ser prioridade (Teves, 2007).

A 18 de Junho de 1987, o Telejornal é pela primeira vez emitido a partir do estrangeiro, mais precisamente na cidade onde se instala o Parlamento Europeu, Estrasburgo, França. Isto trinta dias antes dos portugueses votarem os seus deputados não só para a Assembleia da República, como também para o Parlamento Europeu (Teves, 2007).

Uma larga reestruturação na empresa, a 18 de setembro de 1989, leva à criação das Direções (Programas + Informação) dos Canais 1 e 2 e um ano mais tarde, a Lei da Televisão é revista (nº58/90 de 7 de setembro), atribuindo à RTP a concessão de Serviço Público de Televisão por um prazo de 15 anos, futuramente renovável para igual período. A Taxa de Televisão é extinta no princípio de 1991 e a pose da rede de emissores nacionais é transferida para a recém-criada Teledifusora de Portugal a 8 de abril do mesmo ano (Teves, 2007).

Com Vítor Coelho sucedendo Coelho Ribeiro na Presidência do Conselho de Gerência em fevereiro de 1992, mês em que são atribuídas as concessões de Televisão Privada à SIC e à TVI, o organograma da empresa é novamente alterado com a unificação das Direções dos dois canais numa Direção-Coordenadora de Programas e Informação, encarregue não só gerir as emissões e programação dos canais nacionais, como também as da RTP Internacional, que tiveram início a 10 de junho (Teves, 2007).

1.2. As relações entre a RTP e o Poder Político entre 1979 e 1985.

Durante a administração de João Soares Louro, iniciada em março de 1978, criaram-se direções de programas próprias para os dois canais nacionais (Ordens de Serviço nºs 14/78 de 7 de abril e 58/78 de 31 de agosto) e reestruturou-se a Direção de Informação nos Serviços Informativos da RTP1 e a Subdireção de Informação da RTP2, dependentes das anteriores (Ordem de Serviço nº 59/78 de 7 de setembro). Tudo isto com o objetivo de criar dois canais autónomos, concorrentes e complementares e direcionados a audiências-alvo distintas, o primeiro canal, como canal de maior audiência e cobertura,

visava atingir as massas e as classes menores enquanto o segundo canal olhava para as minorias e as elites como um serviço mais sofisticado (Cerveira, 2004).

O telejornal diário da RTP2, Informação/2, apostava inicialmente num modelo mais analítico do que o Jornal da RTP1. Selecionava certos assuntos do dia e contextualizava-os, procurando tanto suas causas como suas consequências. Para isso, recorria à reportagem, à entrevista, à correspondência no estrangeiro entre outros métodos. Informação/2 acabava por fugir aos cânones da informação da altura, primeiro porque o poder político não lhe punha a influência que exercia aos jornais da RTP1, dando assim liberdade aos jornalistas de fazer e enquadrar o alinhamento do jornal com base nos acontecimentos que achavam ser de maior importância (Souto, 2021), chegando mesmo a entrar em conflito com a RTP1 para conseguir uma entrevista em primeira mão (Fernandes, 2002).

No entanto, permaneciam as lutas de poder entre células partidárias dentro da RTP para controle daquele que já era o maior veículo de comunicação em Portugal, lutas que, depois do 25 de abril, tiveram seu auge durante o PREC (Proença, 2022, p. 172). A RTP2 era acusada por uns de ser próxima da direita e por outros de pró-esquerda, até ao ponto de ser usada a expressão de "canal vermelho" (Souto, 2021) por um dirigente da CAP (Santana, 2005). Em entrevista à revista TV Guia (1979), Hernâni Santos, primeiro Subdiretor de Informação da RTP2, nega tais acusações por contrariarem a condição de jornalistas que ele e sua equipa detinham e que desejavam continuar a deter. Enquanto isso, o presidente da Comissão Administrativa, Soares Louro, defendia uma RTP mais independente e neutral em termos de orientação política de seus serviços de informação e de que "o Governo devia acabar sua influência sobre estes mesmos" (Agee & Traquina, s.d., p. 121). António Mega Ferreira, pivot e coordenador do jornal em 1979 em depoimentos num debate sobre Televisão no Pós-25 de Abril no programa "Clube de Jornalistas", recorda que a intromissão do poder naquela altura era mais "difusa", que existiam mais contrapoderes do que poderes dentro da redação e que a pressão política não era sentida lá, apesar de essa existir sobre o presidente da Administração da emissora (Santana, 2005).

A RTP, desde a sua nacionalização após o 25 de novembro de 1975 (Decreto-Lei 674-D/75), era presidida por uma comissão de cinco administradores nomeados pelo governo (Cádima, 2022, p. 47). Apesar da proximidade de Soares Louro a Francisco Sá Carneiro, chefe do VI Governo Constitucional empossado a 3 de janeiro de 1980, o ministro-adjunto Pinto Balsemão passou-lhe a informação de que era entendimento do Governo, que Soares Louro tinha a disponibilidade de sair com um pedido de demissão e assim o fez. Sob nomeação do executivo, sucede-lhe no cargo Vítor Cunha Rego, que logo define a RTP como um "aparelho ideológico do Estado". Anos mais tarde, o próprio esclareceu que a RTP, sob este conceito marxista, "não podia atacar o Governo para além de certos parâmetros, porque entraria numa contradição humanamente impossível" (Cerveira, 2004). Fernando Lopes é afastado da direção de programas do segundo canal, passando este a estar tal como a do primeiro sob a direção de Carlos Cruz. No entanto, isto não implicou o fim de autonomia entre ambos. Ainda assim, os Departamentos de Informação da 1 e da 2 passaram a estar sob a direção e coordenação de Faustino Fialho de Oliveira, a fim de ficarem "mais rentáveis no que tocasse a equipamentos e equipas", segundo o próprio, a fim de evitar situações em que equipas de ambos os canais mobilizassem para cobrir um certo acontecimento, situações ao qual ele considerava "não terem sentido" (Cerveira, 2004). Com Carlos Cruz a assumir solenemente a Direção-Coordenação de Programas, o Departamento de Informação da RTP1 passaria a ser dirigido por José Eduardo Moniz, enquanto na RTP2, Joaquim Letria (que sucede a Hernâni Santos em finais de 1979 quando esse último assume a chefia do semanário Expresso) deixa o cargo equivalente (Ordem de Serviço nº10/80, de 7 de março) pois, nas palavras de Fernando Lopes, "a sua presença naquele lugar não era do interesse da RTP" (Expresso, 1980). O lugar de subdiretor do Departamento de Informação/2 ficou assim, vago e Carlos Pinto Coelho assume a chefia dos serviços de Informação na companhia de dois adjuntos: Joaquim Amaral Marques (para os noticiários) e Miguel Sousa Tavares (para as atualidades) (Ordem de Serviço nº12/80, de 19 de março). Letria seria colocado juntamente com Maria Elisa (recém-regressada à RTP após ter servido de porta-voz ao governo Lurdes Pintasilgo), mais António Mega

Ferreira e José Júdice (que eram até então os pivots e coordenadores de Informação/2) num Gabinete de Projetos Especiais (Ordem de Serviço nº10/80, de 7 de março).

No entanto, a experiência de Cunha Rego como Presidente da Comissão Administrativa da RTP não foi agradável e, portanto, efémera. O próprio reconhecia que não tinha as caraterísticas e aptidões necessárias para exercer o cargo (Carvalho, 2022, p. 166). Chegava a ser desrespeitado e insultado por funcionários que cruzaram com ele e alarmava que na empresa reinava uma autêntica anarquia (Carvalho, 2022, p. 166). Vítor Cunha Rego demite-se em julho de 1980 para integrar a direção da campanha da AD para as Eleições Presidenciais no final do ano, mas antes teve tempo para assinar um Acordo de Saneamento Económico-Financeiro com o Governo que estava em negociações desde pouco depois da tomada de pose de Soares Louro (Cerveira, 2004). Também foi na sua Gerência que foram criados os Conselhos de Redação dos dois canais e que tiveram lugar duas controvérsias: Primeiro, deu-se o corte das relações entre a RTP e produtoras terceiras e segundo, relacionado um pouco com o primeiro, a Administração cancela uma série de programas produzidos em honra dos 400 anos da morte de Camões, o que foi entendido pela oposição como um "vil ato de censura" (Cádima, 2008). O semanário Tempo divulgou que as razões para tal decisão deveram-se a que os tais programas iam desde questões de orçamento até à denegrição da imagem de Camões e a época que viveu. Também Cunha Rego apresentou-se, numa comunicação televisiva, a 6 de junho, para justificar o cancelamento do Ano Camões e para denunciar a existência de produtoras particulares exteriores aos interesses da RTP que queriam fundos e equipamento da emissora para fazer programas e filmes mais à conveniência delas (Cádima, 2008). O comunicado coincidiu com o pedido do PS ao Parlamento de um inquérito à Televisão (Portugal Hoje, 1980).

Com a saída de Cunha Rego, Sá Carneiro convida para sucessor o advogado e ex-ministro da Comunicação Social Daniel Proença de Carvalho, que acaba por aceitar, sob as condições de exercer o cargo em total independência do Governo, com a companhia de conhecidos seus na administração e com o apoio institucional do Primeiro-Ministro, servindo-se este como interlocutor no executivo (Carvalho, 2022, pp. 165-167).

Ao tomar posse em julho de 1980, Proença depara com uma RTP ultrapassada no tempo, cheia de prejuízos de grande dimensão e acumulados, elevados custos de produção, poucas horas de emissão diária em ambos os canais e um clima de tensão vindo das lutas de poder internas. A palavra torna-se logo a de resolução de todos esses problemas bem como a isenção e pluralismo na informação e a subida das audiências. (Carvalho, 2022, pp. 167-170)

Tanto Carlos Cruz como Fialho de Oliveira discordaram de reformas pretendidas pela nova Comissão Administrativa, que pouco tempo depois seria rebatizada de Conselho de Gerência, e demitem-se. Proença então dirige o convite a Maria Elisa para assumir a Direção de Programas e acaba por ser aceite pela jornalista apesar dos dois não se conhecerem mutuamente até então. Foi uma escolha que Proença pediu luz verde a Sá Carneiro, já que receava que nomear a ex-assessora de Lurdes Pintasilgo seria mal visto pela AD. Para Diretor-Coordenador de Informação, nomeia José Manuel Duarte Figueiredo, jornalista que trabalhou sob sua direção no Jornal Novo e até então assessor para a Informação do Primeiro-Ministro (Carvalho, 2022, pp. 168-169). Este último facto faz com que a decisão fosse contestada tanto fora como dentro da RTP, com os conselhos de redação acusando de "uma falta de credibilidade à Informação" (Portugal Hoje, 1980). Em retrospetiva, Proença relembra que a redação da RTP2, na altura que entrou para a RTP, estava tomada por jornalistas que mostravam um forte antagonismo e hostilidade ao Governo e sua Situação (Carvalho, 2022, p. 172) e "politicamente engajada" a uma esquerda "não extremista, mas bem pronunciada" (Martins, 1996). Essa redação alertou a opinião pública para o início da "liquidação da Informação/2 como órgão independente" (Portugal Hoje, 1980). Carlos Pinto Coelho, seus adjuntos e o editor-chefe do Internacional, Herculano Carreira, pedem demissão, mas só a do primeiro e último são aceites. José Manuel Barata-Feyo é nomeado logo Subdiretor de Informação da RTP2, preenchendo uma vaga existente desde março. (Ordem de Serviço nº38/80, de 15 de setembro).

Com o aproximar das eleições legislativas, as opiniões tanto dos jornalistas como do Conselho de Gerência eram convergentes: a cobertura da campanha eleitoral vindoura não seria feita de forma isenta (Portugal Hoje, 1980). Por essa razão, a Gerência e o

Diretor-Coordenador de Informação decidiram impor a não cobertura da tal campanha. Mesmo que, nas eleições anteriores, só tenha começado a fazer-se a cobertura das ações de campanha 12 dias após o início da mesma[1], os jornalistas não se contentaram com o despacho, queixando-se que tal os impedia de cobrir aquilo que consideravam como o "maior acontecimento político do ano" e de os limitar a apenas acompanhar as atividades do governo (Portugal Hoje, 1980). Isto conduz à promulgação de uma greve de jornalistas, a primeira na RTP, de 48 horas, cujo primeiro dia coincide com o último de outra de igual duração, levada a cabo por jornalistas de imprensa, rádio e agências que exigiam renovações de Acordos Coletivos de Trabalho. 81% dos profissionais da Direção de Informação aderiram à greve, os serviços noticiosos da RTP1 foram para o ar de forma normal, já que 20 jornalistas da redação, destacando-se os editores e coordenadores, furaram a greve. (Portugal Hoje, 1980). Na Informação/2 a adesão foi quase total, o que levou os grevistas a exercer serviços mínimos por direito de lei e de informação, pondo no ar uma emissão da Inf/2 de cinco minutos e sem peças em ambos os dois dias. (Narciso, 2004) O objetivo principal da greve foi conseguido, com a autorização do Diretor de Informação, após parecer da CNE, de ser coberta a última semana da Campanha Eleitoral com a condição de não passar material propagandístico, (Informação/2, edição de 24-9-1980) mas outros objetivos secundários não foram alcançados, como a demissão de Duarte Figueiredo e o recomeço das atividades dos Conselhos de Redação, que foram suspensos poucos dias antes. (Informação/2, edição de 25-9-1980).

A 20 de outubro de 1980 é promulgada a Ordem de Serviço nº 43/80, na qual prevê a reestruturação dos serviços informativos apresentada pelo Diretor-Coordenador de

[1] Adequando o início da campanha eleitoral para as eleições intercalares de 1979, os serviços noticiosos da RTP ficaram impossibilitados, segundo deliberações da Comissão Nacional de Eleições, de cobrir realizações promovidas por forças políticas como comícios ou conferências de imprensa (Telejornal, edição de 11-11-1979), uma decisão que foi lamentada por Joaquim Letria na abertura da edição de 12-11-1979 da Informação/2. O impasse manteve-se até 22 de novembro de 1979, quando o TJ começou a apresentar reportagens sobre comícios ou outras iniciativas de campanha, no entanto "sem ferir as recomendações da CNE". (Telejornal, edição de 23-11-1979)

Informação num prazo de 30 dias, que garantisse uma melhor qualidade dos trabalhos apresentados, elaboração de um conjunto de princípios internos que garantissem a isenção e pluralismo da informação, incentivo à especialização de tratamento de temas, a criação de um gabinete para "tratamento, em trabalhos de fundo, das grandes questões da civilização" e a reforma dos figurinos dos noticiários de forma a tornarem-se mais atraentes ao grande público. Nos termos da ordem, o jornal Informação/2 seria suspenso durante um mês desde então para facilitar a tal reestruturação. Não tardou a que houvesse receio por parte dos jornalistas à tal suspensão e reestruturação, temia-se que o tal "Gabinete de Estudos das Grandes Questões da Civilização" fosse mais outra "gaveta" como os "Projetos Especiais", transferindo para lá, ou para a TV Guia, jornalistas como Luís Pinto Enes, Joaquim Furtado, Joaquim Vieira ou João Grego Esteves, e que a suspensão fosse permanente, ou caso não fosse, a Informação/2 regressasse de uma forma bem diferente do que era e com chefias vindas da RTP1 ou até a sua transferência para o Porto. (Duarte, 1980; Expresso, 1980). Mas ao fim de contas a Inf/2 volta ao ar a 24 de novembro com maior autonomia de meios técnicos (incluindo a mudança de estúdio e de identidade gráfica e cenográfica), com a mesma redação aquando da suspensão (a criação do Gabinete das Grandes Questões não se realizou e Carlos Pinto Coelho e Amaral Marques regressam para coordenar respetivamente os não-diários e os diários) e um figurino renovado, mas que mantinha a ideia de um jornalismo mais contextualizado, analítico e independente. (Avillez, 1980; Expresso, 1980). No entanto, Barata-Feyo, desapontado com a sua experiência como subdiretor de informação da RTP2 com uma redação partidarizada e a dar mais valor às militâncias do que ao jornalismo, pede demissão (Craveiro, 2023; Freire, 2015), mas fica, após negociar com a Direção a realização de Grandes Reportagens de atualidade internacional pelo Gabinete de Projetos Especiais, que passa a chefiar. (Freire, 2015).

A inesperada morte de Sá Carneiro no desastre de Camarate e a derrota de Soares Carneiro nas presidenciais desmotivam Proença de Carvalho, bem como um PR reeleito e um Conselho de Revolução hostis a ele, uma campanha do PCP e da UDP contra a sua gerência e delegados sindicais dos jornalistas da televisão afetos à extrema-esquerda. Escreve uma carta de demissão a Freitas do Amaral, que responde a convencê-lo a ficar.

Após receber uma carta em que dizia que o Governo e a AD apoiavam por unanimidade a manutenção de Proença na RTP, o último concorda continuar na Presidência (Carvalho, 2022, pp. 173-175).

Nem todas as críticas e ataques a Proença de Carvalho vinham da Esquerda. Em março de 1982, Ferreira do Amaral, antigo ministro da Qualidade de Vida, regressa ao Parlamento como deputado do PPM (Partido membro da AD). Em entrevista ao jornal Portugal Hoje, declarou que o seu objetivo era "obter garantias de isenção e qualidade para a RTP" e que era "condição essencial" para alcançar tal objetivo era a demissão de Proença. Corria o mês do 25º aniversário das emissões regulares da RTP. Críticos de televisão como Francisco Rui Cádima, Mário Castrim, Orlando Neves e Correia da Fonseca publicaram um comunicado conjunto protestando a "falta de isenção na informação", a "ausência de valores da cultura portuguesa" e a fraca qualidade da programação que consideram como "banal" e "sujeita a obscuros interesses publicitários" (Portugal Hoje, 1982). Centenas de pessoas aderem a uma manifestação convocada pela CGTP em frente a sede da RTP a exigir a demissão de seu conselho de gerência e sua substituição por um "elegido pelos trabalhadores" (Agee & Traquina, s.d., p. 120; Portugal Hoje, 1982) e três meses antes, os funcionários do Serviço Publico da Televisão entravam, pela primeira vez, em greve por três dias para incentivar o CG a começar a negociar renovação do Contrato Coletivo de Trabalho, greve essa que, para Proença, teve contornos mais políticos do que laborais (Teves, 2007). Com desgostos das afirmações de Ferreira do Amaral e boatos sobre possíveis substitutos seus, Proença dirige uma carta ao líder monárquico Ribeiro Teles a dar sua defesa: A RTP, empresa em má situação financeira quatro anos antes, estava agora a caminhar para um futuro digno após recuperação económica e financeira; a informação estava mais isenta e rigorosa, facto reconhecido até pelo Partido Socialista e uma esmagadora maioria das audiências; sondagens revelavam que os programas conquistaram a adesão do público; houve aumento significante da produção própria e do número de horas de emissão nos dois canais; com o primeiro canal voltando a emitir à hora do almoço ao fim de quase quatro anos; o Centro de Produção do Porto, outrora estagnado, esgotava agora todas as suas capacidades de produção ao, como por exemplo, assegurar parte da emissão do

segundo canal. O autor termina a carta ao afirmar que podia acrescentar mais de positivo que foi realizado e reiterando o seu desapego ao lugar que lhe foi investido pelo Governo e que lá permaneceria até que este último entendesse que a sua presença não seria necessária. Ferreira do Amaral saiu derrotado, afirmando a um jornal ter "engolido elefantes" (Carvalho, 2022, pp. 176-178).

Proença de Carvalho introduziu na RTP um modelo de "televisão de massas", que tinha por objetivo atingir o maior número de espetadores e construir uma programação baseada no feedback público (Agee & Traquina, s.d., p. 119). Para isso é criado o Painel de Audiência de Televisão, constituído por 1100 pessoas de diferentes classes, faixas etárias e localidades que eram sujeitas a um estudo de audiência elaborado semanalmente pela empresa Teor para a RTP, indicando os programas que assistiram e seu respetivo grau de agrado, respondendo questionários sobre a programação e inscrevendo comentários e sugestões (RTP – Gabinete de Estudos de Audiência, 1982). Assim, tornou-se possível tomar decisões sobre a programação com base nestes estudos (Narciso, 2004). Surgem formatos com grande sucesso como o Passeio dos Alegres de Júlio Isidro; Vila Faia, a primeira telenovela portuguesa; programas culturais no horário nobre da RTP1 como "1+1=1", que contou com participações de Natália Correia, Maria Barroso ou José Augusto Seabra; series internacionais de grande qualidade como "Dallas" ou "A Balada de Hill Street" e o início das emissões a partir do pequeno-almoço, com destaque para o informativo "Bom-Dia Portugal" (Carvalho, 2022, p.170-171). Também o humorístico "Sabadabadú" de César de Oliveira recebe uma menção honrosa num dos mais importantes prémios para programas de televisão, o Festival Rosa de Ouro de Montreux e um trabalho de Barata-Feyo para "Grande Reportagem" sobre a zona arqueológica de Tassili N'Ajjer, na Argélia, vence um segundo prémio da União das Organizações de Radio e Televisão Africanas (atual União Africana de Radiodifusão) (Teves, 2007).

Durante o Inverno 80/81, Portugal foi atingido por uma grave seca meteorológica que levou o Governo a adotar medidas de austeridade energética, entre as quais a limitação das emissões da RTP até às 23 horas. Isto levou a um dilema em questão das emissões da RTP2, que com suas emissões a abrir às 20h30 e tendo a Informação/2 a ir para o ar

às 21h30, tornava-se impraticável a emissão de, como por exemplo, uma longa-metragem (Ribeiro, 1981). A solução encontrada pelo Conselho de Gerência foi de colocar em horários simultâneos o Telejornal e a Informação/2. As justificações não foram só limitadas às restrições energéticas como também, segundo de um comunicado lido no final da edição de 13 de fevereiro de 1981 do Telejornal, proporcionar ao público, num horário de maior disponibilidade e audiência, a opção entre dois modelos distintos de informação e de estimular uma sã concorrência entre as duas redações, esperando-se que tal traduzisse numa crescente melhoria dos serviços informativos. Tal explica a manutenção desta política após o fim das limitações e da antecipação do horário de abertura de emissão da RTP2. No entanto, os estudos de audiências introduzidos no princípio de 1982 revelavam que, mesmo com o reforço da cobertura nacional do 2º canal, a Informação/2 possuía baixos índices de audiência e que não era considerada melhor, ou "sequer competitiva" nas palavras de Proença de Carvalho, ao Telejornal, que chegava ao top dos 10 programas mais vistos com índices médios de 77% de audiência e de 76% de agrado. Em entrevista para a edição de abril de 1987 da revista Grande Plano, Proença relembra que a um certo momento tornou-se para si desinteressante, no ponto de vista da programação, a continuidade da Inf/2 em termos de grelha de programas e da competitividade com o TJ. Entenda-se assim o facto de a Informação/2 ter tido o seu fim aquando da rentrée televisiva de outubro de 1982, que continha projetos ambiciosos como as emissões matinais e um serviço de teletexto que era apresentado sob a forma de ciclos de páginas no horário morto da RTP2 de segunda a sexta, entre as 9 e as 18h, e que foi vista inicialmente pela imprensa como uma "pedrada no charco" (Diário Popular, 1982; Diário de Notícias, 1982). Não houve despedimentos entre os 25 jornalistas que pertenciam à subdireção de Informação da RTP2, com estes sendo colocados nos mais variados setores da direção de Informação, como por exemplo, o subdiretor Joaquim Amaral Marques passaria então a dirigir o departamento dos programas não diários de informação e a coordenar o Teletexto (Ordem de Serviço nº1/83, de 6 de janeiro). Em substituição de Inf/2, passou a ser exibido o "Jornal da Noite", coordenado e apresentado a partir dos Estúdios do Porto, que ia para o ar no final das emissões da RTP2 de segunda a sexta-feira.

Satisfeito com o sucesso do projeto que ambicionou, Proença de Carvalho demite-se por vontade própria em dezembro de 1982 (Carvalho, 2022, p. 178). Sucede-lhe José Macedo e Cunha, mas a sua tomada de posse acabou por coincidir com a queda do Governo. A decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento e promulgar eleições antecipadas acabaram por servir de presságio para a curta duração de seu mandato. O Governo de Bloco Central resultante das Eleições de 25 de abril de 1983 nomeia um novo conselho de gerência presidido por João da Palma Ferreira e por dois pares de vogais, um nomeado pelo PSD e outro pelo PS. A informação também passa a ser repartida entre os partidos da Coligação do Governo ao serem nomeados responsáveis próximos desses que acabariam pouco tempo depois a estarem dependentes de novo de um Diretor-Coordenador de Informação e ainda por cima, um nome regressado a esse cargo, Fialho de Oliveira. Apesar de "a absoluta isenção na informação" ser um dos três "objetivos fundamentais" de Palma-Ferreira no seu discurso de posse, além da "fiscalização da qualidade" e a "priorização de tudo que seja nacional, sem deixar que se esqueça o mundo que nos cerca ou caia no catecismo inconsequente" (Teves, 2007), o período do governo de Bloco Central foi considerado como um dos piores períodos para o jornalismo da RTP desde 1974, devido a certas e estreitas relações entre o Governo, o Conselho de Gerência e os jornalistas (Narciso, 2004). Um exemplo: A 11 de outubro de 1983, o Ministro da Educação Augusto Seabra é entrevistado para o Telejornal acerca do início das aulas do Ensino Secundário na véspera e o facto de alguns estabelecimentos escolares não terem aberto as portas na data prevista. A entrevista acabou por ter uma duração considerada excessiva para ir para o ar, 6 minutos e 16 segundos. Perante as reticencias, Seabra telefona imediatamente e na presença de seu entrevistador a Palma-Ferreira, exigindo que a entrevista fosse apresentada na integra, ameaçando denunciar-se publicamente caso fosse para o ar com alterações ao seu discurso, por ir "contra as regras deontológicas". O diretor de informação acaba por determinar a exibição da entrevista na integra, contra a vontade de Henrique Garcia, pivot e coordenador da edição daquele dia do Telejornal. Outro exemplo diz respeito a uma reportagem sobre fome no distrito de Setúbal apresentado no TJ de 14 de junho de 1984. Tito de Morais (um dos fundadores do

Partido Socialista), administrador em exercício desde que Palma Ferreira pediu demissão a 6 de abril (pedido formalizado a 12 de junho), reúne a 29 de junho os responsáveis pela informação (Diretor, Chefes dos Departamentos da Direção e Coordenadores dos Noticiários) para lhes informar que o primeiro-ministro Mário Soares "não tinha gostado nada da reportagem" e que trabalhos como aquele "punham o Governo em causa e deixavam mal a Televisão". Após este episódio, dois dos coordenadores do Telejornal, Vítor Pereira e José Lopes de Araújo, afastam-se de seus cargos, o primeiro aceita um convite para chefiar a redação da recém-criada Teledifusão de Macau e o último regressa ao Centro Regional dos Açores, (Martins, 1996) onde a 9 de agosto assume a sua direção num mandato de 11 anos que recorda numa entrevista a uma revista comemorativa dos 40 anos da RTP Açores como "os melhores anos da sua vida".

Sem dúvida que o caso mais notório foi o da capitulação da Grande Reportagem, que se tinha tornado num "oásis" na Informação da RTP, mesmo sob a dependência do departamento de Atualidades (Narciso, 2004). O Conselho de Gerência pede à equipa do programa a realização de um trabalho sobre o 10º aniversário do 25 de abril num prazo bastante apertado, o que leva a Barata-Feyo e seu adjunto Miguel Sousa Tavares a pedirem demissão, pedidos que não foram recebidos pelo Diretor de Informação e a reportagem acaba por ser feita pela restante equipa. Mas o último prego no caixão veio logo depois na sequência de um trabalho que Barata-Feyo fez em Angola sobre a guerrilha da UNITA e seus territórios no início do ano – A Guerra dos "Robinsons". Ao regressar a Portugal, após realizar o perigoso trabalho, o coordenador de "Grande Reportagem" é informado que o Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama não desejava a sua transmissão, mas segundo Barata-Feyo, o assessor que lhe passou essa informação logo a desmentiu. Pouco tempo depois, Mário Soares pronuncia-se a jornalistas, entre os quais Fernanda Bizarro da "Grande Reportagem", antes de uma viagem a Nova Iorque que não autorizava a emissão do "Dossier UNITA", o que leva a uma denúncia junto do Conselho da Comunicação Social da Assembleia da República, órgão recém-criado (por Lei nº 23/83 de 6 de setembro) para salvaguardar a independência dos órgãos de comunicação social pertencentes ao Estado perante o

Governo, a Administração e os demais poderes públicos. Barata-Feyo ameaça demissão caso a reportagem, já adiada, não fosse transmitida a 17 de maio, mas na véspera, Fialho de Oliveira telefona-lhe a informar que o gestor Tito de Morais não autorizava a transmissão por "não estar pronta", o que na ótica do Coordenador e do Diretor não correspondia à verdade (Alves, 1984). Era claro que o Governo Português estava a ser pressionado pelo Governo angolano do MPLA segundo a sua tese de que "A UNITA não existia" (Narciso, 2004). Na edição do Expresso de 26 de maio de 1984 é publicado um artigo de opinião assinado por Barata-Feyo onde protesta contra as manobras da Gerência e do poder político dentro da RTP. Como consequência, o jornalista não só é suspenso, como também acaba por ser considerado *persona non grata* nas instalações da RTP. Grande Reportagem é subsequentemente liquidada por Tito de Morais "em defesa do interesse nacional" (Alves, 1984); mas não foi o fim, pois a equipa demissionária protesta novamente junto do Conselho da Comunicação Social da Assembleia da República, que emite uma deliberação vinculativa ao Conselho de Gerência obrigando a transmissão da reportagem. Tal acaba por acontecer a 2 de outubro. Para Barata-Feyo, tratou-se de uma verdadeira vitória da liberdade da informação e do jornalismo face ao poder político (Narciso, 2004).

Em sua tese de doutoramento com base no "Grande Reportagem", Jacinto Godinho relembra que a vigilância política sobre as redações instalou nelas um "clima de desconfiança permanente", onde qualquer investigação política mais arriscada ao Governo era criticada por parecer fazer o jogo da oposição e vice-versa para investigações a políticos da oposição. O alinhamento ideológico, sobretudo entre jornalistas, muito controlado pelo poder, tornava assim impossível qualquer investigação independente à Política. O autor ainda afirma que o jornalista militante exercia a sua influência na RTP quer sob forma "despudorada" de ligação aos partidos da Situação através de militâncias, quer de forma dissimulada, disfarçando-se de "bons princípios", fazendo a defesa das ideologias virtuosas da Revolução. Godinho refere-se então às "células partidárias" existentes na RTP e que constituíam uma das mais fortes influências sobre o jornalismo ao influenciarem a nomeação de chefias. (Serrano, 2006, pp. 212-213)

No dia seguinte à transmissão da Grande Reportagem sobre a UNITA, Manuel João Palma Carlos, até então chefe dos Serviços Jurídicos da RTP, toma posse como Presidente do Conselho de Gerência, mas não traz fim às tensões com a Informação (Teves, 2007). Em dezembro, invoca o jornalista responsável pela cobertura do Conselho Nacional do Partido Social Democrata para explicar a não transmissão de uma declaração de Mota Pinto na edição de 16 de dezembro do Telejornal, declaração chegada à RTP por telefone por um dos seus adjuntos após o líder do PSD não se ter mostrado disponível para entrevista no Estoril. Aparentemente, deveu-se à falta de interesse pelo assunto por parte do coordenador da edição, Horácio Caio. Outra situação de conflito ocorrida na mesma semana esteve relacionada com uma reportagem de Manuela Moura Guedes sobre um escândalo envolvendo terrenos adquiridos pelo Metro de Lisboa. Os responsáveis pela informação recusaram-se a entregar os brutos à Gerência para que essas fossem visionadas por um deputado do CDS que se sentiu visado pela reportagem, apesar de ela não mencionar seu nome. Estes dois casos foram tornados públicos por um artigo do Expresso de 22 de dezembro de 1984 que cita também uma fonte da chefia do Telejornal a revelar a existência de pressões por parte do Presidente da Gerência para a realização de reportagens sugeridas por ele mesmo, alegando "não estar disposto a aguentar a situação por mais tempo devido à falta de regras do jogo, política informativa e de um diretor-coordenador de informação". Fialho de Oliveira tinha deixado o cargo em setembro anterior e Fernando Balsinha só assumiria o seu cargo em janeiro de 1985 (Ordem de Serviço nº3/85 de 22 de janeiro).

A 9 de junho de 1984 é constituída, segundo os termos da Resolução nº19/84 da Assembleia da República, uma comissão parlamentar para a RTP, a fim de inquirir a empresa "no que respeita à observância dos princípios constitucionais e legais em relação ao Estatuto da Oposição, ao pluralismo de opinião, à independência face ao Governo e ao apuramento de eventuais irregularidades incompatíveis com as regras mínimas de funcionamento de uma equipa de gestão de uma empresa pública." A comissão, que analisou o período entre as tomadas de posse de Palma-Ferreira (14-7-1983) e Palma Carlos (3-10-1984) e após recolher e analisar diversa documentação e de

ouvir numerosas pessoas, verificou a existência de um acordo entre o PS e o PSD de partilha de pelouros na gerência, na informação e na programação da RTP, gerando relações difíceis no Conselho de Gerência e nas hierarquias das Direções de Informação e de Programas com a criação de mecanismos paralelos de decisão (Cádima, 2022, p. 127). Também constatou interferências do Conselho de Gerência relativamente às competências dos serviços de programas e informação (Cádima, 2022, pp. 127-128), bem como a existência de solicitações e pressões do Governo sobre o Conselho de Gerência, tendo-se concretizado em alguns casos como o tratamento discriminatório da Oposição e o impedimento de emissões de programas (Cádima, 2022, p. 128). O relatório da Comissão de inquérito refere, relativamente à Grande Reportagem sobre a UNITA, que o primeiro-ministro, Mário Soares, contactou a gerência da RTP para a suspender o programa, e que tal se verificou por decisão unilateral de Palma-Ferreira (Cádima, 2022, p. 128). O Relatório refere que a política de informação da televisão era alvo de críticas de quatro entidades: conselho de Informação para a RTP, conselho de Imprensa, conselho de Comunicação Social e conselho de Redação do Telejornal. E por fim, a comissão tirou estas e outras conclusões:

1. O atual estatuto da Radiotelevisão Portuguesa E.P. constitui, por si só, um grande entrave à desejada autonomia dessa empresa face ao poder político;

2. A RTP Radiotelevisão Portuguesa E.P. não tem preenchido cabalmente as determinações constitucionais e legais que visam garantir o pluralismo ideológico e a independência deste órgão de comunicação social, nomeadamente: as disposições constitucionais que se referem à liberdade de imprensa, expressão e de informação, à liberdade de imprensa, e à independência dos órgãos de comunicação social do sector públicos face ao governo (...);

3. A deficiente expressão da produção nacional na programação da RTP compromete os fins da empresa quanto à promoção dos valores culturais portugueses;

4. A política informativa da RTP nem sempre respeitou o direito à informação previsto na Lei da Imprensa e os direitos dos jornalistas consagrados no seu estatuto profissional (...);

5. A matéria de facto, apurada pela comissão, veio confirmar vícios de funcionamento, deficiências de programação, condicionamentos de informação, indesejável tendência à partidarização e dificuldades económicas e financeiras, que há muito vêm constituindo traços caraterísticos do importante órgão de comunicação social que é a Radiotelevisão. (Cádima, 2022, pp. 126-128)

Com a pré-campanha para as eleições legislativas antecipadas surgem, da esquerda para a direita, os mais variados protestos contra a "partidarização" da RTP, especialmente do novo líder social-democrata responsável pela fragmentação da coligação do Governo, Aníbal Cavaco Silva. Chegou a haver exigência por parte do PSD numa reunião do Conselho de Ministros à demissão do Conselho de Gerência de Palma Carlos, mas acabaria por ser rejeitada (Agee & Traquina, s.d., p. 112).

A 6 de novembro de 1985, toma posse o X Governo Constitucional, minoritário do PSD e resultante das eleições de um mês antes. A 17 de dezembro exorta o Conselho de Gerência da RTP acerca de "parcialidade, falta de rigor e isenção no tratamento da Informação, bem como a degradação económico-financeira da empresa que, segundo relatório apresentado pela Inspeção Geral de Finanças, tudo indica estará em situação de falência técnica no final do corrente ano." O comunicado também refere que "a degradação de critérios e qualidade", dando como exemplo a emissão de uma "conferência de imprensa" da organização terrorista "Forças Populares 25 de Abril" no Telejornal de 12 de dezembro de 1985, considerando-a "inaceitável". Para garantir as pretensões do Governo de uma televisão "de qualidade, isenta, objetiva e posta ao serviço dos valores sociais e culturais do País", um novo Conselho de Gerência constituído previamente toma posse naquele mesmo dia. O Governo escolheu para compor o novo Conselho nomes alheios à política ativa em geral e descomprometidos com as campanhas para as presidenciais agendadas para 1986: Coelho Ribeiro (presidente), Brás Teixeira (vice), Pinho Cardão, Freitas Cruz e Pedro de Vasconcelos. Pretendia-se garantir que o serviço público de televisão estivesse pronto tecnicamente

e humanamente para um possível fim de monopólio e aparecimento de concorrentes privados (Teves, 2007).

A decisão do Governo foi recebida negativamente pela Gerência demitida. Palma Carlos, em entrevista ao "Tal e Qual", referiu que tencionava "interpor um recurso à decisão", "arguir a inconstitucionalidade desta lei dos gestores" e, por ter sido "vitima de abusos de poderes, instaurar uma ação criminal contra os responsáveis". Tito de Morais, por seu lado, classificou a exortação como "saneamento político" e procurou desmentir os argumentos económicos que a levaram a ir para a frente: numa entrevista ao Tempo, refere que em 1983, quando entrou, o défice era superior a um milhão de contos, tendo descido em 1984 para os cerca de 680 mil e em 1985 para os 400 mil (Teves, 2007).

No entanto, o bom ânimo dentro da RTP regressara. A situação partidarizada da informação no período do Bloco Central serviu de pretexto para que José Eduardo Moniz, que foi convidado a assumir o cargo de Diretor-Coordenador de Informação a que toma posse a 10 de janeiro de 1986, tivesse uma autoridade e uma autonomia que nenhum antecessor teve antes, trabalhando independentemente da Direção de Programas de Carlos Pinto Coelho, que apostou sobretudo na qualidade e no entretenimento e que voltou a dar à RTP2 o estatuto de "canal dirigido às minorias e da alta qualidade" com o primeiro canal procurando regressar a formatos como a música nacional e o teatro ligeiro, mas também com a noção de entreter sem sacrificar o respeito com o espetador. Na informação, Moniz afirma que se sentia à vontade na sua relação com o Poder Político (Narciso, 2004). Para Barata-Feyo, com a chegada de Cavaco Silva ao Governo, verifica-se uma mudança nos métodos de persuasão dentro da redação: "deixa-se de usar o chicote para se começar a utilizar a cenoura"; isto é, em vez de perseguir e de fazer ameaças de colocar na prateleira ou de pôr a fazer o que a pessoa não gosta; passa-se a usar formas mais subtis de recompensa, como autocensura e o acomodar-se se necessário para serem poupados numa próxima reestruturação (Narciso, 2004). Isto fez com que o diretor tivesse o grande apoio das redações e a sua boa disciplina. (Narciso, 2004).

2. Revisão da Literatura

2.1. Teoria do *framing*/enquadramento

A origem do conceito de *framing*, ou enquadramento, é atribuída a Gregory Bateson em 1972, com o próprio definindo *frames* (ou quadros) psicológicos como "a união espácio-temporal de conjuntos de mensagens interativas" (citado por Arowolo, 2017).

No seu livro "Frame Analysis – An essay on the Organization of Experience" (1974), Erving Goffman define o uso do "enquadramento" como uma forma que permita ao público ou audiência compreender determinados assuntos. O autor visiona, assim, a análise de *frames* como ferramenta para o público ou audiência compreender os quadros usados pelos participantes para dar sentido ao comportamento (Shaw, 2013).

Desde então, o estudo do enquadramento e a sua implicação na vida social impactaram de forma significativa muitos campos dos estudos sociais. Um desses campos é a analise de conteúdo, sobretudo de carácter jornalístico.

A teoria do enquadramento sugere que o modo como algo é apresentado a um público, ou seja, um "quadro", influencia o modo como as pessoas irão processar a informação. A teoria explica que os media criam o "quadro" ao introduzir artigos noticiosos com uma contextualização predefinida e restrita, podendo ser concebidos para melhorar a compreensão ou ser usados como atalhos cognitivos para relacionar as notícias com um panorama mais amplo (Arowolo, 2017).

"Enquadrar" refere-se essencialmente ao processo de seleção e de saliência de certos aspetos de uma realidade percebida (Entman, 2004, p. 26). Diferentes formas de enquadrar os assuntos e as respetivas soluções (opções políticas) podem conduzir a respostas muito diferentes, mesmo quando os factos subjacentes são idênticos (Entman, 2004, p. 27). Entman explora duas classes de enquadramento: substantivo e processual. Os enquadramentos substantivos desempenham pelo menos duas das seguintes funções básicas na cobertura de acontecimentos, assuntos e atores políticos: Definir efeitos ou condições como problemas; identificar causas; expressar juízos morais; e suportar soluções ou melhorias (*Endorsing remedies or improvements*)

(Entman, 2004, p. 5). No caso do 11 de Setembro, por exemplo, o efeito problemático foi a morte de milhares de civis no atentado terrorista; a causa foi o governo talibã do Afeganistão, seus líderes de facto (Mohammed Omar e Osama bin Laden) e a rede terrorista Al-Qaeda; o juízo moral foi a condenação destes agentes como malignos; e a solução inicial foi a guerra contra o Afeganistão (Entman, 2004, p. 6). O enquadramento processual sugere avaliações da legitimidade dos atores políticos, com base na sua técnica, sucesso e representatividade (Entman, 2004, p. 6). Segundo o autor, o efeito do enquadramento é o de estimular valores de forma diferenciada, estabelecendo a saliência de um ou de outro (Entman, 2004. p.27).

Segundo Entman (2004, p. 23), *frames* em notícias são, tipicamente, parte do processo de reportagem para três classes diferentes de objetos: Acontecimentos, assuntos e atores (quer líderes individuais, grupos ou nações) políticos. Muitas vezes, o mesmo conjunto de notícias enquadra em simultâneo mais do que um objeto, trazendo informação de enquadramento não só sobre um acontecimento, mas também sobre um ator ou assunto relacionado

Os *frames* noticiosos consistem em três componentes principais: a cobertura mediática de personalidades ou assuntos de destaque; a perceção e interpretação desses aspetos por parte do público; e as atitudes que o público toma face às tais personalidades ou assuntos (Zaklama 2025, p. 81). Os fatores que influenciam a construção e identificação de *frames* incluem a independência a nível político de um meio de comunicação, os tipos de fontes usados, praticas e formatos de media, o conteúdo ideológico e cultural dos comunicadores e natureza do próprio acontecimento. A construção de um *frame* passa por salientar certas ideias num texto e deixando outras menos predominantes ou até ignoradas. Os componentes-chave de um enquadramento incluem palavras-chave, figuras de retórica (como metáforas), símbolos e representações visuais. A estrutura formal de uma notícia também desempenha um papel no enquadramento bem como o uso de conclusões implícitas e descrições metafóricas. O sucesso de um *frame* depende de fatores como o estatuto social e político do comunicador, o recurso a fontes credíveis de informação e a capacidade de enquadrar ações especificas (Zaklama, 2025).

Num estudo de caso publicado em 2000 de analise de 2601 artigos de imprensa e 1522 peças de telejornais, todos sobre encontros de estadistas de países europeus ocorridos em Amsterdão em 1997, Holli Semetko e Patti Valkenburg recorreram a *frames* previamente identificados em outros estudos:

> **Conflito:** Enfatiza o conflito entre indivíduos, grupos ou instituições de modo a capturar o interesse das audiências
>
> **Interesse Humano:** Este *frame* traz um rosto humano ou um ângulo à apresentação de um acontecimento, assunto ou problema. Tal *frame* refere-se a um esforço de personalizar uma notícia, dramatizá-la ou dar-lhe emoção ("emotionalize" the news) de modo a capturar e reter a atenção das audiências.
>
> **Consequências Económicas:** *Frame* que relata um acontecimento, problema ou assunto em termos de consequências a nível económico a uma pessoa, grupo, instituição, região ou país.
>
> **Moralidade:** Coloca o acontecimento, problema ou assunto no contexto de credos religiosos ou prescrições morais. Devido à condição jornalística exigir objetividade, jornalistas frequentemente fazem referência a tais *frames* de forma indireta, ou seja, a partir de citações, comentários, entrevistas ou outro tipo de interferência.
>
> **Responsabilidade:** Apresenta um assunto ou problema numa forma em que é atribuída a sua causa ou solução ao governo, a uma pessoa ou grupo.
>
> (Semetko & Valkenburg, 2000)

Nesse estudo, Semetko & Valkenburg verificaram que "atribuição de responsabilidade" foi a categoria de *frames* mais utilizada pelos media analisados, seguido pelos enquadramentos "conflito", "consequências económicas", "interesse humano" e "moralidade". Porém há diferenças nos tipos de temas e de acordo com a natureza (sóbrio vs sensacionalista) dos órgãos de comunicação social. As autoras chegaram à conclusão de que os *frames* de responsabilidade e de conflito são os mais predominantes em órgãos de comunicação classificados como sérios ou sóbrios

enquanto os sensacionalistas tiveram o "interesse humano" como categoria de *frames* mais utilizada.

Vreese (2005) classifica os *frames* identificados por Semetko & Valkenburg como "*frames* de notícias genéricos", considerando que esta opção de investigação seguida por estas autoras tem a vantagem de transcender limitações de um outro tipo de *frames*: os *frames* de notícias com foco em assuntos específicos. Esta última opção de abordagem permitiria um nível profundo de especificidade e de detalhes referentes à questão ou assunto em análise, mas, por outro lado, o alto grau de sensibilidade a assuntos tornaria as analises difíceis de serem generalizadas, comparadas e usadas como evidência empírica para a construção de teorias (Vreese, 2005).

Segundo Zaklama (2025), o enquadramento, no seu conceito mais simples, trata-se de uma tentativa de explorar o viés ou orientação de um relato que se apresenta como neutro.

2.2. Teoria do Agenda Setting/Agendamento

Lippman, na sua obra de 1921 *Public Opinion*, discutiu a ideia de pessoas viverem somente com base no ambiente em seu redor e no que consideram ser verdade. Assim, segundo o autor, as pessoas criam uma atmosfera baseada em suas crenças, chegando a deixarem de fora informações cruciais provenientes do mundo exterior (Sydnor, 2018).

Esse trabalho de Lippman pode ser considerado como o arquétipo da teoria do Agendamento, ou *Agenda Setting*, surgida meio século depois num estudo publicado em 1972 no *Public Opinion Quarterly*, elaborado por Maxwell McCombs e Donald Shaw, sobre a votação para as Eleições Presidenciais de 1968 na cidade onde os dois lecionavam, Chapel Hill, no estado da Carolina do Norte. Verificou-se que, entre os votantes não decididos, existiam correlações substanciais entre as questões políticas destacadas nos meios de comunicação e o que os votantes consideravam serem as questões-chave daquele ato eleitoral. Também as convicções dos eleitores sobre quais eram as maiores questões que o país enfrentara refletiam o conteúdo da cobertura

jornalística, apesar dos três candidatos terem dado ênfases muito divergentes a essas questões. Isto sugere que os votantes, pelo menos os indecisos, darão atenção a noticias de temática política, independentemente de serem acerca ou de ter origem em qualquer candidato preferido (McCombs, 1976, p.4). Deste modo, conclui-se que os media influenciam os pensamentos das suas audiências sobre determinados assuntos.

Segundo McQuail (2010), o agendamento ocorre em dois níveis: Primeiro, a seleção de questões, levando aos media a influenciarem a audiência acerca da importância e da significância dos tópicos; e por último, o chamado agendamento de atributos, aprofunda como os media enquadram estas questões, influenciando assim as atitudes e perceções do público em relação a elas (citado por Johnson et al., 2025). Para Entman (2007), o agendamento de atributos envolve três tipos de reivindicações que acabam por abranger as atividades principais do enquadramento estratégico: o destacar das causas de problemas; o incentivo de juízos morais e a promoção de políticas preferenciadas.

Por acaso, o enquadramento, na opinião de Weaver (2007), trata-se de um "Agendamento de segundo nível", porque para além de orientar as audiências no que pensar, orientam-nas na forma de como pensar (Mass Comunication Theory (Online), 2017, citado por Arowolo, 2017). Também McCombs (2004) partilha também tal opinião e considera o enquadramento como uma versão mais refinada do agendamento ao tornar mais salientes os aspetos de uma questão através de diferentes modos de apresentação (citado por Diri, 2019)., assim refinando a hipótese original do agendamento, que já há muito era criticada por ser algo simplista no foco de assuntos largos e de sobrestimar coeficientes de ordem classificativa entre categorias desses assuntos largos e questionários de opinião publica (Diri, 2019). Entman (2007) considera, entretanto, o agendamento como um outro nome para a "prática sucessiva da primeira função do enquadramento", que é a "definição de problemas dignos de atenção publica e governamental".

Uma explicação das relações entre enquadramento e agendamento necessita de interligar níveis de analise e responder às questões de como mensagens noticiosas são criadas e processadas e como seus efeitos são produzidos. O desenvolvimento de um modelo conceitual que explique de forma adequada estes três efeitos deve, portanto,

abordar as relações entre estas questões. Caso não seja feito, deixará o campo com um conjunto confuso de conceitos e terminologias e incapaz de dar à elaboração de notícias uma direção clara a esse respeito (Diri, 2019).

Em um dos trabalhos em que serviram de referência para esta dissertação, a autora Felisbela Lopes (1999, p. 70) salienta que se o modelo de agendamento for privilegiado, os conteúdos informativos expostos na televisão adquirem uma importância acrescida e que segundo o modelo, os media, ao chamarem a atenção a certos factos, hierarquizam os problemas e condicionam a perceção que os indivíduos têm das questões da atualidade.

2.3. Teoria do Gatekeeping

Vimos que a teoria de enquadramento mostra como as notícias são enquadradas para serem compreendidas de uma ou mais formas e como as mesmas são hierarquizadas a nível de importância no agendamento. Agora a questão é a seguinte: como ocorrem estes processos de seleção, filtragem, manipulação e organização de notícias e quem os leva a cabo? Tudo isto nos traz à teoria do *Gatekeeping*.

A teoria do *Gatekeeping* (selecionismo) descreve o modo como o conteúdo jornalístico é filtrado em "portarias" e alterado antes de sua publicação (Shoemaker & Vos, 2009, citado por Tandoc, 2015) juntamente com as razões para tal (Tandoc, 2015).

O termo foi inicialmente usado em 1943 por Kurt Lewin em relação à sua teoria de que se pode conseguir alcançar amplas mudanças sociais se o foco ficasse entregue às pessoas com posições altamente influentes e, como tal, ficando encarregues como "gatekeepers" (porteiros) do fluxo de ideias. (Rogers, 2001) Já David M. White, sete anos depois, foi o primeiro a aplicar a teoria no contexto dos media e do jornalismo, idealizando um editor jornalístico, denominado de "Mr. Gates", que selecionava o conteúdo jornalismo a publicar com base nas suas preferências pessoais e naquilo que acreditava que fossem os desejos das audiências (White, 1950, citado por Tandoc, 2015). Demonstra-se assim as influências a nível individual no processo de seleção noticiosa. Mas este mesmo processo poderá ter ainda outros níveis de influência sobre

conteúdo noticioso (Tandoc, 2015) como os cinco enumerados por Shoemaker e Reese (1996): Individual; Rotinas médiaticas; Organizacional; Extramediático e Ideológico. Todos estes níveis estão hierarquizados em questão de força: Acredita-se, por exemplo, que o papel profissional do jornalista é mais influente no seu trabalho do que as suas crenças pessoais, porque, enquanto o primeiro se refere às suas crenças normativas da sua função social, as últimas dizem respeito às caraterísticas pessoais que o jornalista crê que devem ser suprimidas a fim de se manter a objetividade. Já as influências exteriores, ou seja, as que estão fora dos média, como por exemplo políticos ou anunciantes, conduzem o conteúdo jornalístico à sua manipulação (Shoemaker & Reese, 1996, citado por Tandoc, 2015).

Para Felisbela Lopes (1999, p. 72), o fenómeno de *gatekeeping* devia, no caso da televisão, ultrapassar o processo de seleção operado pelos serviços informativos de uma determinada emissora para se concentrar na baixa densidade informativa proporcionada pelo televisor.

2.4. Medição de tendência/viés nos media

Segundo Klepka et al. (2025), não existem formas bem estabelecidas e claras de definir tendências políticas nos media para analises empíricas e que medir tais vieses políticos se trata de um desafio maior do que identificar os mesmos, algo que já é complicado tendo em conta as diferenças em sistemas políticos e tradições de media entre países.

No caso americano, Groseclose e Milyo (2005) propuseram um método de averiguação de viés político onde determina que um meio de comunicação é conservador ou liberal. Os cálculos foram feitos com dados em citações em meios de comunicação dos mais influentes grupos de reflexão e organizações comunitárias confrontadas com a quantidade de tempo em que congressistas citam declarações desses mesmos grupos e organizações em discursos na Casa dos Representantes e no Senado. Ao comparar os padrões, os investigadores criaram um índice, onde o valor +1,0 representa material conservador e -1,0 material liberal, por cada meio estudado, em que permite determinar a força e direção do seu viés político (Kleptka et al., 2025).

Entman (2007), por outro lado, desenvolveu uma fórmula original, mas difícil de ser aplicado em proporções analíticas, de medida de viés político, distinto de tendencionismo, como complexo organizador das perceções geradas pela pesquisa de enquadramento, agendamento e preparação através de um novo esforço sistemático a fim de conceptualizar e de compreender as suas implicações no poder político. Histórias noticiosas devem ser declaradas com base na sua inclinação a viés, influenciado pelo enquadramento de factos, a capacidade de forças do governo e da oposição de estruturarem narrativas de media, o impacto culminativo de decisões enviesadas conduzidas pelas dinâmicas do processo político, condições no interior do mercado dos média, orientações ideológicas pessoais e o contexto situacional específico. O cálculo da escala do uso da estrutura temática em materiais de média permite a agregação de manifestações individuais de viés enquanto os dados agregados facilitam o cálculo de um índice de viés. O conceito proposto, descrito como um índice, acaba por somente explicar os fatores que favorecem a emergência de mensagens enviesadas. (Klepka et al., 2025)

No caso europeu, surge uma proposta apresentada pelos alemães Dewenter, Dulleck e Thomas (2020) denominada Índice de Cobertura Política (PCI), desenhada para medir a posição de um meio de comunicação no espectro político, que no caso foi os dois principais partidos federais alemães: o Social Democrata (SPD) e a coligação Democrata Cristã (CDU/CSU). A classificação foi feita com uma escala de três pontos em que -1 representa material com tom negativo, 0 material neutro e +1 material com tom positivo ou favorável a um dos partidos. O quociente do número e classificações da cobertura mediática permite uma avaliação da extensão do viés de um meio de comunicação contra os dois partidos, com a medição sendo construída como a diferença para cada um com valores entre -1 e 1, com os valores menores representando favorecimento ao SPD e os maiores como sendo menos críticos da CDU/CSU (Klepka et al., 2025).

3. Opções metodológicas

Objeto de estudo: O presente estudo propõe-se analisar a cobertura jornalística da política nacional pelo serviço público de Televisão no período pós-revolucionário. Pretende-se identificar quais são os principais *frames* usados nessas narrativas jornalísticas. Pretende-se aferir se há discrepâncias de postura informação face à Situação vs. Oposição.

Questões de investigação:

Q1. Que espaço ocupava a Política Nacional no principal serviço noticioso do serviço público de televisão no Portugal pós-revolucionário?

Q2. Quais os principais "*frames*" atribuídos à política nacional?

Q3. Há desequilíbrios no binómio Situação vs. Oposição nesse tratamento noticioso?

Delimitação temporal: Para responder às questões de partida, selecionamos três períodos temporais: 45 dias entre 1 de setembro e 15 de outubro de 1979, de 1981 e de 1984, correspondendo aos V, VIII e IV governos constitucionais presididos por Pintasilgo (independente), Balsemão (AD); e Soares (Bloco Central), respetivamente. Por um lado, optou-se por anos medianos dos períodos governamentais; por outro lado correspondem ao fim das férias de verão e à chamada *rentrée*, das atividades da Assembleia da República, bem como às alterações no chamado mapa-tipo da televisão, alterações que, em casos frequentes, afetam o figurino (formato, cenografia e imagem gráfica) dos serviços informativos da RTP.

Corpus:

Para responder às questões de partida, recorreu-se à análise de conteúdo do principal serviço noticioso da RTP: o Telejornal da RTP1, transmitido diariamente em horário nobre. Foram analisadas 132 edições do Telejornal: 43 referentes a 1979 (com as

primeiras 42 com a designação "Jornal da RTP"[2], o nome do principal serviço noticioso da RTP1 entre 16 de outubro de 1978 e 14 de outubro de 1979); 45 a 1981; e 44 a 1984 (Tabela 1). Em 1979 faltam dados referentes a 8 e 11 de outubro (Figura 1). Em 1984, está em falta o dia 17 de setembro. Ao todo, foram analisadas 2343 peças noticiosas: 888 referentes a 1979, 781 a 1981; e 674 a 1984 (Tabela 1).

Tabela 1- Telejornal, entre 1 de set e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984

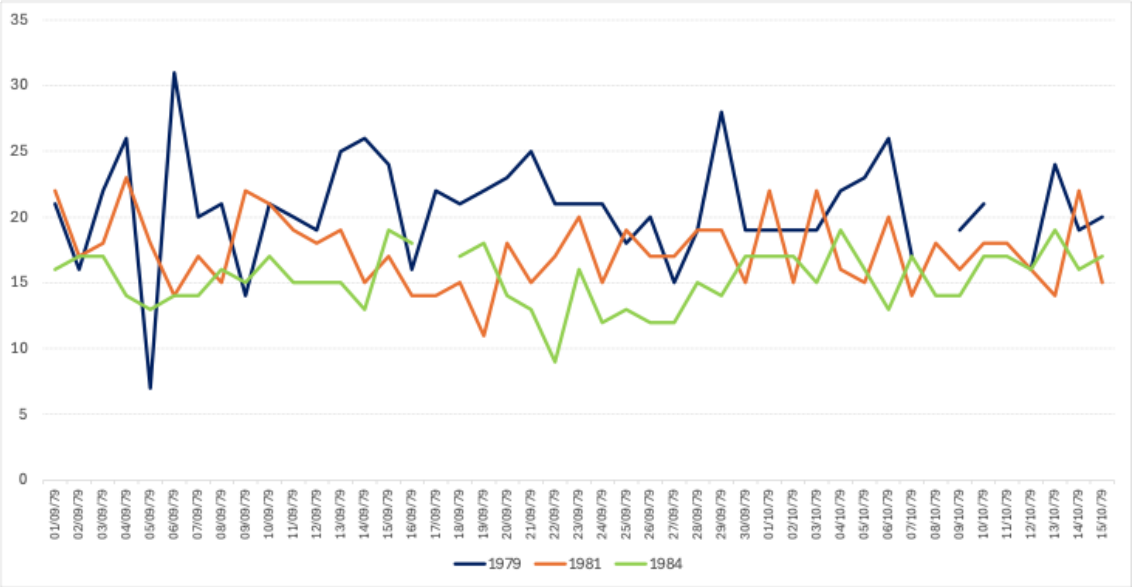
	nº de edições	nº de peças
1979	43	888
1981	45	781
1984	44	674
Total	132	2343

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

A média de peças por edição entre 1 de setembro e 15 de outubro de 1981 foi de 17,4 peças, o que representou uma diminuição 16% face às 20,7 peças registadas de 1979. Com uma média de 15,3 peças por edição, 1984 registou uma quebra de 11,7% face a 1981 (ou de 25,8% face a 1979). A moda foi de 21 em 1979, de 15 em 1981 e de 17 em 1984.

[2] O nome do noticiário no genérico é "Jornal da RTP", mas de resto era intitulado "Jornal RTP1" ou "Jornal da RTP1". Por isso, usaremos o nome "Jornal da RTP1" daqui para a frente.

Figura 1- Evolução diária da quantidade de peças do Telejornal, entre 1 set. e 15 out., em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Depois de identificar os temas do Telejornal, focamos a nossa atenção no tema "Política Nacional". Nesta fase da pesquisa, foram analisadas mais aprofundadamente ao todo 778 peças: 264 em 1979, 264 em 1981 e 250 em 1984.

Fontes:

Recorreu-se a documentação relativa aos telejornais, disponibilizados em formato PDF pelo Núcleo Museológico e Apoio ao Serviço Público da RTP com a seguinte informação: alinhamentos de emissão (ver Anexo 1); telepontos (textos lidos pelos pivots em estúdio) (ver Anexos 2 e 4); anotações, correções e cortes; indicações de normas e fontes de imagem e de som e, quase sempre também, a minutagem dos últimos e os "oráculos" a serem sobrepostos na imagem ou em grafismo (ver Anexo 3). Recorreu-se também a relatórios estatísticos com a descrição, tempo cronometrado e fonte das imagens surgidas nas emissões da RTP1, que dão precisão aos conteúdos de cada emissão do Telejornal (ver Anexo 5).

Recolha de dados

Criamos alguns eixos para a análise quantitativa:

1. Temas e subtemas: Nas 132 edições, identificamos 15 categorias temáticas: "Ambiente"; "Ciência"; "Comunicação Social"; "Cultura"; "Desporto"; "Economia"; "Educação"; "Fait-Divers"; "Política Internacional"; "Política Nacional"; "Saúde"; "Sociedade & Justiça"; "Trabalho"; e "Transportes". Estes temas não são mutuamente exclusivos, isto é, pode-se identificar mais do que um tema numa peça. Por exemplo, uma notícia sobre uma reunião de ministros da CEE em que envolva o processo de adesão de Portugal à Comunidade pode ser categorizada tanto como uma notícia de "Política Internacional" como "Política Nacional". Semelhante ocorre com a identificação dos subtemas das peças.

2. Tempo: Relativamente à duração cronometrada das peças do Telejornal, recorremos aos dados registados nos relatórios de estatísticas da RTP, disponíveis no Arquivo RTP. Nem todas as peças têm esse registo associado. Das 778 peças de "Política Nacional", apenas conseguimos dados acerca da duração de 522 peças (67,1%): 165 referentes a 1979 (62,5%), 186 a 1981 (70,5%), e 171 a 1984 (68,4%).

Apenas podemos considerar as peças em diferido pois não nos é possível averiguar os tempos de intervenções em direto. Optou-se por apresentar o tempo média por dias da semana em vez do tempo total em cada dia da semana, por os três períodos analisados não serem uniformes, podendo-se registar por exemplo 6 ou 7 domingos em cada um deles.

3. Frame: Para a análise do *framing*/enquadramento, recorremos ao estudo de Semetko e Valkenburg, "Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News" (2000). Consideramos os mesmos cinco "*frames*": 1. *frame* conflito; 2. *frame* interesse humano; 3. *frame* consequências económicas; 4. *frame* moralidade; e 5. *frame* atribuição de responsabilidade. A identificação da existência de cada um desses cinco *frames* passou pela resposta positiva a pelo menos uma das questões que compõem o *frame* em questão:

Frame conflito: A história reflete desacordo entre partidos-indivíduos-grupos-países? Um partido-indivíduo-grupo-país censura o outro? A história se refere a dois lados ou a mais de dois lados do problema ou questão? A história se refere a vencedores e perdedores?

Frame interesse humano: A história fornece um exemplo humano ou "face humana" sobre o assunto? A história emprega adjetivos ou vinhetas pessoais que geram sentimentos de indignação, empatia-cuidado, simpatia ou compaixão? A história enfatiza como indivíduos e grupos são afetados pela questão/problema? A história entra na vida privada ou pessoal dos atores? A história contém informações visuais que podem gerar sentimentos de indignação, empatia-cuidado, simpatia ou compaixão?

Frame económico: Há uma menção de perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro? Há menção dos custos/grau de despesa envolvidos? Há uma referência às consequências económicas de seguir ou não um curso de ação?

Frame moralidade: A história contém alguma mensagem moral? A história faz referência à moralidade, Deus e outros princípios religiosos? A história oferece prescrições sociais específicas sobre como se comportar?

Frame Atribuição de responsabilidade: A história sugere que algum nível de governo tem a capacidade de aliviar o problema? A história sugere que algum nível do governo é responsável pela questão/problema? A história sugere solução(ões) para o problema/problema? A história sugere que um indivíduo (ou grupo de pessoas na sociedade) é responsável pela assunto-problema? A história sugere que o problema requer ação urgente?

4. Tom: Recorremos à escala de Likert para identificar o tom: 1. Claramente Negativo; 2. Mais negativo do que positivo; 3. Equilibrado (entre positivo e negativo); 4. Mais positivo que negativo; 5. claramente positivo.

Dificuldades e limitações

Este trabalho foi quase todo feito à base de consulta de documentação do que a visualização de conteúdos vídeo. Só numa fase tardia da feitura da pesquisa é que o autor descobriu que a visualização de conteúdos solicitados no Arquivo RTP é gratuita desde que se destine a fins académicos. Mas, mesmo assim, há as dificuldades logísticas de deslocar-se às instalações do Arquivo em Lisboa e da marcação prévia por email com indicação de horário pretendido e dos conteúdos a serem consultados. Conteúdos que, fora os que foram originalmente produzidos no suporte de filme, não têm a total garantia de ainda existirem no Arquivo, devido à natureza regravável e reutilizável do Videotape.

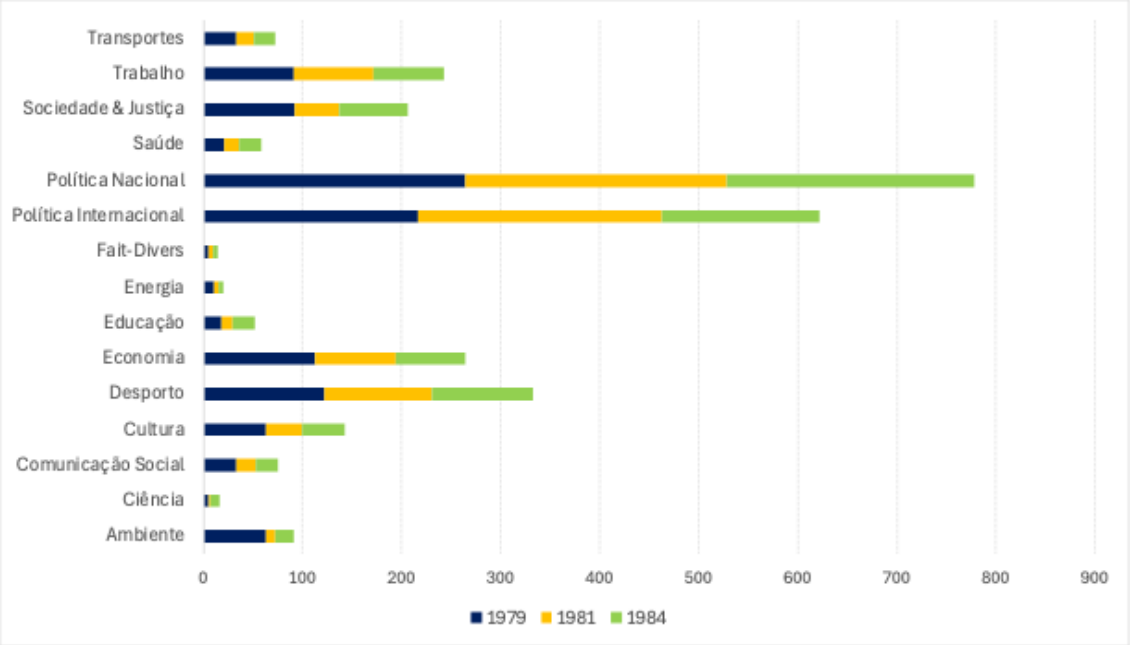
Apesar da riqueza da sua informação, a documentação consultada apresenta lacunas, como documentos em falta, documentos com páginas corrompidas e com fotocópias de conteúdo alheio à documentação em análise, no lugar de conteúdo relativo aos textos-pivot. Além disso, o Núcleo só possui as estatísticas relativas ao período de setembro-outubro de 1984 em microfilme e, ao momento da elaboração desta dissertação, o mesmo está carente de aparelhagem necessária para a sua digitalização. Tais lacunas fragilizam de algum modo os resultados desta pesquisa.

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1. "Política Nacional" e outras temas

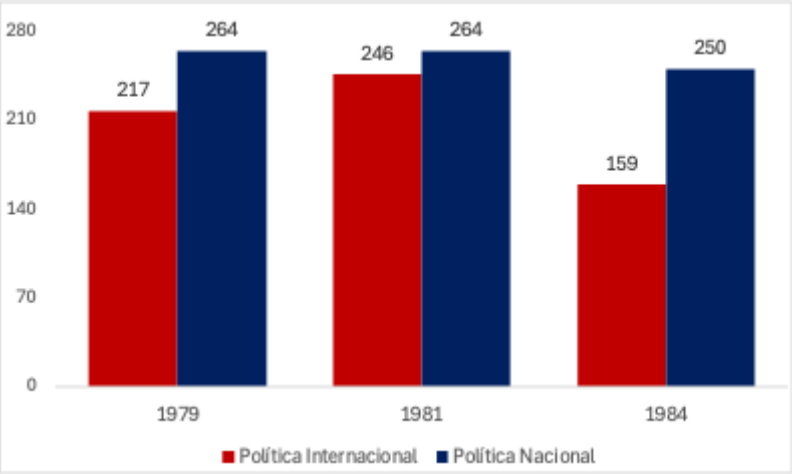
A "Política" destacou-se de entre temáticas identificados (Figura 2), com o "Nacional" a sobressair face ao "Internacional": 264 vs 217 em 1979; 264 vs 246 em 1981; 250 vs 159 em 1984 (Figura 3).

Figura 2- Frequência acumulada dos temas do Telejornal entre 1 set. e 15 out., em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Figura 3- Número de peças de "Política Nacional" e de "Política Internacional" no Telejornal, entre 1 set. e 15 out., em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

O tema "Política Nacional" para além de ter sido o tema mais frequente, aumentou gradualmente o seu peso percentual, passando dos 29,7% em 1979 para os 33,8% em 1981, chegando em 1984 aos 37,1%, mais 7,4 pontos percentuais do que 1979 (Tabela 2).

Tabela 2- Temas do Telejornal, entre 1 set. e 15 out., em 1979, 1981 e 1984

	1979			1981			1984			total	
	n=888	%	média	n=781	%	média	n=674	%	média	n=2343	%
Ambiente	63	7,1	1,5	9	1,2	0,2	19	2,8	0,4	91	3,9
Ciência	5	0,6	0,1	2	0,3	0,0	9	1,3	0,2	16	0,7
Comunicação Social	33	3,7	0,8	20	2,6	0,4	22	3,3	0,5	75	3,2
Cultura	63	7,1	1,5	37	4,7	0,8	43	6,4	1,0	143	6,1
Desporto	122	13,7	2,8	109	14,0	2,4	102	15,1	2,3	333	14,2
Economia	113	12,7	2,6	81	10,4	1,8	70	10,4	1,6	264	11,3
Educação	18	2,0	0,4	11	1,4	0,2	23	3,4	0,5	52	2,2
Energia	11	1,2	0,3	4	0,5	0,1	5	0,7	0,1	20	0,9
Fait-Divers	5	0,6	0,1	5	0,6	0,1	4	0,6	0,1	14	0,6
Política Internacional	217	24,4	5,0	246	31,5	5,5	159	23,6	3,6	622	26,5
Política Nacional	264	29,7	6,1	264	33,8	5,9	250	37,1	5,7	778	33,2
Saúde	21	2,4	0,5	15	1,9	0,3	22	3,3	0,5	58	2,5
Sociedade & Justiça	92	10,4	2,1	45	5,8	1,0	69	10,2	1,6	206	8,8
Trabalho	91	10,2	2,1	81	10,4	1,8	71	10,5	1,6	243	10,4
Transportes	33	3,7	0,8	18	2,3	0,4	21	3,1	0,5	72	3,1

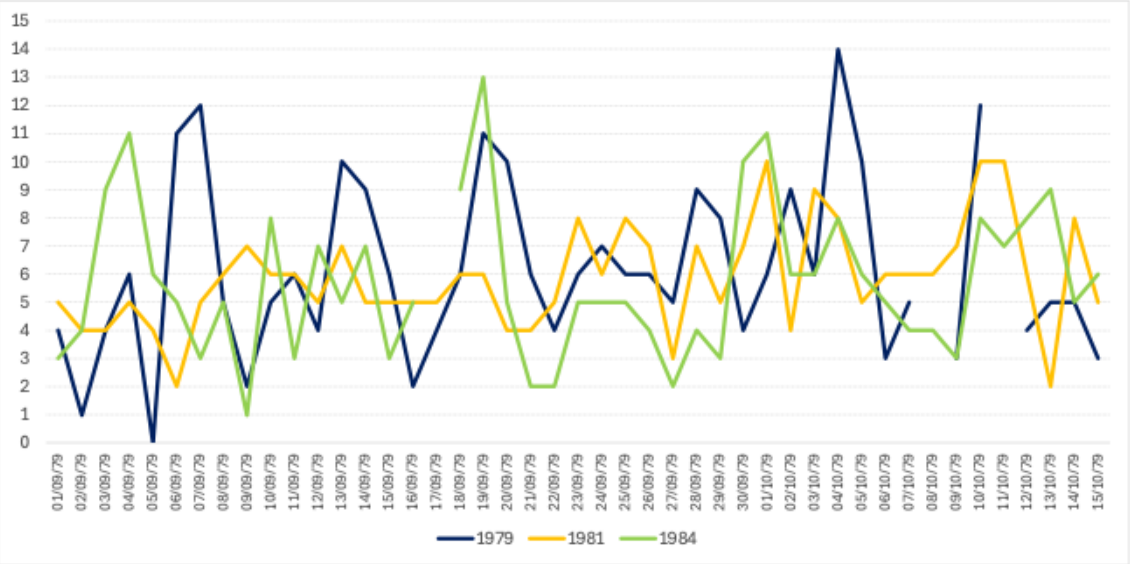
Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

O segundo tema mais frequente foi a "Política Internacional", com um peso que variou entre os 24,4% (1979) e os 31,5% (1981). O terceiro tema ocupou uma percentagem próxima dos 14%: o "Desporto". O tema "Economia" foi o quarto tema mais frequente em 1979 e em 1981, descendo para o 5º lugar em 1984. O tema "Trabalho" ocupou esse 4º lugar em 1984, depois de subir gradualmente desde o 6º em 1979. O tema "Sociedade & Justiça" passou do 5º lugar em 1979 para o 6º em 1981. Também o tema "Ambiente" baixou de lugar: de 7º para o 12º em 1981. Em contrapartida, o tema "Educação" que ocupava o 12º lugar em 1979 subiu para o 11º em 1981 e para o 8º em 1984. "Comunicação Social" foi a 8ª ou 9ª tema mais frequente, acima da "Saúde" que ocupou o 11º lugar e depois o 10º.

Como esperado, a **Política** foi a temática dominante no Telejornal em todos os períodos de análise. A "Política Nacional" sobressaiu face à "Política Internacional", especialmente em 1984, apesar das negociações do governo português com a Comunidade Económica Europeia. O "**Desporto"** manteve-se como o terceiro tema mais frequente. A descida do tema "**Ambiente"** justifica-se por 1979 ser o único dos períodos de análise onde o Telejornal apresentava informação de previsão do estado do tempo para o dia seguinte.

O número de peças de "Política Nacional" variou entre zero e 14 em 1979; entre 2 e 10 em 1981; e entre 1 e 13 em 1984. A moda foi de 6 em 1979 e de 5 quer em 1981 quer em 1984 (Figura 4). A média diária foi de 6,1 em 1979; de 5,9 em 1979 e de 5,7 em 1984 (Tabela 2).

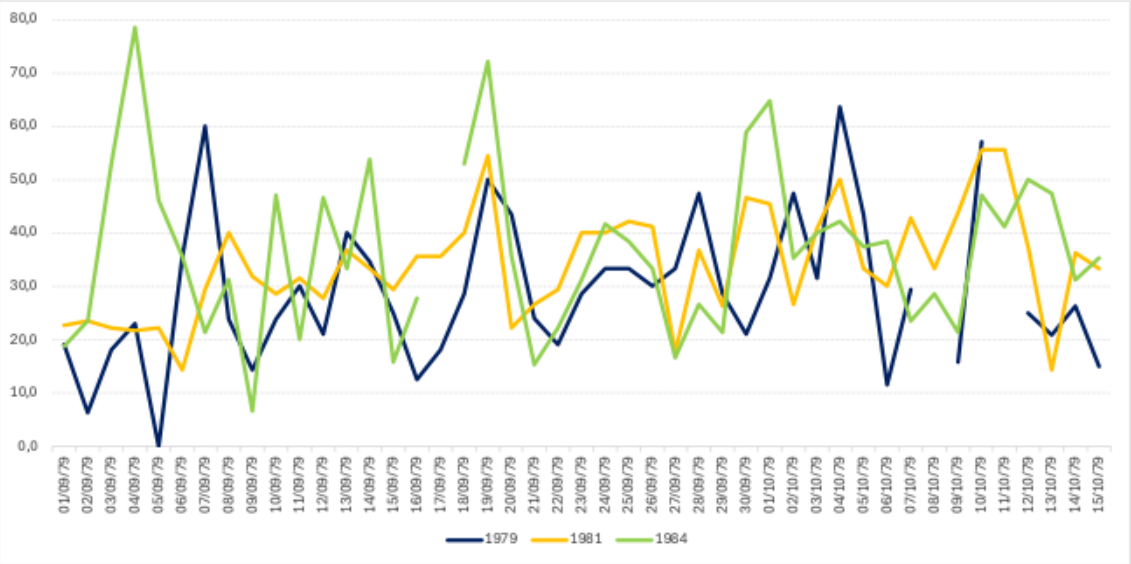
Figura 4- Evolução da frequência diária do tema "Política Nacional" das peças do Telejornal, entre 1 set. e 15 out., em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

A Figura 5 mostra a evolução do peso percentual diário do tema “Política Nacional” em cada um dos períodos em análise. A percentagem variou entre o 0% e os 63,6% em 1979; entre e os 14,3% e os 55,6% em 1981; e entre os 6,7% e os 78,6% em 1984.

Figura 5- Evolução da distribuição percentual diária do tema "Política Nacional" das peças do Telejornal, entre 1 set. e 15 out., em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

A edição de **5 de setembro de 1979** do Jornal da RTP1 foi para o ar num formato reduzido e mais cedo do que o habitual, devido à transmissão em direto do Campo Pequeno da prova "Cascais-Estoril" da edição 1979 dos **Jogos Sem Fronteiras**. Isso explica o facto de ter só ter apresentado sete peças noticiosas, **nenhuma das quais referente à "Política Nacional"**, que acabou relegada para o último noticiário do dia, o **24 Horas.**

4.2. Tempo dedicado à "Política Nacional"

O tempo dedicado à "Política Nacional" no Telejornal oscilou no período analisado. Em 1979, o tempo cronometrado dedicado a esse tema foi de 5 horas e 42 minutos. Depois de aumentar cerca de uma hora em igual período de 1981, baixou duas horas no ano seguinte situando-se nas 4 horas e 39 minutos. O tempo médio das peças também baixou: de 2 minutos e 5 segundos em 1979 para 1 minuto e 29 segundos em 1984 (Tabela 3).

Tabela 3- Duração temporal das peças de "Política Nacional" (com contabilização de tempo)

	1979 (n=165)	1981 (n=186)	1984 (n=171)
duração total	05:42:58	06:56:50	04:39:38
duração média	00:02:05	00:01:52	00:01:29

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Verificou-se que não existiu um padrão semanal igual nos três períodos em análise no que respeita ao tempo médio dedicado à "Política Nacional" (Tabela 4). Enquanto sexta-feira e sábado foram os dias com mais tempo médio dado a este tema em 1979; esses mesmos dias da semana foram os que registaram menor duração média em 1984.

Tabela 4- Tempo média da "Política Nacional" por dias de semana (com contabilização de tempo)

	1979 (n=165)	1981 (n=186)	1984 (n=171)
Segunda	0:06:01	0:12:58	0:07:12
Terça	0:07:41	0:07:00	0:06:50
Quarta	0:07:36	0:08:41	0:08:00
Quinta	0:09:44	0:08:04	0:06:00
Sexta	0:10:47	0:11:38	0:05:49
Sábado	0:10:06	0:09:12	0:03:44
Domingo	0:06:23	0:07:56	0:07:13

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

4.3. Subtemas/assuntos do tema "Política Nacional"

No período em análise de 1979, as atividades do Governo e as diplomáticas (relações externas) foram os subtemas/assuntos dominantes referentes ao tema "Política Nacional" do Telejornal (Tabela 5). Também a agenda e ações do Presidente da República e do seu gabinete ocuparam largo espaço informativo, rivalizando com outro subtema: eleições. com as pré-campanhas para as Eleições Parlamentares Intercalares (sobretudo) e para as Autárquicas. Em quinto lugar surgem as atividades promovidas

por partidos e outros movimentos eleitorais/políticos; e em sexto, a Assembleia da República (que é formalmente dissolvida por Eanes a 11 de setembro). A Reforma Agrária (com destaque para o incidente ocorrido durante uma transferência de uma propriedade em Montemor-o-Novo que resultou em dois operários de cooperativas mortos) surge em 11º lugar na lista de subtemas/assuntos mais frequentes, imediatamente antes da CEE (Comunidade Económica Europeia).

Tabela 5- Os subtemas de "Política Nacional" que pontuaram quatro ou mais vezes em 1979

Quantidade de peças	subtemas/assuntos de "Política Nacional"
>50	Governo; Relações Externas; Presidência da Republica
40-49	Eleições
30-39	Atividades Partidárias
20-29	Assembleia da República; Conjunturas Financeiras
10-19	Sindicalismo; Encontros; Emigração; Reforma Agraria; CEE; Poder Local
4-9	Economia - Agricultura; Problemas Laborais; Problemas Sociais; Atividades Militares; Cerimónias Fúnebres; Exposições; Religião; Trabalho - Obras; Catástrofes Naturais; Combustiveis; Comércio Externo; Confontos/Incidentes; Greves; Imprensa; Obituário; Poder Judicial; RTP; Transportes - Ferroviáriosio; Poder Judicial; Problemas Laborais; Religião; RTP; Trabalho - Obras; Transportes - Ferroviários

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Em 1981, o "Governo" e as "Relações externas" voltaram a ser os subtemas dominantes de "Política Nacional". O mesmo não aconteceu com a "Presidência da República" que desceu de terceiro para sétimo lugar. A presença de Ramalho Eanes no Telejornal foi quase três vezes inferior à verificada em 1979. Em contrapartida, o subtema "Atividades Partidárias" quase duplicou, sendo o terceiro mais frequente. O "Poder Local" subiu do 13º para o quarto lugar, seguindo-se-lhe "Eleições". Este aumento de frequência explica-se principalmente pela cobertura dada às Eleições Intercalares para o terceiro maior município do país, Loures, e à sua campanha eleitoral. Também outros três atos eleitorais para autarquias foram notícia no Telejornal: os para o Município de Valpaços e para a Freguesia de Miragaia a 13 de setembro e o para a Freguesia de Trevões a 6 de outubro.

Tabela 6- Os subtemas de "Política Nacional" que pontuaram quatro ou mais vezes em 1981

Quantidade	subtemas/assuntos de "Política Nacional"
>50	Governo; Relações Externas; Atividades Partidárias
40-49	
30-39	Poder Local; Eleições
20-29	Assembleia da República
10-19	Presidência da República; Economia - Pescas; Atividades Militares
4-9	Sindicalismo; Economia - Agricultura; Regiões Autonomas; Conjunturas Financeiras; Encontros; Problemas Laborais; Revisão Constitucional; Atentados; Festividades; Casos de Polícia; Ano Letivo; CEE; Conflitos; Exposições; Problemas Escolares; Protestos

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Em 1984, a frequência de peças acerca das relações diplomáticas ultrapassou a das atividades do Governo no Telejornal. A atenção dada às negociações de adesão à Comunidade Económica Europeia fez subir o subtema "CEE" ao terceiro lugar em contraste com os 12º e 21º lugares em que se situara em 1979 e em 1981, respetivamente. A "Presidência da República" desceu novamente (-47,4% de peças do que em igual período de 1981), situando-se agora no 10º lugar. Em contrapartida, a presença das atividades das Forças Armadas, enquanto subtema de "Política Nacional" subiu, ultrapassando a "Assembleia da República" (6º), a Autarquias Locais (8º) e os atos Eleitorais (7º). Foram priorizados as Autárquicas e as Presidenciais, aguardadas para o ano seguinte, enquanto as eleições para as Assembleias das Regiões Autónomas só surgiram no Telejornal no seu dia de reflexão, 13 de outubro.

Tabela 7- Os subtemas de "Política Nacional" que pontuaram quatro ou mais vezes em 1984

Quantidade	subtemas/assuntos de "Política Nacional"
>50	Relações Externas; Governo
40-49	
30-39	
20-29	CEE; Atividades Partidárias
10-19	Atividades Militares; Assembleia da República; Eleições; Poder Local; Encontros; Presidência da República
4-9	Poder Judicial & Ministério Público; Ano Letivo; Regiões Autónomas; RTP; Problemas Laborais; Sindicalismo; Trabalho – Obras; Casos de Polícia; Economia – Indústria [inclui Têxteis]; ensino; Exposições; Comércio Externo

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

4.4. Framing/enquadramento

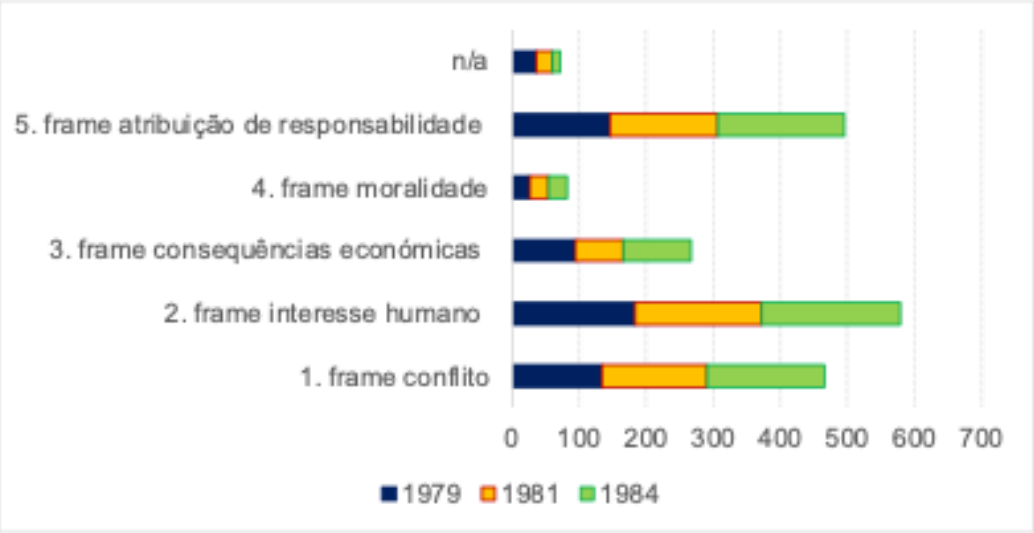
Do total das 778 peças de "Política Nacional" analisadas, quase 75% foram classificadas com o *frame* "interesse humano". O *frame* "atribuição de responsabilidade" foi o segundo mais frequente (63,8%); e o *frame* "conflito" o terceiro (59,9%). O *frame* "consequências económicas" surgiu em cerca de num terço das peças (34,4%); e o *frame* "moralidade" em apenas 10,5%. Isto, considerando os três períodos em conjunto (Tabela 8 e Figura 6).

Tabela 8- O *framing* de "Política Nacional" no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, nos três anos (1979, 1981 e 1984)

	1979		1981		1984		Total	
	n=264	% (n=264)	n=264	% (n=264)	n=250	% (n=250)	n=778	% (n=778)
1. frame conflito	134	50,8	157	59,5	175	70	466	59,9
2. frame interesse humano	183	69,3	190	72,0	206	82,4	579	74,4
3. frame consequências económicas	95	36,0	71	26,9	102	40,8	268	34,4
4. frame moralidade	27	10,2	28	10,6	27	10,8	82	10,5
5. frame atribuição de responsabilidade	145	54,9	162	61,4	189	75,6	496	63,8
n/a	36	13,6	24	9,1	12	4,8	72	9,3

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

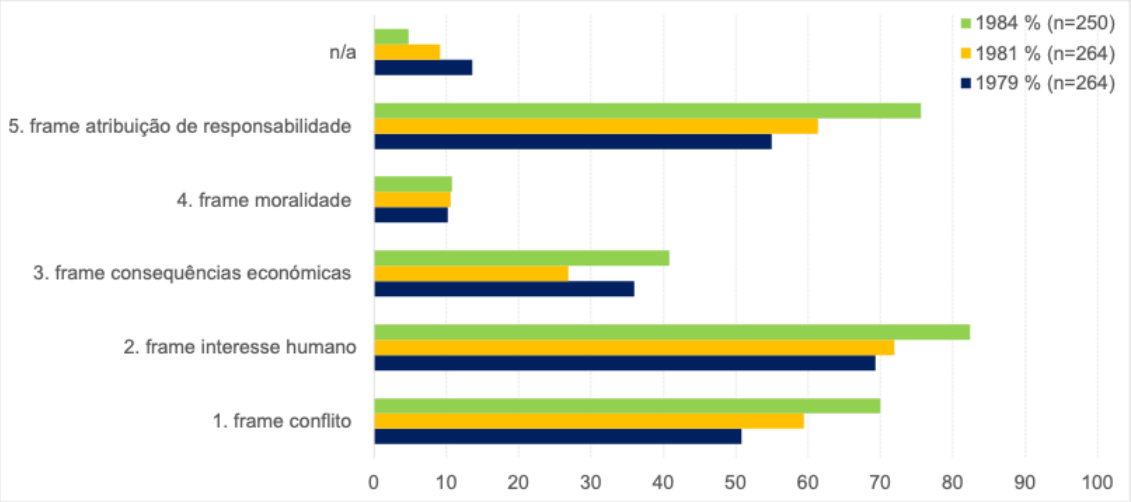
Figura 6- O *framing* de "Política Nacional" no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, nos três anos (1979, 1981 e 1984)



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

A figura 7 mostra a evolução do *framing*, tendo o foco no peso percentual referente a cada um dos três períodos em análise. Verificou-se uma tendência crescente ao longo dos três períodos de amostra do *frame* "Atribuição de responsabilidade", chegando aos 75,6% em 1984, o que significou um aumento de 20,7 pontos percentuais face ao peso relativo verificado em 1979. Semelhante ocorreu com os *frames* "Conflitos" e "Interesse Humano", com aumentos de 19,2 pontos percentuais e 13,1 pontos percentuais respetivamente. O *frame* "moralidade" manteve-se relativamente constante, rondando os 10%.

Figura 7- Evolução do framing de "Política Nacional" no Telejornal, 1979-1984 (entre 1 setembro e 15 de outubro de 1979), em %



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Das 466 peças classificadas com o *frame* "Conflito" do tema "Política Nacional", 81,8% respondem positivamente à questão: "A história reflete desacordo entre partidos-indivíduos-grupos-países?" (Tabela 9). Quase 60% das peças sob o *frame* "Conflito" referem-se a dois lados ou a mais do problema ou questão.

Tabela 9- Composição do *frame* "Conflito" do tema "Política Nacional" no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984

	1979		1981		1984		Total	
	n=134	% (n=134)	n=157	% (n=157)	n=175	% (n=175)	n=466	% (n=466)
1.1 A história reflete desacordo entre partidos-indivíduos-grupos-países?	110	82,1	136	86,6	135	77,1	381	81,8
1.2 Um partido-indivíduo-grupo-país censura o outro?	43	32,1	72	45,9	62	35,4	177	38,0
1.3 A história se refere a dois lados ou a mais de dois lados do problema ou questão?	86	64,2	70	44,6	115	65,7	271	58,2
1.4 A história se refere a vencedores e perdedores?	17	12,7	20	12,7	14	8,0	51	10,9

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Apesar da grande presença do *frame* "Interesse humano" (579 peças), foram poucas as peças sob o tema "Política Nacional" que forneciam um exemplo humano ou "face humana" sobre o assunto, ou que fornecessem histórias que entram na vida privada ou

pessoal dos atores (Tabela 10). O que explicou a forte presença do *frame* "Interesse humano" foi o emprego de adjetivos ou vinhetas pessoais que geram sentimentos de indignação, empatia-cuidado, simpatia ou compaixão. Tal ocorreu em 499 peças (o mesmo que em 63,3% do total das peças de "Política Nacional".

Tabela 10- Composição do frame "Interesse humano" do tema "Política Nacional" no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984

	1979		1981		1984		Total	
	n=183	% (n=183)	n=190	% (n=190)	n=206	% (n=206)	n=579	% (n=579)
2.1 A história fornece um exemplo humano ou "face humana" sobre o assunto?	32	17,5	20	10,5	28	13,6	80	13,8
2.2 A história emprega adjetivos ou vinhetas pessoais que geram sentimentos de indignação, empatia-cuidado, simpatia ou compaixão?	146	79,8	162	85,3	191	92,7	499	86,2
2.3 A história enfatiza como indivíduos e grupos são afetados pela questão/problema?	53	29,0	43	22,6	97	47,1	193	33,3
2.4 A história entra na vida privada ou pessoal dos atores?	27	14,8	31	16,3	24	11,7	82	14,2
2.5 A história contém informações visuais que podem gerar sentimentos de indignação, empatia-cuidado, simpatia ou compaixão?	64	35,0	27	14,2	70	34,0	161	27,8

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Para a classificação do *frame* "Consequências económicas" contribuíram sobretudo a "menção de perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro" e "referência às consequências económicas de seguir ou não um curso de ação" (Tabela 11).

Tabela 11- Composição do frame "Consequências económicas" do tema "Política Nacional" no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984

	1979		1981		1984		Total	
	n=95	% (n=95)	n=71	% (n=71)	n=102	% (n=102)	n=268	% (n=268)
3.1 Há uma menção de perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro?	76	80,0	58	81,7	90	88,2	224	83,6
3.2 Há menção dos custos/grau de despesa envolvidos?	31	32,6	20	28,2	30	29,4	81	30,2
3.3 Há uma referência às consequências económicas de seguir ou não um curso de ação?	81	85,3	58	81,7	88	86,3	227	84,7

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

“Moralidade” foi o *frame* menos frequente no tema “Política Nacional” do Telejornal. Foi praticamente inexistente a referência à moralidade, Deus e outros princípios religiosos (Taleba 12). 68,3% das 82 peças do *frame* “Moralidade” oferecem prescrições sociais sobre como se comportar.

Tabela 12- Composição do frame “Moralidade” do tema "Política Nacional" no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984

	1979		1981		1984		Total	
	n=27	% (n=27)	n=28	% (n=28)	n=27	% (n=27)	n=82	% (n=82)
4.1 A história contém alguma mensagem moral?	17	63,0	12	42,9	25	92,6	54	65,9
4.2 A história faz referência à moralidade, Deus e outros princípios religiosos?	3	11,1	0	0,0	4	14,8	7	8,5
4.3 A história oferece prescrições sociais específicas sobre como se comportar?	20	74,1	22	78,6	14	51,9	56	68,3

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

O *frame* “Atribuição de responsabilidade” foi o segundo mais frequente nos três períodos em análise: 496 em 778 peças, representando 63,8% das peças sob o tema “Política Nacional” (Tabela 8). Dessas 496, 373 peças (75,2%) sugerem solução/s para a questão/problema; e 284 peças (57,3%) sugerem que governo podia ser capaz de aliviar o problema/questão.

Tabela 13- Composição do frame "Atribuição de responsabilidade" do tema "Política Nacional" no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984

	1979		1981		1984		Total	
	n=145	% (n=145)	n=162	% (n=162)	n=189	% (n=189)	n=496	% (n=496)
5.1 A história sugere que algum nível de governo tem a capacidade de aliviar o problema?	75	51,7	82	50,6	127	67,2	284	57,3
5.2 A história sugere que algum nível do governo é responsável pela questão/problema?	37	25,5	41	25,3	25	13,2	103	20,8
5.3 A história sugere solução(ões) para a questão/problema?	105	72,4	123	75,9	145	76,7	373	75,2
5.4 A história sugere que um indivíduo (ou grupo de pessoas na sociedade) é responsável para a questão/problema?	37	25,5	46	28,4	37	19,6	120	24,2
5.5 A história sugere que o problema requer ação urgente?	32	22,1	45	27,8	71	37,6	148	29,8

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

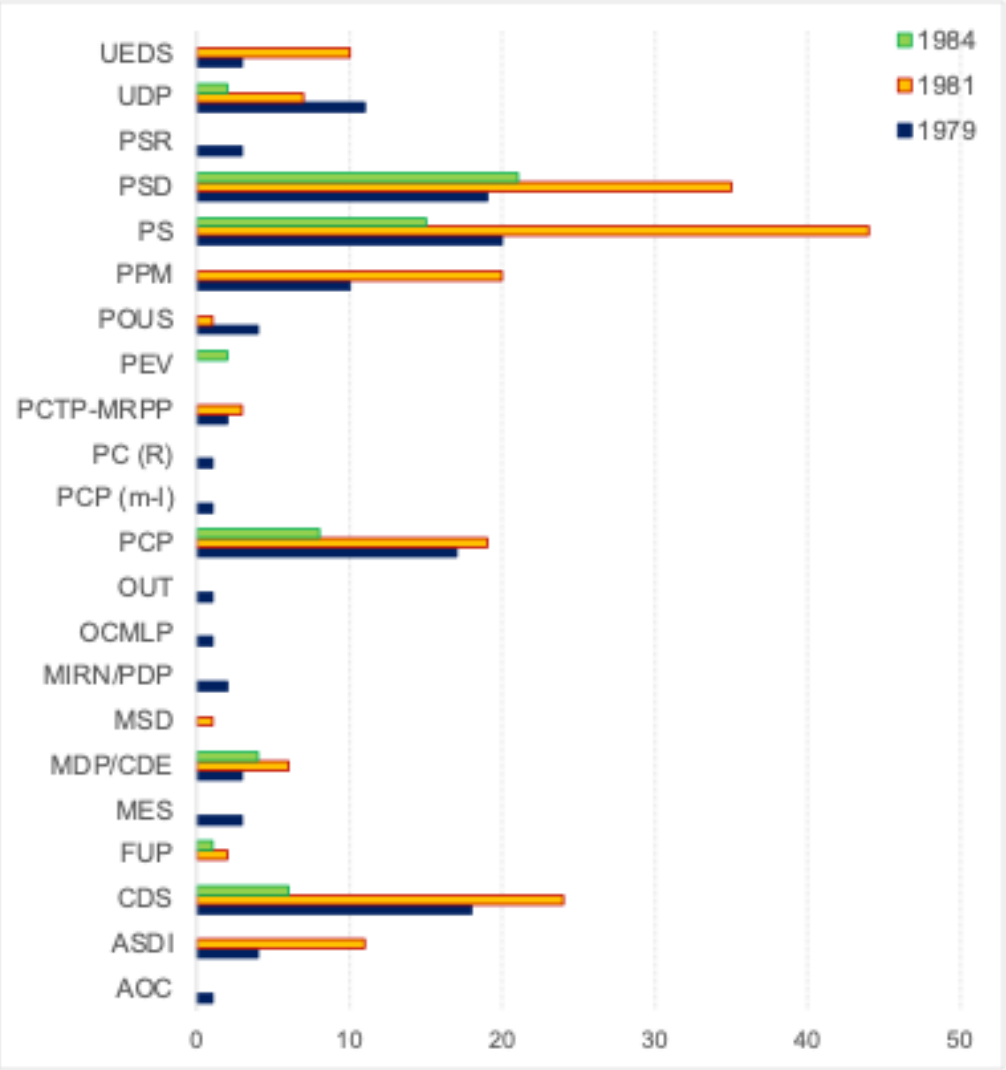
À exceção da posição liderante do frame "Interesse humano", a ordem de predominância de *frames* na RTP é a mesma que a verificada por Semetko e Valkenburg no seu estudo sobre o noticiário do encontro dos chefes de Estado europeus reunidos em Amsterdão em 1997. Neste nosso estudo, o que mais surpreende é que a estação pública de televisão RTP, apesar de comummente ser tida como um órgão sério e sóbrio, apresente resultados que, de acordo Semetko e Valkenburg (2000), caraterizam os órgãos de comunicação social sensacionalistas. Essa valorização do frame "interesse humano" pela RTP foi aumentando no tempo analisado: em 1979, esteve presente em 69,3% das peças; aumentou para os 72,0% em 1981; chegando aos 82,4% em 1984 (mais 13 pontos percentuais do que em 1979).

4.5. Visados: os partidos políticos

Identificamos os visados (representado e/ou mencionado) partidários em 179 peças classificadas no tema "Política Nacional": 54 em 1979, 88 em 1981 e 37 em 1984 (Tabela 13).

Verificamos que o pluralismo partidário vai diminuindo: 19 organizações partidárias identificadas em 1979; 13 em 1981; e 8 em 1984 (Figura 8). Em 1981, alguns partidos obtiveram uma frequência claramente maior do que a registada nos outros dois anos em análise.

Figura 8- Frequência das organizações partidárias visadas nas peças de "Política Nacional", no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Haverá alguma relação entre os partidos mais visados nas peças de "Política Nacional" do Telejornal e os partidos mais votados nas eleições imediatamente anteriores?

A resposta é positiva em relação a 1979. Os cinco partidos mais visados foram por ordem decrescente: PS, PSD, CDS, PCP e UDP (Tabela 13). Estes haviam sido também os mais votados nas eleições de 1976. Nessas primeiras legislativas depois do 25 de Abril: PS obtivera 34,87% nessas eleições, o PSD (na altura ainda denominado PPD) 24,38%, o CDS 16,00%, o PCP 14,35% e a UDP 1,67% (Comissão Nacional de Eleições, 1976). O mesmo não ocorreu com o sexto partido mais visado – o PPM que fora o 10º mais votado (com 0,52%). Ainda assim, a sua votação não estivera longe dos 0,77% dos votos obtidos pelo FSP, o sexto partido mais votado. Não identificamos o FSP nos visados de "Política Nacional" do Telejornal no período analisado de 1979.

Em 1981, o PS foi o partido mais visado apesar de não ter sido o mais votado nas eleições legislativas de 1980. Neste ato eleitoral, a AD (coligação PSD-CDS-PPM) conquistara 45,96% dos votos, a FRS (coligação PS-ASDI-UEDS) 28,40%, a APU (coligação PCP-MDP/CDE) 17,14% (Comissão Nacional de Eleições, 1980).

Em 1984, também não se verifica coincidência entre os dois partidos mais votados nas eleições legislativas de 1983. O PS fora nessas eleições o que conquistara mais votos (36,12%); mas foi o segundo mais visado. Em contrapartida, o PSD foi o mais visado, mas segundo mais votado (27,24% dos votos) (Comissão Nacional de Eleições, 1983). A coincidência visado/votado verifica-se nos terceiro e quartos lugares.

Tabela 14- Organizações partidárias visadas nas peças de "Política Nacional", no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984

	1979		1981		1984	
	n=54	% (n=54)	nº 88	% (n=88)	n=37	% (n=37)
AOC	1	1,9	0	0,0	0	0,0
ASDI	4	7,4	11	12,5	0	0,0
CDS	18	33,3	24	27,3	6	16,2
FUP			2	2,3	1	2,7
MES	3	5,6	0	0,0	0	0,0
MDP/CDE	3	5,6	6	6,8	4	10,8
MSD			1	1,1	0	0,0
MIRN/PDP	2	3,7	0	0,0	0	0,0
OCMLP	1	1,9	0	0,0	0	0,0
OUT	1	1,9	0	0,0	0	0,0
PCP	17	31,5	19	21,6	8	21,6
PCP (m-l)	1	1,9	0	0,0	0	0,0
PC (R)	1	1,9	0	0,0	0	0,0
PCTP-MRPP	2	3,7	3	3,4	0	0,0
PEV					2	5,4
POUS	4	7,4	1	1,1	0	0,0
PPM	10	18,5	20	22,7	0	0,0
PS	20	37,0	44	50,0	15	40,5
PSD	19	35,2	35	39,8	21	56,8
PSR	3	5,6	0	0,0	0	0,0
UDP	11	20,4	7	8,0	2	5,4
UEDS	3	5,6	10	11,4	0	0,0

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

4.6. Visados: Situação vs. Oposição

No que respeita à classificação Situação[3] vs. Oposição (classes não mutuamente exclusivas numa peça), verificamos um claro desequilíbrio, em favor da Situação que se agravou com o tempo: O desequilíbrio foi de 129 peças para 56 em 1979; com um ligeiro aumento em 1981: 187 vs 74. Em 1984, essa diferença acentuou-se passando para uma proporção de 188 vs 23 (isto é 8,2 vezes superior em favor da Situação).

Se considerarmos as peças de "Política Nacional" com contabilização de tempo registadas pela RTP, verificamos um desequilíbrio em favor da Situação em vários níveis. Em 1979, o número de peças referentes à Situação foi 2,3 vezes superior ao número de

[3] Como Situação entende-se como o conjunto do Governo com os partidos que o apoiam

peças dedicadas à Oposição. A soma do tempo das peças referentes à Situação foi de 2,5 vezes superior ao da Oposição (Tabela 14). Em 1981, aumentam os rácios em favor da Situação: 2,6 em termos de número de peças; 3,1 em termos de tempo. Em 1984, esses rácios agravaram-se fortemente: 8,3 e 9,2, respetivamente. O tempo médio por peça foi também superior nas peças referentes à Situação nos três períodos em estudo (Tabela 15).

Tabela 15- Duração temporal das peças de "Política Nacional" referentes à Situação e à Oposição

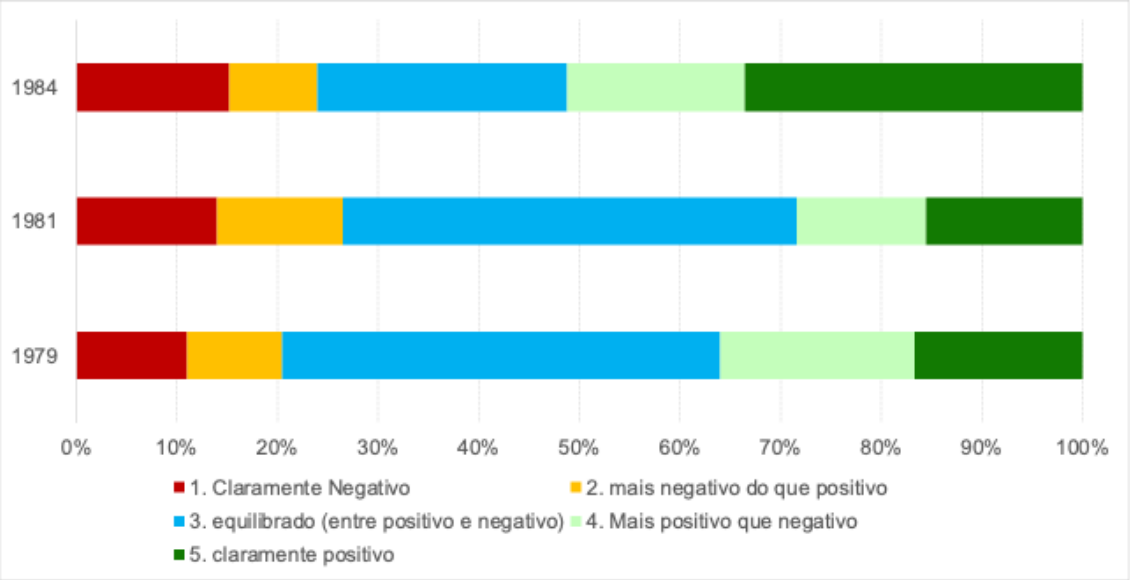
		Situação	Oposição
1979	*n*	85	37
	duração total	3:46:17	01:31:29
	duração média	00:02:40	00:02:28
1981	*n*	127	49
	duração total	5:02:48	01:38:57
	duração média	00:02:23	00:02:04
1984	*n*	133	16
	duração total	3:40:27	00:23:52
	duração média	00:01:39	00:01:29

Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

4.7. Tom

A Figura 9 ilustra o Tom das 778 peças de “Política Nacional” analisadas neste estudo. Verificamos que o Tom foi tendencialmente mais positivo em 1984.

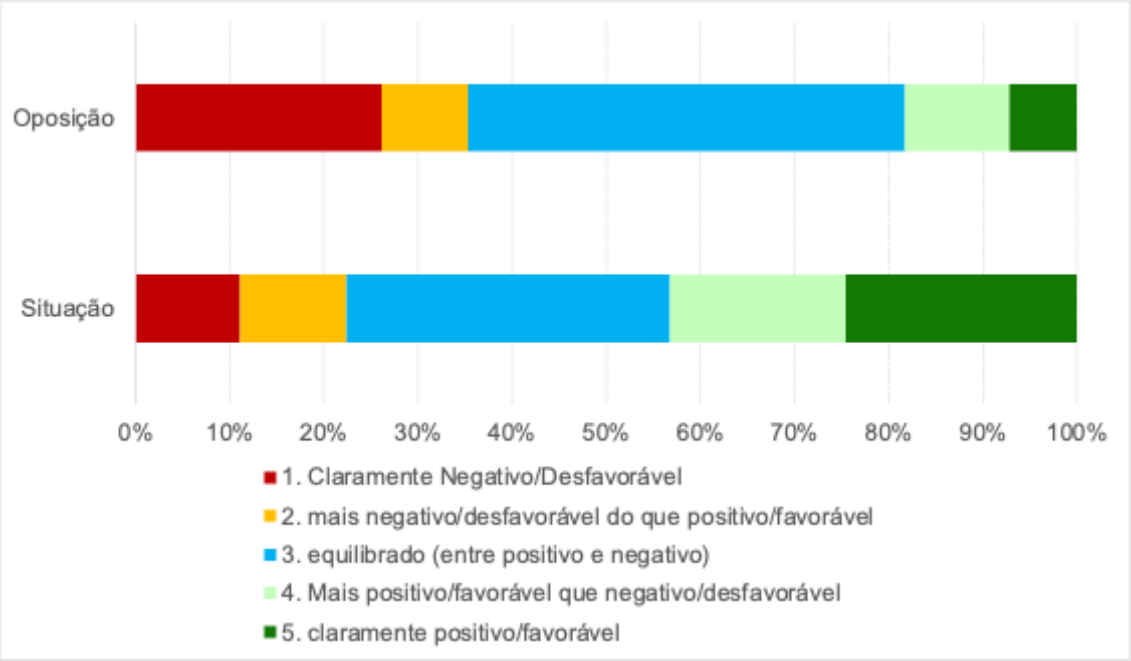
Figura 9- Tom das peças de "Política Nacional", no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Olhemos agora para o binómio "Situação" vs. "Oposição". Ao todo, foram identificadas 504 peças referentes à "Situação" e 153 referentes à "Oposição". Verificamos uma vez mais um desequilíbrio no Tom, com 43,3% das peças a terem um tom favorável para com a Situação; contra 18,3% das peças com tom favorável para com a Oposição. Registaram-se mais peças com Tom desfavorável para com a Oposição (35,3%) do que para com a Situação (22,4%) (Figura 10). Ainda assim, o tom moderado/neutro (nem positivo nem negativo) foi o que ocupou a maior fatia em ambos os casos.

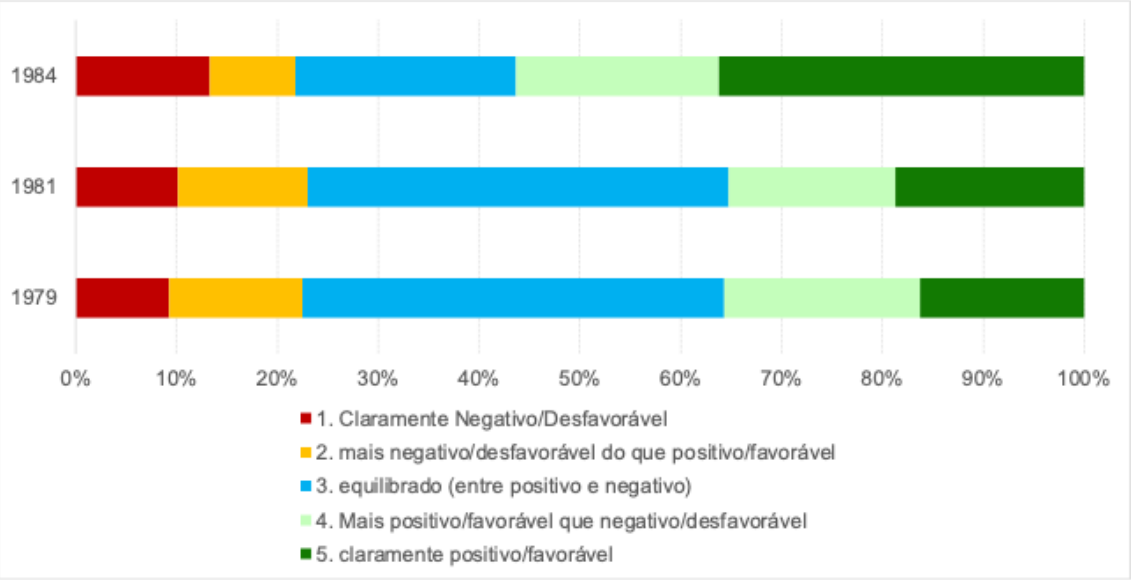
Figura 10- Tom referente à "Situação" e à "Oposição" das peças de "Política Nacional", no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

1984 foi o ano em que o Tom das peças de "Política Nacional" foi sobretudo mais favorável à "Situação" (Figura 11). Das peças em que foi visada, 36,2% eram-lhe "claramente favoráveis".

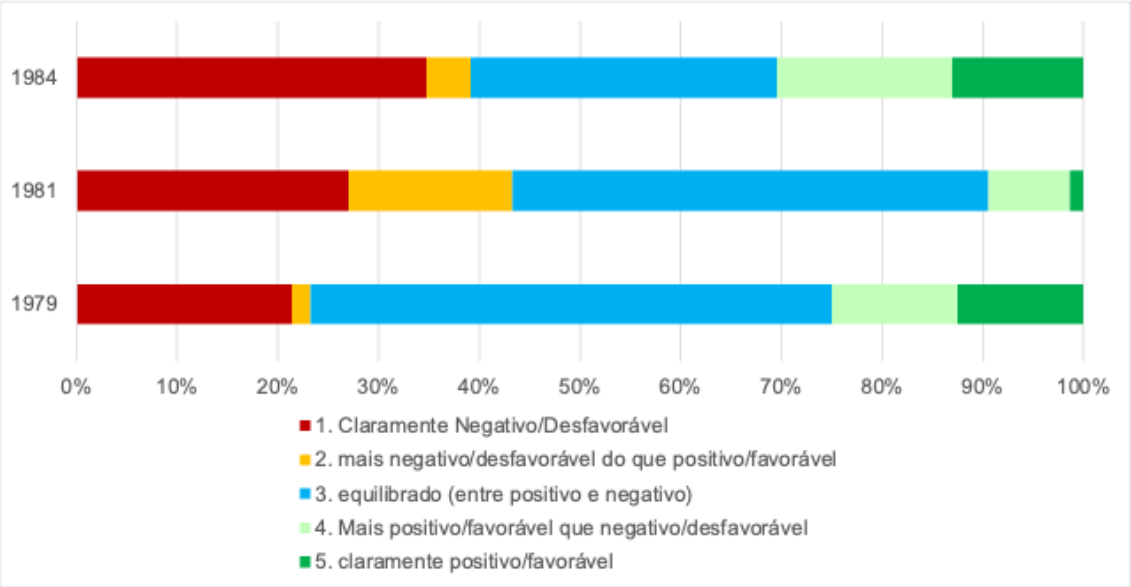
Figura 11- Tom referente à "Situação" das peças de "Política Nacional", no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

1981 foi o ano em que o Tom das peças de "Política Nacional" foi sobretudo mais desfavorável à "Oposição" (Figura 12). Nesse ano, só uma pequena percentagem das peças apresentou um tom favorável à Oposição. Todavia, foi em 1984 em que houve maior percentagem de peças que lhe foram "claramente desfavoráveis" (34,8%).

Figura 12- Tom referente à "Oposição" das peças de "Política Nacional", no Telejornal, entre 1 setembro e 15 de outubro, em 1979, 1981 e 1984



Fonte: Elaborado pelo autor no Excel

Vejamos exemplos de assuntos de cada ano em que os tons foram, respetivamente, Claramente Positivo/Favorável e Negativo/Desfavorável em relação ao Governo/Situação: A edição do Jornal da RTP1 de 10 de setembro de 1979 abre, logo após o genérico, com uma foto de Maria de Lurdes Pintasilgo acompanhada pela seguinte citação, em oráculo, da grande entrevista que a Primeira-Ministra deu à RTP1 e que seria apresentada em edição especial do Jornal:

"Não estou isolada, estou apoiada onde a vida está, isto é, na população, no seu dia a dia, nas suas preocupações reais".

Por outro lado, um assunto em que o Governo foi sempre visto de forma negativa foi a situação de aumento de preços de bens energéticos, telefones e adubos no início de setembro, medidas descontentadas não só pelos partidos como também os parceiros sociais do Governo. A edição de 8 de setembro do "Jornal da RTP Fim-de-Semana" abre com as manchetes da imprensa sobre a subida dos preços dos combustíveis, seguida de um direto de Luís Rodrigues num posto de abastecimento junto a uma das entradas para Lisboa para acompanhar a adesão por parte dos condutores e de um cartoon de António

"com uma linguagem própria que a cada um cabe decifrar. Fechando o assento, foram apresentadas imagens provenientes do Rio de Janeiro de um carro movido a uma fonte alternativa de combustível, o álcool. Entretanto, a decisão governamental para aumento do Salário Mínimo Nacional e do Subsídio de Desemprego em conjunto com o anúncio de que um Subsídio para Jovens que ainda não têm primeiro emprego já estar em fase adiantada foram noticiadas de forma positiva na abertura do Jornal de 19 de setembro, com o primeiro dos aumentos sendo salientado como o maior desde o 25 de Abril.

Aquando do início de funções da VIII Governo Constitucional a 4 de setembro de 1981, a UDP foi o primeiro partido da Oposição a reagir ao discurso da tomada de posse ao manifestar-se contra a "concordância das posições do Presidente da República e da AD acerca da exigência de maiores sacrifícios ao povo português no apoio à iniciativa privada" e também acusando o Governo de ceder a exigências do FMI e da CIP. As outras reações apresentadas nesse Telejornal foram da CGTP, que considera o discurso do Primeiro-Ministro como o "reafirmar de ameaças aos interesses dos trabalhadores" e é feita referência de que um porta-voz desta central sindical que anunciou à agência ANOP a convocação de um plenário para análise da situação sociopolítica e definição de ações necessárias para a defesa dos "direitos e interesses dos trabalhadores". O Telejornal integrado na edição de 19 de setembro de 1981 do "Aqui e Agora" apresentou uma reportagem sobre o plenário onde Álvaro Rama, membro do Secretariado Nacional da Intersindical, declara que tal "resolveu uma série de iniciativas com vista a uma oposição frontal ao Governo a desencadear até à sua derrota total"[4].

No discurso de encerramento da Festa do Avante, o Secretário-Geral Comunista Álvaro Cunhal expressou a sua defesa na dissolução do Parlamento e a promulgação de Eleições Legislativas num prazo de três meses e acusou o Partido Socialista de "facilitar a formação do Governo AD. (TJ edições de 6 e 7 de setembro de 1981) Contestação do partido líder da Oposição ao Governo só surge no Telejornal a 20 de setembro com

[4] Excerto da reportagem pode ser consultado em https://museu.rtp.pt/coleccao-tv-radio/conteudos-televisao/272/aqui-e-agora. Entenda-se que a primeira greve geral realizada após o 25 de Abril, a 12 de fevereiro de 1982, seja uma de tais "iniciativas".

declarações de Mário Soares em Matosinhos onde o Secretário-Geral do PS anuncia que esse partido iria tomar uma série de iniciativas no sentido de polarizar a formação de uma nova maioria parlamentar que "salve o país da ruína criada pela AD" mas dois dias antes, é feita a referencia à intervenção de Soares no debate do Programa do Governo de que a discussão dos programas de sucessivos Governos no Parlamento tinha a tendência a transformarem-se, cada vez mais, "num ritmo desprovido de interesse pratico que o país segue entre bocejos".

O discurso de Álvaro Cunhal no final da Festa do Avante de 1984 incluiu, tal como o de 1981, o apelo à mais imediata dissolução do Governo além da condenação do agora líder da Oposição à formalização da abertura da Banca à Iniciativa Privada. (TJ, edição de 9-9-1984) O secretário-geral do PCP volta a apelar à dissolução num encontro com jornalistas após reunião do Comité Central do Partido, afirmando também a existência de condições para a formação de um novo executivo "democrático e patriótico", mas considerando, porém, a inviabilidade de apresentar uma moção de censura face à maioria parlamentar da Situação. (TJ, edição de 15-9-1984) Enquanto isso, imagem positiva do Governo é a que diz respeito às relações com os PALOP, como se pode comprovar nos trabalhos relacionados com a visita de Mário Soares a Moçambique no início de setembro visualizados no Arquivo RTP.

A situação vivida no seio da Informação da RTP teve espaço no Telejornal na forma de despachos do Conselho da Comunicação Social (CCS) seguidos de respostas aos mesmos por parte do Conselho de Gerência da Televisão. No Telejornal de 14 de setembro de 1984, foi lida uma extensa recomendação do CCS com nove páginas relacionada com a segunda suspensão da Grande Reportagem sobre a UNITA onde é denunciada a cedência do Conselho de Gerência a pedidos do Governo e a ordem do primeiro ao Diretor de Informação de suspender a emissão, contrariando as ordens do CCS para que tal fosse feita independentemente do processo levantado aos autores da Reportagem, ordem que segundo o Conselho viola tanto os termos da Lei e a Ordem de Serviço nº80/83 de 4 de Novembro como o compromisso que o Diretor fez ao CCS e a carta fecha com a recomendação de que a emissão da reportagem seja feita, novamente em termo independente do processo contra seus autores, e complementada, caso

necessário no jeito de garantir rigor e objetividade na informação, com outros programas que deem boa imagem ao Estado e Sociedade Angolanas. À leitura desta recomendação seguiu-se a resposta do Conselho de Gerência, que reitera que a emissão da reportagem se encontra suspensa desde 18 de maio em termos que foram referidos no TJ daquela data e desmente as acusações de cedência ao Governo. O Conselho de Gerência faz questão de não ignorar a polémica envolvendo a situação e às eventuais consequências negativas para as relações de Portugal e Angola que a emissão pode comportar na conjuntura atual já que a Lei exige que a RTP "estreite as relações com todos os povos, sobretudo os de expressão portuguesa. O Conselho de Gerência fecha o comunicado com o anúncio da emissão da reportagem para 2 de outubro, mas sem ainda ceder às recomendações do CCS de complementar a emissão.

O outro caso que teve exposição em comunicados foi o afastamento de Fialho de Oliveira do cargo de Diretor de Informação. No Telejornal de 18 de setembro foi lido uma diretiva do CCS ao Conselho de Gerência da RTP para anulação do processo disciplinar de suspensão do jornalista e considerando os contactos que o mesmo teve com o órgão parlamente como legais e obrigatórios ao abrigo da Lei nº23/83, de 6 de setembro. A resposta do CG lida logo a seguir reafirma, entretanto, que a suspensão do Diretor se tratou de uma medida laboral interna movida por quebra de lealdade e desobediência e não por razões informativas. O Conselho defende a competência exclusiva na gestão de pessoal e critica a falta de audição prévia do CCS. O caso voltaria ao Telejornal no final da edição de 9 de outubro com a leitura de uma recomendação do CCS onde o órgão, por sua maioria, declara-se impossibilitado de emitir o parecer sobre a exoneração de Fialho de Oliveira pelo facto do Conselho de Gerência não ter apresentado quaisquer fundamentos, o que viola a exigência, nos termos da Lei, de um parecer "prévio, público e fundamentado".

Mas não foi só por estes comunicados que a situação dentro da Informação da RTP foi exposta no Telejornal. Na edição de 21 de setembro é apresentada uma reportagem sobre um seminário acerca da Televisão em Portugal no Instituto Pesquisa Social e Democrata (atual Instituto Francisco Sá Carneiro) onde o ex-Primeiro-Ministro Pinto Balsemão acusou a pressão do Governo sobre a RTP de ser maior do que nunca além de

dar a observação de que os então atuais preceitos constitucionais que atribuíam o monopólio das emissões de TV ao Estado juntamente com a "inexistência de salvaguardas" para a gerência da RTP "provocavam a vulnerabilidade do sistema".

5. Considerações Finais

A RTP foi usada como instrumento de propaganda do regime derrubado no 25 de Abril de 1974. No regime que se lhe seguiu, houve quem encarasse a RTP como um "aparelho ideológico do Estado", pelo que "não [se] podia atacar o Governo para além de certos parâmetros, porque entraria numa contradição humanamente impossível" (Cerveira, 2004). Em 1982, foi criticada por "falta de isenção na informação" (Portugal Hoje, 1982). As críticas foram mais severas relativamente ao período do governo de Bloco Central, considerado como um dos piores períodos para o jornalismo da RTP desde 1974, devido a certas e estreitas relações entre o Governo, o Conselho de Gerência e os jornalistas (Narciso, 2004). Em junho de 1984, foi alvo de uma comissão parlamentar de inquérito. Nela se concluiu, entre outros, a existência de "condicionamentos de informação" e "indesejável tendência à partidarização" (Cádima, 2022).

Neste estudo, verificou-se que a "Política Nacional" foi o tema mais presente no principal bloco noticioso diário da RTP1 em todos os períodos analisados: entre 1 de setembro e 15 de outubro dos anos 1979, 1981 e 1984.

Quanto aos partidos, o Partido Socialista, o partido com maior representação parlamentar obtida nas primeiras eleições legislativas (em 1976) e nas eleições intercalares de dezembro de 1979, foi o mais representado e/ou mencionado no Telejornal no primeiro período em análise (entre 1 de setembro e 15 de outubro dos anos 1979). Voltou a sê-lo dois anos depois, apesar de ser o líder da oposição. Mas em 1984, depois de ser o partido mais votado nas eleições de 1983, o PS foi o segundo mais visado no Telejornal da RTP, ficando atrás do outro partido do Governo do Bloco Central, o Social-Democrata. Também em 1984 o Partido Comunista ultrapassou o do Centro Democrático Social como terceiro mais representado/mencionado no Telejornal. Seja como for, no geral, verificou-se uma correlação entre os partidos mais votados e os mais visados no Telejornal nos três períodos em análise.

Verificou-se que independentemente do governo e dos partidos e forças políticas que o constituem, a Situação sempre recebeu maior destaque, protagonismo e tempo de antena do que a Oposição. O tom das peças foi mais favorável à Situação e mais desfavorável à Oposição. Os dados sugerem que o período do Bloco Central foi, dos três analisados, aquele em que a Informação da RTP1 esteve mais próxima do poder político.

O enquadramento da política no noticiário diário da RTP transmitido em horário nobre, no período pós-revolucionário, valorizou por ordem decrescente os *frames*: "Interesse humano", "atribuição de responsabilidade", "conflito", "consequências económicas", e "moralidade". Sendo a RTP comummente tida como um órgão sério e sóbrio, é surpreendente que tenha valorizado tanto o *frame* "interesse humano". Este foi o *frame* mais frequente nos três períodos analisados, o que nos leva a afirmar que o noticiário de política da estação pública de televisão no período pós-revolucionário escolheu preferencialmente um enquadramento que, segundo Semetko e Valkenburg (2000), carateriza os órgãos de comunicação social classificados de sensacionalistas. Tal agravou-se no período analisado, atendendo a que a predominância do *frame* "interesse humano" nas peças sobre política nacional aumentou de 69,3% em 1979 para os 82,4% em 1984. Nessa altura, a RTP detinha o monopólio de televisão em Portugal. Ainda assim, é possível que o noticiário de política no serviço informativo diário do canal 2 da RTP (Informação/2) apresente valores diferentes aos verificados relativamente ao Telejornal do canal 1. Uma hipótese que uma outra investigação no futuro nos poderá esclarecer.

Apesar das limitações que foram aludidas no capítulo 3, este estudo contribui para um melhor conhecimento do jornalismo político televisivo no Portugal pós-revolucionário. É do desejo do autor que este trabalho inspire a realização de investigações sobre telejornais no período entre o 25 de Abril e o aparecimento das Televisões Privadas, com enfase especial quanto aos períodos eleitorais.

Referências Bibliográficas

Agee, W. K., & Traquina, N. (s.d.). *O quarto poder frustrado – Os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário.* Vega

Alves, C. F. (1984, 15 de setembro). *RTP: A Sombra de Kafta.* Expresso – A Revista.

Araújo, J. M. L. (2015). *40 Anos depois.* Revista comemorativa dos 40 anos da RTP Açores.

Arowolo, S. O. (2017). *Understanding Framing Theory.* Lagos State University.

Assembleia da República (1983). "Lei nº 23/83 de 6 de Setembro – Conselho de Comunicação Social" *Diário da República* nº 205/1983, Série I de 1983-09-06. 3134-3139.

Avillez, M. J. (1980, 15 de novembro). *Proença de Carvalho ao Expresso – "Quase tudo o que desejei tenho-o conseguido".* Expresso.

Bateson, G. (1972). *Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychology, evolution and epistemology.* San Francisco, CA: Chandler.

Cádima, F. R. (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa.* Editorial Presença.

Cádima, F. R. (2008, 27 de fevereiro). A Comunicação Social em Portugal no Século XX - Fragmentos para a História de um Servidor de dois Amos (*). *Irreal TV.* https://irrealtv.blogspot.com/2004/06/comunicao-social-em-portugal-no-sculo.html

Cádima, F. R. (2022). *Os presidentes, a política e os média – Uma história do 25 de Abril.* 1ª edição. Publicações D. Quixote

Cádima, F.R. (2024). Censura e propaganda na informação televisiva da RTP ao tempo de Salazar e Caetano. Em Gomes, P. & Cavaco, S. (coor.), *Media e Jornalismo em Tempos de Ditadura: Censura, Repressão e Resistência.* Âncora Editora.

Carvalho, D. P. (2022). *Justiça, Política e Comunicação Social – Memórias do Advogado.* 2ª edição. Bertrand Editora

Cerveira, B. (dir. geral). (2004). Da Revolução à normalização (5º episódio) [Episódio de série de documentário]. Em *RTP – Retratos de uma Televisão.* D&D Audiovisuais; RTP Meios de Produção. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/da-revolucao-a-normalizacao/

Comissão Nacional de Eleições (1976). Anexo oficial com o resultado das eleições para a Assembleia da República - 25 de Abril de 1976. Comissão Nacional de Eleições. *Diário da República* nº 122/1976, 1º Suplemento, Série I de 1976-05-25: 1176-(5). https://files.diariodarepublica.pt/1s/1976/05/12201/00010005.pdf

Comissão Nacional de Eleições (1979). Mapa oficial com o resultado das eleições intercalares para a Assembleia da República em 2 de Dezembro de 1979. *Diário da República* nº 295/1979, 2º Suplemento, Série II de 1979-12-24: 3334-(53). https://files.diariodarepublica.pt/1s/1979/12/29502/00490053.pdf

Comissão Nacional de Eleições (1980). Mapa oficial com o resultado das eleições para a Assembleia da República realizadas a 5 de Outubro de 1980. *Diário da República* nº 254/1980, 2º Suplemento, Série I de 1980-11-03: 3176-(7). https://files.diariodarepublica.pt/1s/1980/11/25402/00030008.pdf

Comissão Nacional de Eleições (1983). Mapa oficial com o resultado das eleições para a Assembleia da República realizadas em 25 de Abril de 1983. *Diário da República* nº121/1983, Suplemento, Série I de 1983-05-26: 1928-(5). https://files.diariodarepublica.pt/1s/1983/05/12101/00010005.pdf

Craveiro, S. (2023). *Barata-Feyo: "As pessoas não se revêem na imprensa".* Gerador. 30 de junho. https://gerador.eu/barata-feyo-as-pessoas-nao-se-reveem-na-imprensa/ (consultado a 7 de setembro de 2026)

Diário de Notícias (1982, 18 de outubro). *Teletexto a partir de hoje na RTP/2 – Responsáveis dos jornais diários respondem a um inquérito do "DN".* Diário de Notícias.

Diário de Notícias (1982, 18 de outubro). *Teletexto virá dificultar missão da Imprensa escrita – opinião da maior parte dos directores dos jornais diários.* Diário de Notícias.

Diário Popular (1982). *Não aos teletextos da RTP e ao «corte e cola» dos jornais – posição do Conselho de Imprensa, que considera «monolítica» a Informação da TV.* Diário Popular.

Diário Popular (1982, 22 de outubro). *Nova programação da RTP em debate.* Diário Popular.

Diário Popular (1982, 26 de outubro). *Conselho de Imprensa critica Teletexto.* Diário Popular.

Diri, C. T. (2019). News Framing, Agenda Setting, and Gate-keeping as Culprits in News Manipulation and Biased Journalism. *Critical Media Discourse: Readings in Communication Studies' Controversies*. Port Harcourt: LSB Media Limited. https://www.researchgate.net/publication/381094383_News_Framing_Agenda_Setting_and_Gate-keeping_as_Culprits_in_News_Manipulation_and_Biased_Journalism

Duarte, A. (1980, 23 de outubro). *Remodelações na Informação da RTP.* Tempo.

Entman, R. M. (1991). Framing US Coverage of international News: Contrast in Narratives of KAL and Iran Air Incidents. *Journal of Communication, 41 (4),*, 6–27.

Entman, R. M. (2004). *Projections of Power: Framing News, Public Opinion and U.S. Foreign Policy.* Chicago & London: University of Chicago Press.

Entman, R. M. (2007) *Framing Bias: Media in the Distribution of Power.* School of Media and Public Affairs, Washington, D.C.: The George Washington University, https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00336.x

Expresso (1980). *Fernando Lopes afastado da RTP-2.* Expresso.

Expresso (1980). *Informação/2 regressará com poucas alterações.* Expresso.

Expresso (1980, 26 de outubro*). Proença de Carvalho silencia 2º canal da RTP e divide candidatos presidenciais por letras.* Expresso Revista.

Expresso (1984, 22 de dezembro). *Conflito entre Palma Carlos e o Telejornal.* Expresso.

Fernandes, T. (2002, 1 de setembro). *Informação 2: Uma "pedrada no charco".* Público. https://www.publico.pt/2002/09/01/jornal/informacao-2-uma-pedrada-no-charco-174079 (consultado a 7 de setembro de 2026)

Freire, R. S. (2015, 13 de outubro). *José Manuel Barata-Feyo: "Nasci com política no biberon".* Nascer do Sol. https://sol.sapo.pt/2015/10/13/jose-manuel-barata-feyo-nasci-com-politica-no-biberon/ (consultado a 8 de junho de 2026)

Gomes, P., & Cavaco, S. (coor.) (2024). *Media e Jornalismo em Tempos de Ditadura: Censura, Repressão e Resistência.* Âncora Editora.

Klepka, R., Francistyová, B., Furtáková, L., Kułaga, W., & Maguś, W. (2025, 24 de abril): TV News Bias during General Election: Polish and Slovak Cases From 2023, *Journalism Practice*, https://doi.org/10.1080/17512786.2025.2497473

Lobo, C., & Castro, M. R. (1987). *Proença de Carvalho - «O Estado não deverá ter nenhum meio de Comunicação Social».* Grande Plano.

Lopes, F. (1999). *O Telejornal e o Serviço Público.* Coimbra: Libraria Minerva Editora

Martins, M. (jornalista), Toscano, O. (prod.), & Alves, F. (real.) (1996, 6 de outubro). Retratos de uma Televisão Pública [Grande Reportagem]. Em *Enviado Especial*. RTP. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/retratos-de-uma-televisao-publica-parte-i/; https://arquivos.rtp.pt/conteudos/retratos-de-uma-televisao-publica-parte-ii/

McCombs, M. E. (1976). *Agenda Setting Research, A Bibliographic Essay.* Communication Research Center, S.I. Newhouse School of Public Communication, Syracuse University. https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED132575.pdf

McQuail, D. (2010). *McQuail's mass communication theory* (6th ed.). London: SAGE Publications.

Ministério da Comunicação Social (1975). "Decreto-Lei nº 674-D/75, de 2 de Dezembro". *Diário do Governo* nº 278/1975. 2º Suplemento. Série I de 1975-12-02: 1940-(5)-1940-(8). https://files.diariodarepublica.pt/gratuitos/1s/1975/12/27802.pdf

Narciso, P. (dir. geral). (2004). O Fim de um Monopólio (6º episódio) [Episódio de série de documentário]. Em *RTP – Retratos de uma Televisão.* D&D Audiovisuais; RTP Meios de Produção. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-fim-dum-monopolio/

Johnson, A. N., Daniel, E., & Ezekiel, S. A. (2025). Mass Media Campaigns and Electorate's Choice of Candidates During Elections. *Nigerian Journal of Communication Review*, 4(3), 23–32. https://ncommreview.com/article/mass-media-campaigns-and-electorates-choice-of-candidates-during-elections

Portugal Hoje (1980). *Conselho de Redação da RTP – Duarte Figueiredo tira crédito à Informação.* Portugal Hoje.

Portugal Hoje (1980). *Por decisão do Conselho de Informação – Criada uma comissão de inquérito às actividades da Televisão.* Portugal Hoje.

Portugal Hoje (1980, 23 de setembro). *Jornalistas da RTP dizem sim à greve.* Portugal Hoje.

Portugal Hoje (1980, 5 de setembro). *Jornalistas da RTP alertam – Governo «AD» inicia liquidação do segundo canal.* Portugal Hoje.

Portugal Hoje (1980, 9 de setembro). *Conselho de Informação da RTP denuncia – Televisão não será isenta na Campanha Eleitoral.* Portugal Hoje.

Portugal Hoje (1982, 10 de março). *Críticos de Televisão contra infracções na RTP.* Portugal Hoje.

Portugal Hoje (1982, 13 de março). *Manifestação frente a RTP: exigida demissão de Proença.* Portugal Hoje.

Portugal Hoje (1982, 18 de março). *Ferreira do Amaral regressa à AR para acabar com manipulações na RTP.* Portugal Hoje.

Presidência do Concelho (1955). "Decreto-Lei nº 40341". *Diário do Governo* nº 226/1955. Série I de 1955-10-18: 891-895 https://files.diariodarepublica.pt/1s/1955/10/22600/08910895.pdf

Rádio e Televisão (1959, 8 de agosto). *Cartaz da Televisão.* Rádio e Televisão.

Rádio e Televisão (1959, 17 de outubro). *O novo horário dos programas de televisão começa a funcionar no próximo domingo.* Rádio e Televisão.

Radiotelevisão Portuguesa (1978, 7 de abril). *Ordem de Serviço nº 14/78: Nomeações.*

Radiotelevisão Portuguesa (1978, 31 de agosto). *Ordem de Serviço nº 58/78: Macroestrutura da RTP nas áreas da Programação, Produção e Emissão.*

Radiotelevisão Portuguesa (1978, 7 de setembro). *Ordem de Serviço nº 59/78: Reestruturação das Áreas de Informação.*

Radiotelevisão Portuguesa (1980, 7 de março). *Ordem de Serviço nº 10/80: Movimento de Pessoal na Área da Informação.*

Radiotelevisão Portuguesa (1980, 19 de março). *Ordem de Serviço nº 12/78: Movimento de Pessoal na Área da Informação.*

Radiotelevisão Portuguesa (1980, 15 de setembro). *Ordem de Serviço nº 38/80: Nomeações na área da Informação.*

Radiotelevisão Portuguesa (1980, 20 de outubro). *Ordem de Serviço nº 43/80: Reestruturação do II Canal.*

Radiotelevisão Portuguesa (1983, 6 de janeiro). *Ordem de Serviço nº 1/83: Nova estrutura da Direcção de Informação.*

Radiotelevisão Portuguesa (1985, 22 de janeiro). *Ordem de Serviço nº 3/85: Direcção dos Serviços de Informação.*

Ribeiro F. (1981, 10 a 16 de novembro). *António Santos: - «Na informação a vedeta é a Notícia».* TV Top.

Rogers, E. (2001). Audience and online news delivery: The impact of technology on editorial gatekeeping. *MIT Communications Forum: Journalism and Cyberspace*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology https://web.mit.edu/comm-forum/legacy/papers/Rogers_Audience.html

RTP – Gabinete de Estudos de Audiência (1982). Audiência dos 15 programas mais vistos. Em *Diário da Assembleia da República.* II Série. II Legislatura. 2ª sessão legislativa (1981-1982). Nº 106. 16 de junho. 1996 - 1998.

Santana V. (dir. TV). (2005). *O que foi mudando na televisão portuguesa em 31 anos de democracia*. [Debate] Em *Clube dos Jornalistas*. Mínima Ideia; RTP Meios de Produção. (consultado no Arquivo Audiovisual da RTP a 25 de junho de 2026)

Semetko, H. A., & Valkenburg, P. M. (2000). Framing European politics: A content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, 50(2), 93–109. https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02843.x

Serrano, E. (2006). *Jornalismo Político em Portugal. A cobertura de eleições na imprensa na televisão (1976-2001).* Edições Colibri. Instituto Politécnico de Lisboa.

Shaw, E. (2013, 31 de maio). *Frame analysis.* Encyclopedia Britannica. https://www.britannica.com/topic/frame-analysis (consultado em 8 de junho de 2026)

Silva, L. da, & Teves, V. H. (1971). *Vamos Falar de Televisão.* Editorial Verbo.

Souto, J. (2021, 26 de julho). *Henrique Garcia – Parte 2 de 4* [Entrevista]. Arquivo de Memória Oral dos Profissionais de Comunicação. https://amopc.org/henrique-garcia-parte-2-de-4/

Sydnor, C. (2018). "Fake News: Agenda setting and Gatekeeping in the media" *Undergraduate Honors Theses. 24.* https://digitalcommons.gardner-webb.edu/undergrad-honors/24

Tandoc Jr., E. C. (2015). Reframing Gatekeeping - How Passing Gates Reshapes News Frames. *Asia Pacific Media Educator 25(1)* 121–136. University of Wollongong, Australia. SAGE Publications.

Tempo (1980, 15 de maio). *«O caso Camões» na RTP – Recusa de cenas eventualmente chocantes não é censura.* Tempo.

Tempo (1980, 22 de maio). *O «caso» Camões na RTP-2.* Tempo.

Teves, V. H. (1998). *História da Televisão em Portugal: 1955-1979. 1º volume.* Lisboa: TV Guia Editora.

Teves, V. H. (2007). *RTP – 50 anos de História.* RTP. https://museu.rtp.pt/livro/default.htm

TV Guia (1979, 5 a 11 de outubro). *Informação RTP-2 tem um ano.* TV Guia.

Vreese, C. H. de. (2005). News framing: Theory and Typology. *Information Design Journal + Document Design, 2005, 13(1)* 51-62. https://DOI.org/10.1075/idjdd.13.1.06vre

Zaklama, S. (2025). Exploring the Foundations of Media Framing Theory. *European Modern Studies Journal*, *2025, 9(1)* 75-89. https://doi.org/10.59573/emsj.9(1).2025.7

Fontes

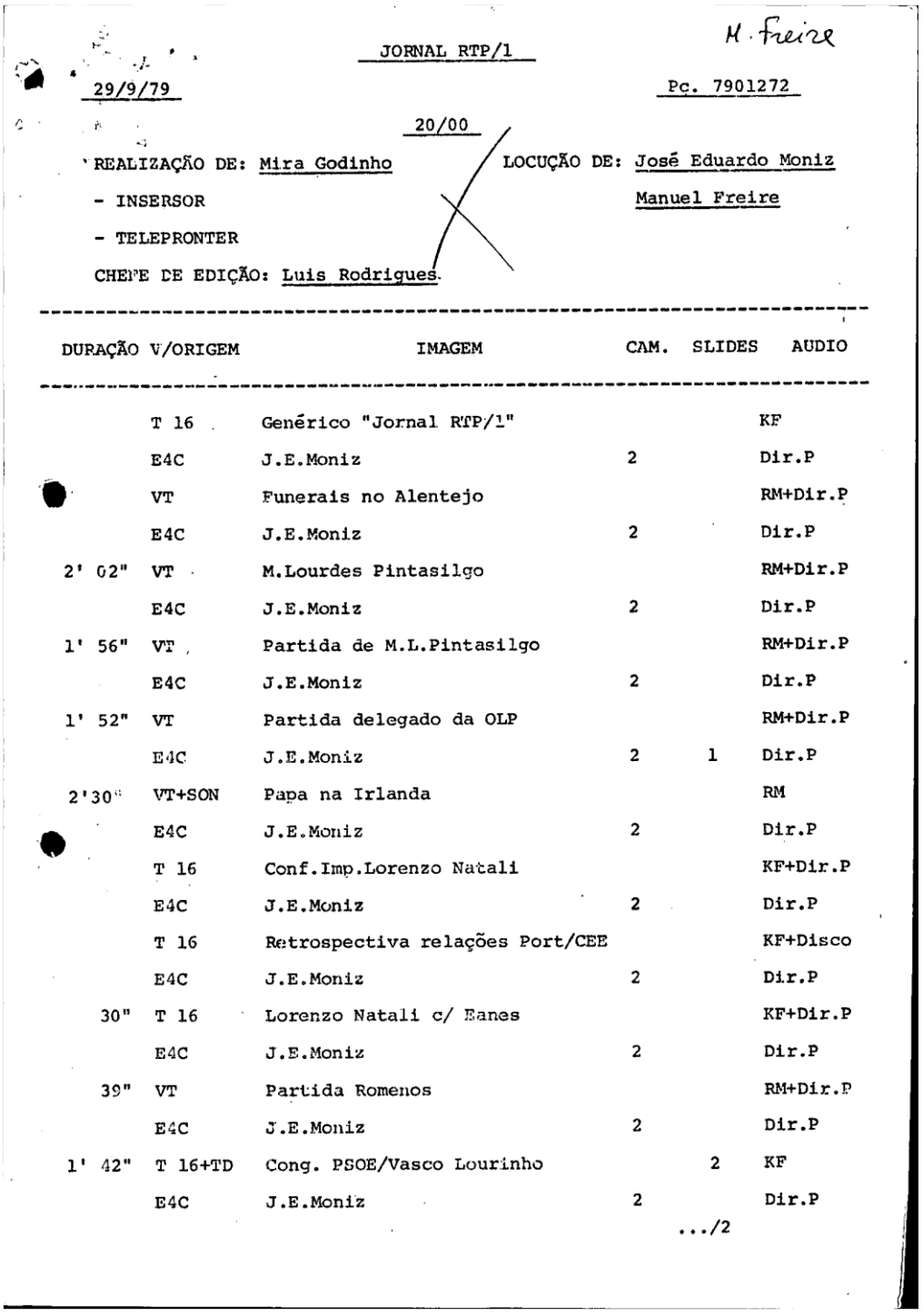
Classificação Estatística e Verificação dos Programas Emitidos (1979 e 1981). RTP – Gestão de Património: Museologia e Documentação.

Alinhamentos de Informação Televisiva (1979; 1981 e 1984). Arquivo Audiovisual da RTP.

Anexos

Anexo 1 - Exemplos de alinhamentos do Telejornal:

Figura 13- 1ª página do alinhamento do Jornal RTP1 de 29 de setembro de 1979



JORNAL RTP/1

M. Freire

29/9/79

Pc. 7901272

20/00

REALIZAÇÃO DE: Mira Godinho — LOCUÇÃO DE: José Eduardo Moniz

- INSERSOR — Manuel Freire

- TELEPRONTER

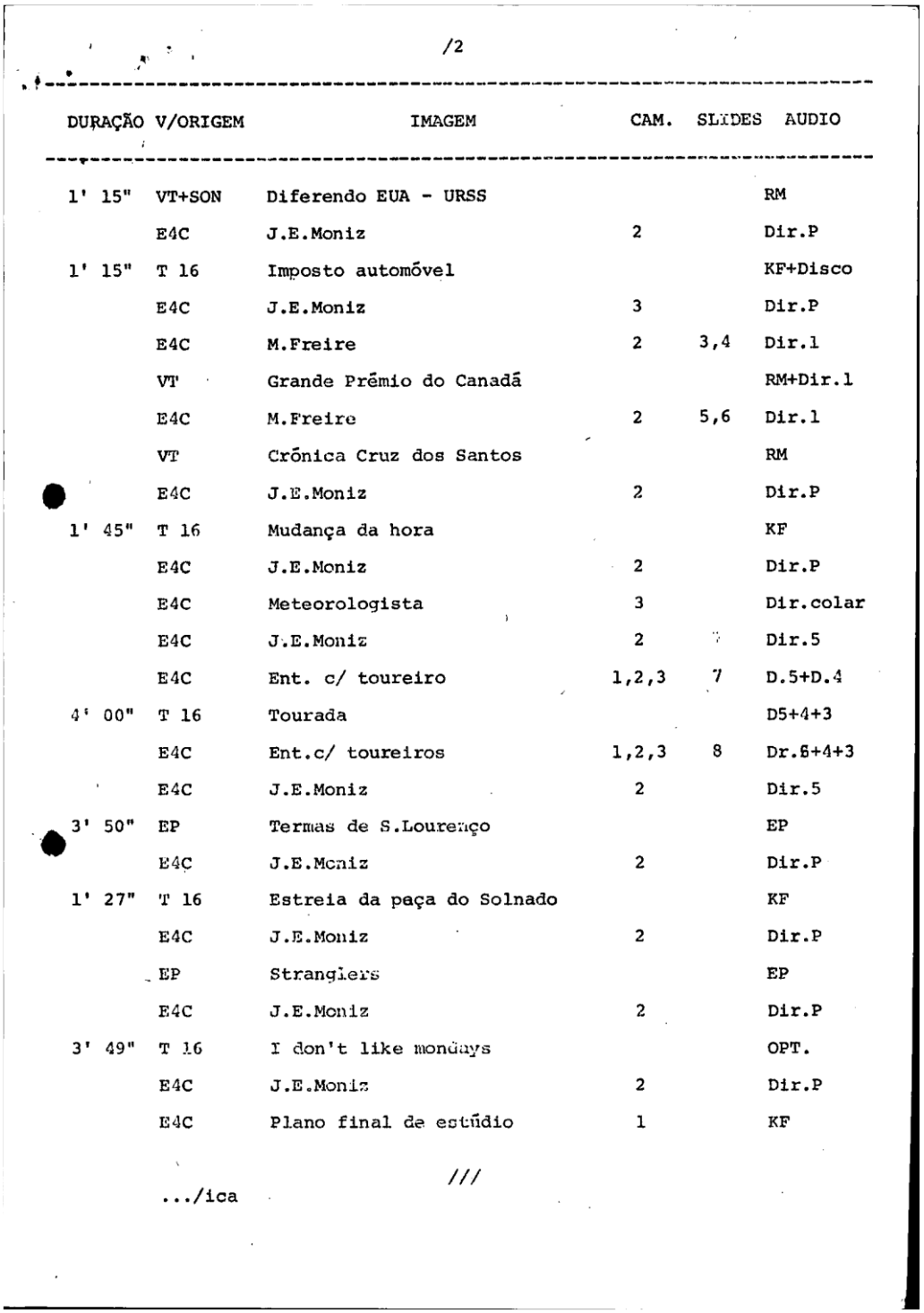
CHEFE DE EDIÇÃO: Luis Rodrigues

DURAÇÃO	V/ORIGEM	IMAGEM	CAM.	SLIDES	AUDIO
	T 16	Genérico "Jornal RTP/1"			KF
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
	VT	Funerais no Alentejo			RM+Dir.P
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
2' 02"	VT	M.Lourdes Pintasilgo			RM+Dir.P
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
1' 56"	VT	Partida de M.L.Pintasilgo			RM+Dir.P
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
1' 52"	VT	Partida delegado da OLP			RM+Dir.P
	E4C	J.E.Moniz	2	1	Dir.P
2'30"	VT+SON	Papa na Irlanda			RM
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
	T 16	Conf.Imp.Lorenzo Natali			KF+Dir.P
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
	T 16	Retrospectiva relações Port/CEE			KF+Disco
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
30"	T 16	Lorenzo Natali c/ Eanes			KF+Dir.P
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
39"	VT	Partida Romenos			RM+Dir.P
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
1' 42"	T 16+TD	Cong. PSOE/Vasco Lourinho		2	KF
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P

.../2

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 14- 2ª página do alinhamento do Jornal RTP1 de 29 de setembro de 1979



/2

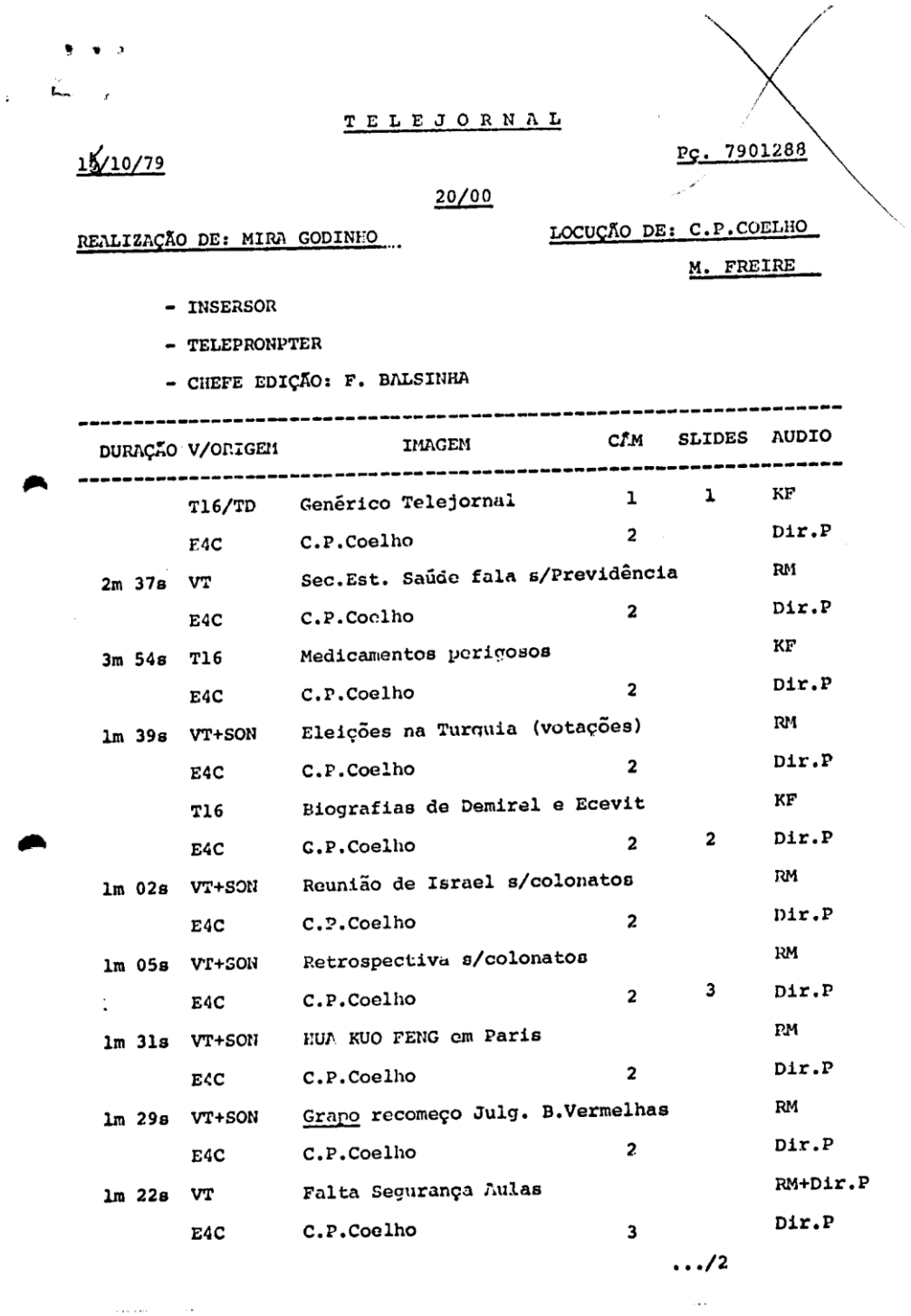
DURAÇÃO	V/ORIGEM	IMAGEM	CAM.	SLIDES	AUDIO
1' 15"	VT+SON	Diferendo EUA - URSS			RM
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
1' 15"	T 16	Imposto automóvel			KF+Disco
	E4C	J.E.Moniz	3		Dir.P
	E4C	M.Freire	2	3,4	Dir.1
	VT	Grande Prémio do Canadá			RM+Dir.1
	E4C	M.Freire	2	5,6	Dir.1
	VT	Crónica Cruz dos Santos			RM
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
1' 45"	T 16	Mudança da hora			KF
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
	E4C	Meteorologista	3		Dir.colar
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.5
	E4C	Ent. c/ toureiro	1,2,3	7	D.5+D.4
4' 00"	T 16	Tourada			D5+4+3
	E4C	Ent.c/ toureiros	1,2,3	8	Dr.5+4+3
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.5
3' 50"	EP	Termas de S.Lourenço			EP
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
1' 27"	T 16	Estreia da peça do Solnado			KF
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
	EP	Stranglers			EP
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
3' 49"	T 16	I don't like mondays			OPT.
	E4C	J.E.Moniz	2		Dir.P
	E4C	Plano final de estúdio	1		KF

///

.../ica

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 15- 1ª página do alinhamento do Telejornal de 15 de outubro de 1979



T E L E J O R N A L

15/10/79 Pç. 7901288

20/00

REALIZAÇÃO DE: MIRA GODINHO LOCUÇÃO DE: C.P.COELHO

M. FREIRE

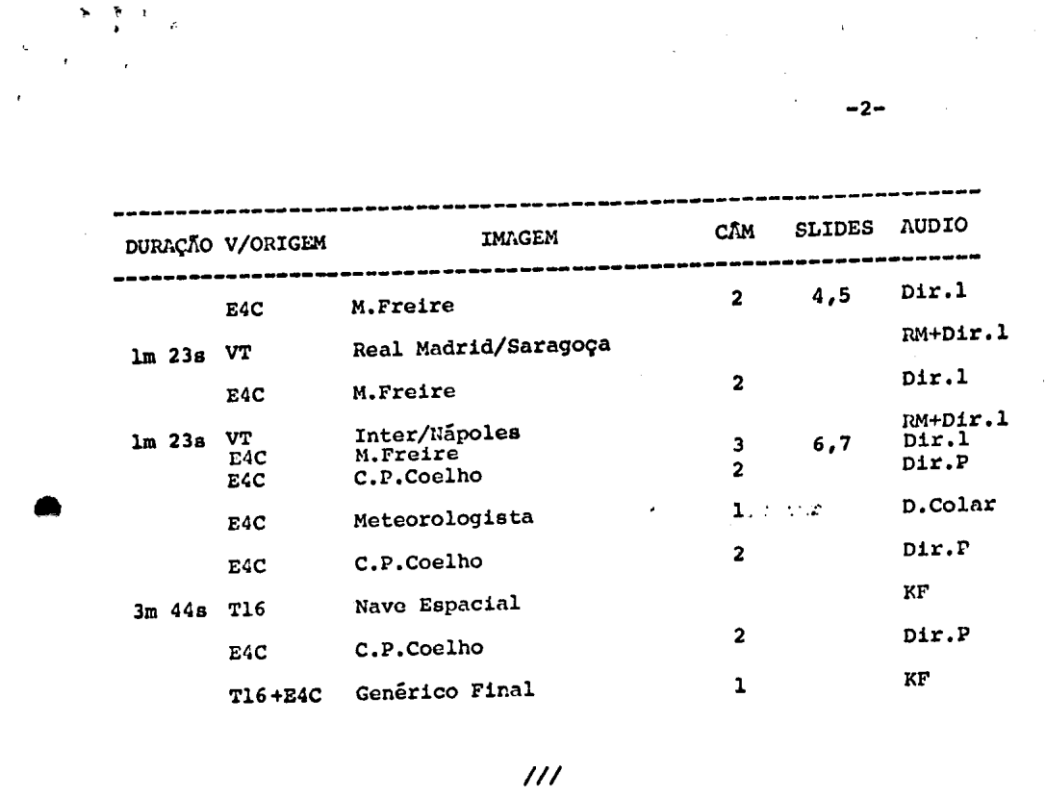
- INSERSOR
- TELEPRONPTER
- CHEFE EDIÇÃO: F. BALSINHA

DURAÇÃO	V/ORIGEM	IMAGEM	CÂM	SLIDES	AUDIO
	T16/TD	Genérico Telejornal	1	1	KF
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
2m 37s	VT	Sec.Est. Saúde fala s/Previdência			RM
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
3m 54s	T16	Medicamentos perigosos			KF
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
1m 39s	VT+SON	Eleições na Turquia (votações)			RM
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
	T16	Biografias de Demirel e Ecevit			KF
	E4C	C.P.Coelho	2	2	Dir.P
1m 02s	VT+SON	Reunião de Israel s/colonatos			RM
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
1m 05s	VT+SON	Retrospectiva s/colonatos			RM
	E4C	C.P.Coelho	2	3	Dir.P
1m 31s	VT+SON	HUA KUO FENG em Paris			RM
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
1m 29s	VT+SON	Grapo recomeço Julg. B.Vermelhas			RM
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
1m 22s	VT	Falta Segurança Aulas			RM+Dir.P
	E4C	C.P.Coelho	3		Dir.P

.../2

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 16- 2ª página do alinhamento do Telejornal de 15 de outubro de 1979



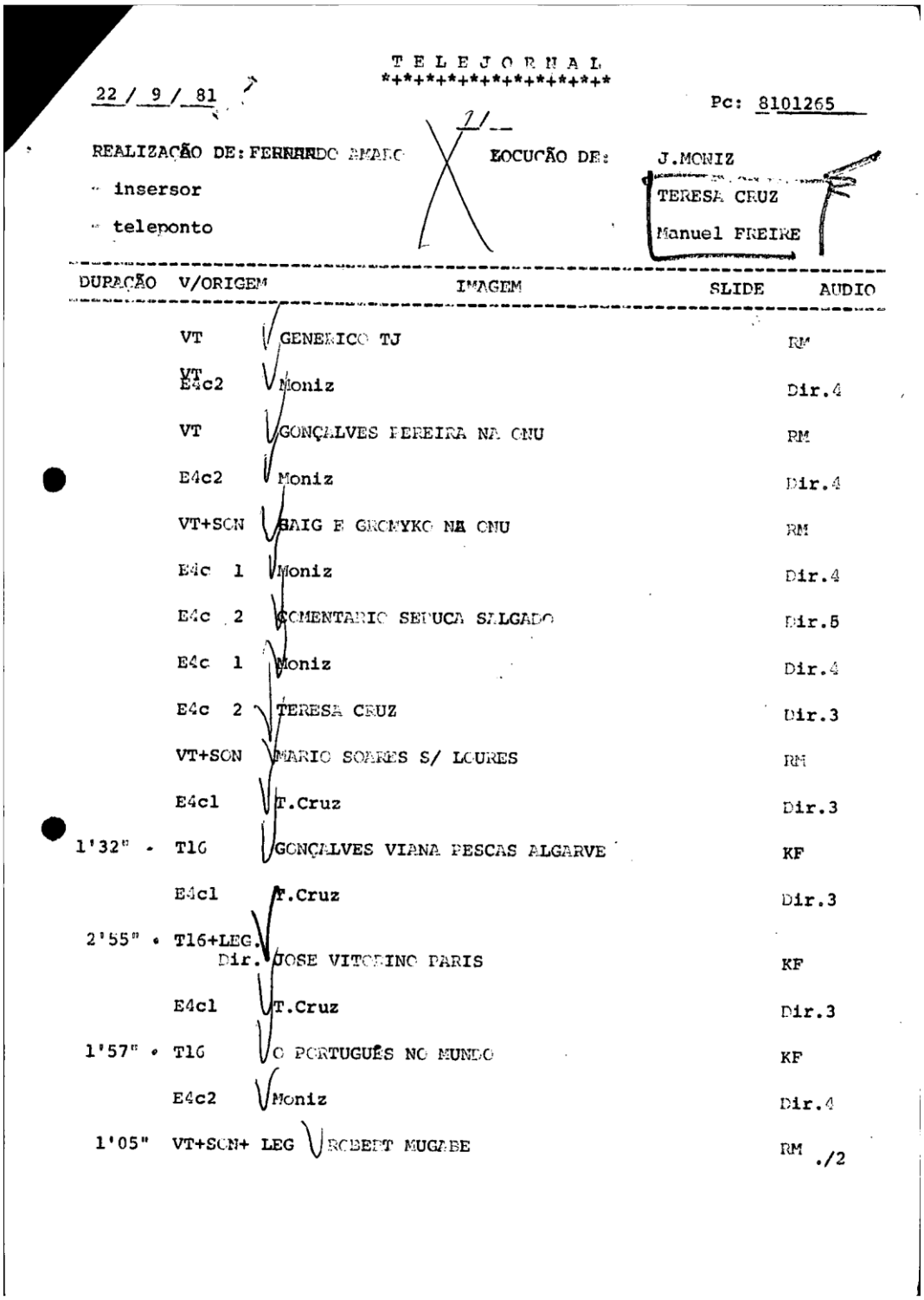
-2-

DURAÇÃO	V/ORIGEM	IMAGEM	CÂM	SLIDES	AUDIO
	E4C	M.Freire	2	4,5	Dir.1
1m 23s	VT	Real Madrid/Saragoça			RM+Dir.1
	E4C	M.Freire	2		Dir.1
1m 23s	VT	Inter/Nápoles			RM+Dir.1
	E4C	M.Freire	3	6,7	Dir.1
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
	E4C	Meteorologista	1		D.Colar
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
3m 44s	T16	Nave Espacial			KF
	E4C	C.P.Coelho	2		Dir.P
	T16+E4C	Genérico Final	1		KF

///

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 17- 1ª página do alinhamento do Telejornal de 22 de setembro de 1981



T E L E J O R N A L
++*+*+*+*+*+*+*+*+*

22 / 9 / 81 — Pc: 8101265

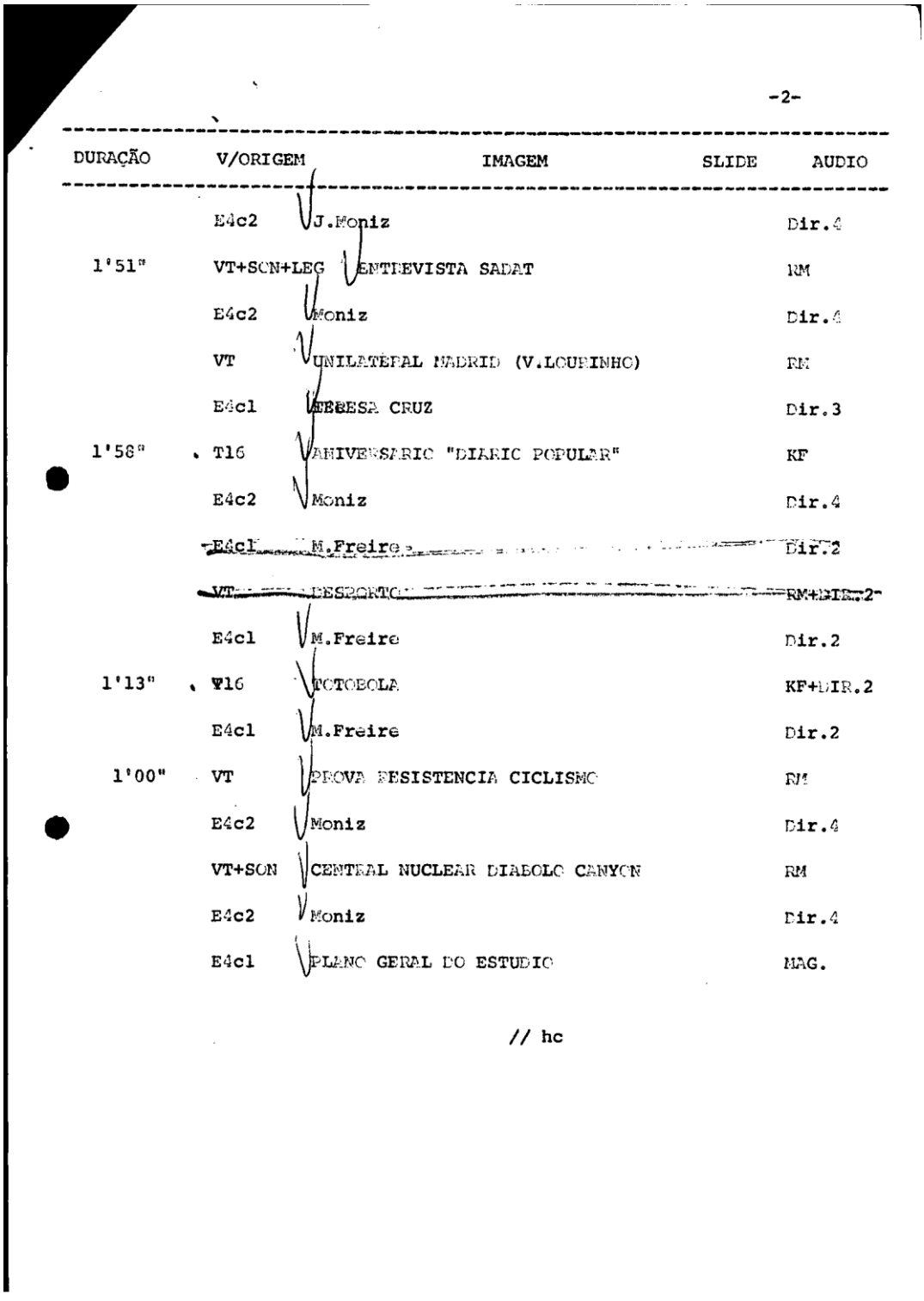
REALIZAÇÃO DE: FERNANDO AMARO — EOCUÇÃO DE: J.MONIZ
- insersor — TERESA CRUZ
- teleponto — Manuel FREIRE

DURAÇÃO	V/ORIGEM	IMAGEM	SLIDE	AUDIO
	VT	GENERICO TJ		RM
	VT E4c2	Moniz		Dir.4
	VT	GONÇALVES PEREIRA NA ONU		RM
	E4c2	Moniz		Dir.4
	VT+SON	BAIG E GROMYKO NA ONU		RM
	E4c 1	Moniz		Dir.4
	E4c 2	COMENTARIO SEPUCA SALGADO		Dir.5
	E4c 1	Moniz		Dir.4
	E4c 2	TERESA CRUZ		Dir.3
	VT+SON	MARIO SOARES S/ LOURES		RM
	E4c1	T.Cruz		Dir.3
1'32"	T16	GONÇALVES VIANA PESCAS ALGARVE		KF
	E4c1	T.Cruz		Dir.3
2'55"	T16+LEG. Dir.	JOSE VITORINO PARIS		KF
	E4c1	T.Cruz		Dir.3
1'57"	T16	O PORTUGUÊS NO MUNDO		KF
	E4c2	Moniz		Dir.4
1'05"	VT+SON+ LEG	ROBERT MUGABE		RM

./2

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 18- 2ª página do alinhamento do Telejornal de 15 de setembro de 1981



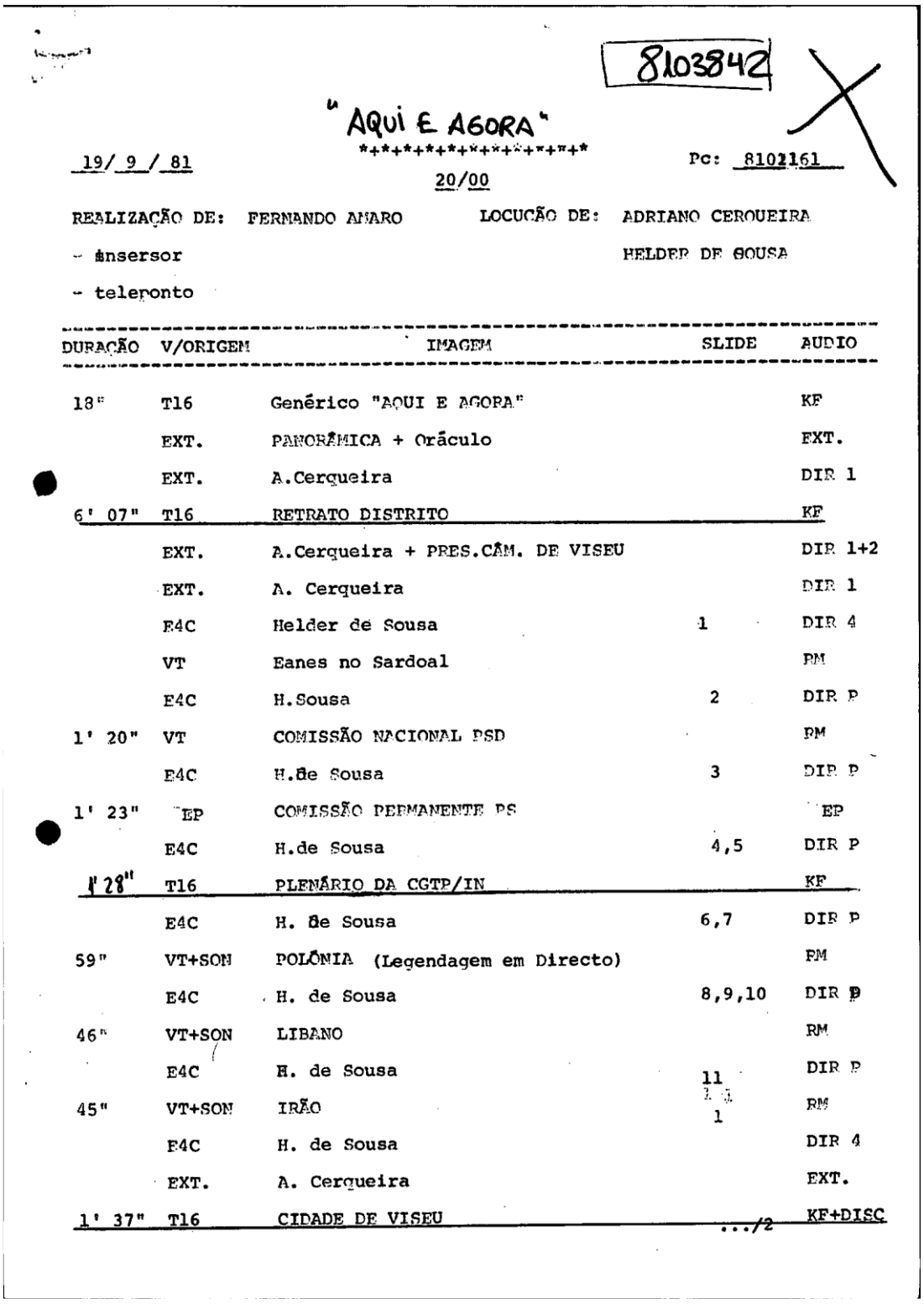
-2-

DURAÇÃO	V/ORIGEM	IMAGEM	SLIDE	AUDIO
	E4c2	J.Moniz		Dir.4
1'51"	VT+SON+LEG	ENTREVISTA SADAT		RM
	E4c2	Moniz		Dir.4
	VT	UNILATERAL MADRID (V.LOURINHO)		RM
	E4c1	TERESA CRUZ		Dir.3
1'58"	T16	ANIVERSARIO "DIARIO POPULAR"		KF
	E4c2	Moniz		Dir.4
	E4c1	M.Freire		Dir.2
	VT	DESPORTO		RM+DIR.2
	E4c1	M.Freire		Dir.2
1'13"	T16	TOTOBOLA		KF+DIR.2
	E4c1	M.Freire		Dir.2
1'00"	VT	PROVA RESISTENCIA CICLISMO		RM
	E4c2	Moniz		Dir.4
	VT+SON	CENTRAL NUCLEAR DIABOLO CANYON		RM
	E4c2	Moniz		Dir.4
	E4c1	PLANO GERAL DO ESTUDIO		MAG.

// hc

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 19- 1ª página do alinhamento do Aqui e Agora de 19 de setembro de 1981



8103842

"AQUI E AGORA"

19/ 9 / 81 Pc: 8102161

20/00

REALIZAÇÃO DE: FERNANDO AMARO LOCUÇÃO DE: ADRIANO CERQUEIRA

- insersor HELDER DE SOUSA

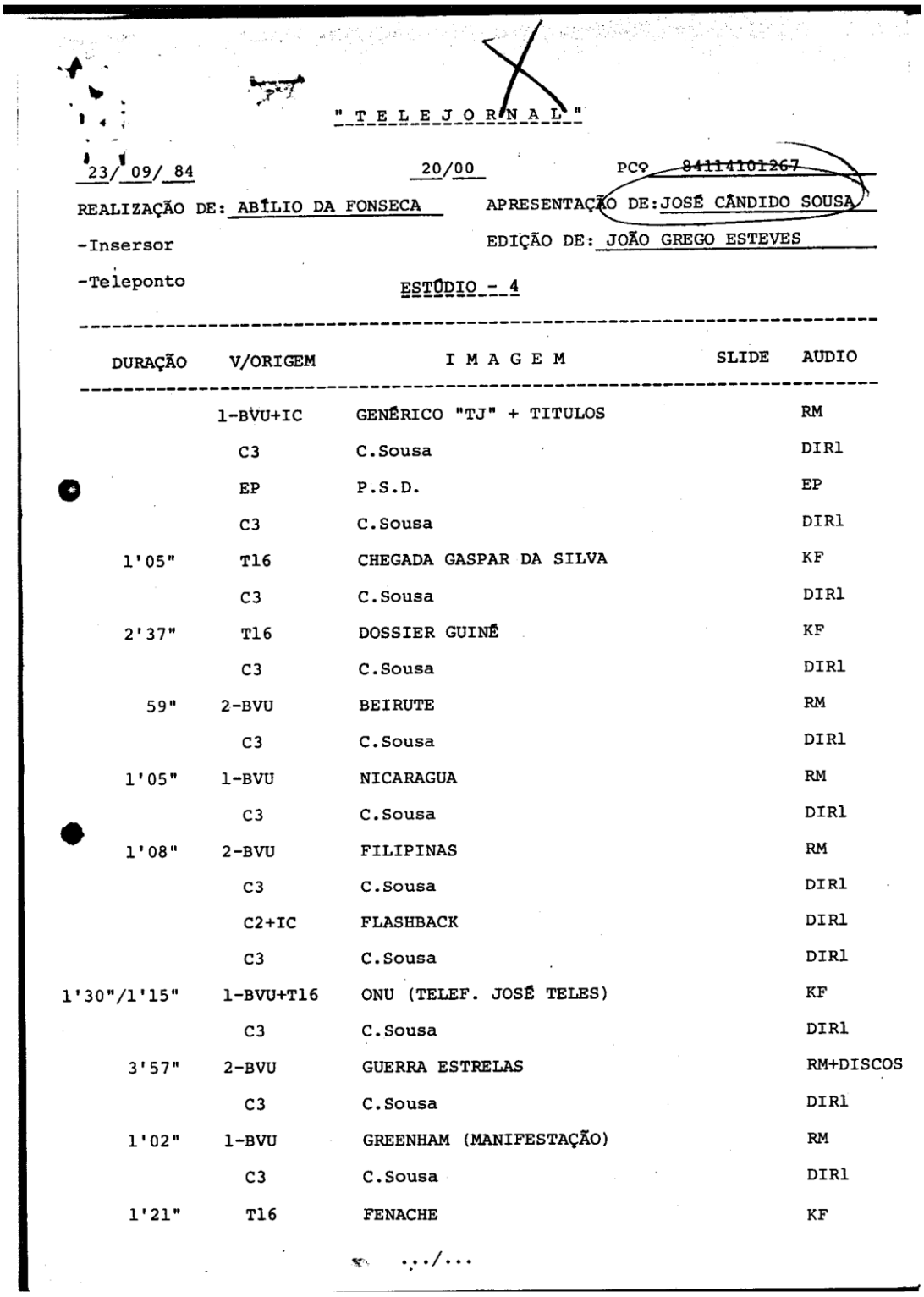
- teleponto

DURAÇÃO	V/ORIGEM	IMAGEM	SLIDE	AUDIO
18"	T16	Genérico "AQUI E AGORA"		KF
	EXT.	PANORÂMICA + Oráculo		EXT.
	EXT.	A.Cerqueira		DIR 1
6' 07"	T16	RETRATO DISTRITO		KF
	EXT.	A.Cerqueira + PRES.CÂM. DE VISEU		DIR 1+2
	EXT.	A. Cerqueira		DIR 1
	E4C	Helder de Sousa	1	DIR 4
	VT	Eanes no Sardoal		RM
	E4C	H.Sousa	2	DIR P
1' 20"	VT	COMISSÃO NACIONAL PSD		RM
	E4C	H.de Sousa	3	DIR P
1' 23"	EP	COMISSÃO PERMANENTE PS		EP
	E4C	H.de Sousa	4,5	DIR P
1' 28"	T16	PLENÁRIO DA CGTP/IN		KF
	E4C	H. de Sousa	6,7	DIR P
59"	VT+SON	POLÓNIA (Legendagem em Directo)		RM
	E4C	H. de Sousa	8,9,10	DIR P
46"	VT+SON	LIBANO		RM
	E4C	H. de Sousa	11	DIR P
45"	VT+SON	IRÃO	1	RM
	E4C	H. de Sousa		DIR 4
	EXT.	A. Cerqueira		EXT.
1' 37"	T16	CIDADE DE VISEU		KF+DISC

.../2

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 20- 1ª página do alinhamento do Telejornal de 23 de setembro de 1984



"TELEJORNAL"

23/09/84 20/00 PCº ~~84114101267~~

REALIZAÇÃO DE: ABÍLIO DA FONSECA APRESENTAÇÃO DE: JOSÉ CÂNDIDO SOUSA

-Insersor EDIÇÃO DE: JOÃO GREGO ESTEVES

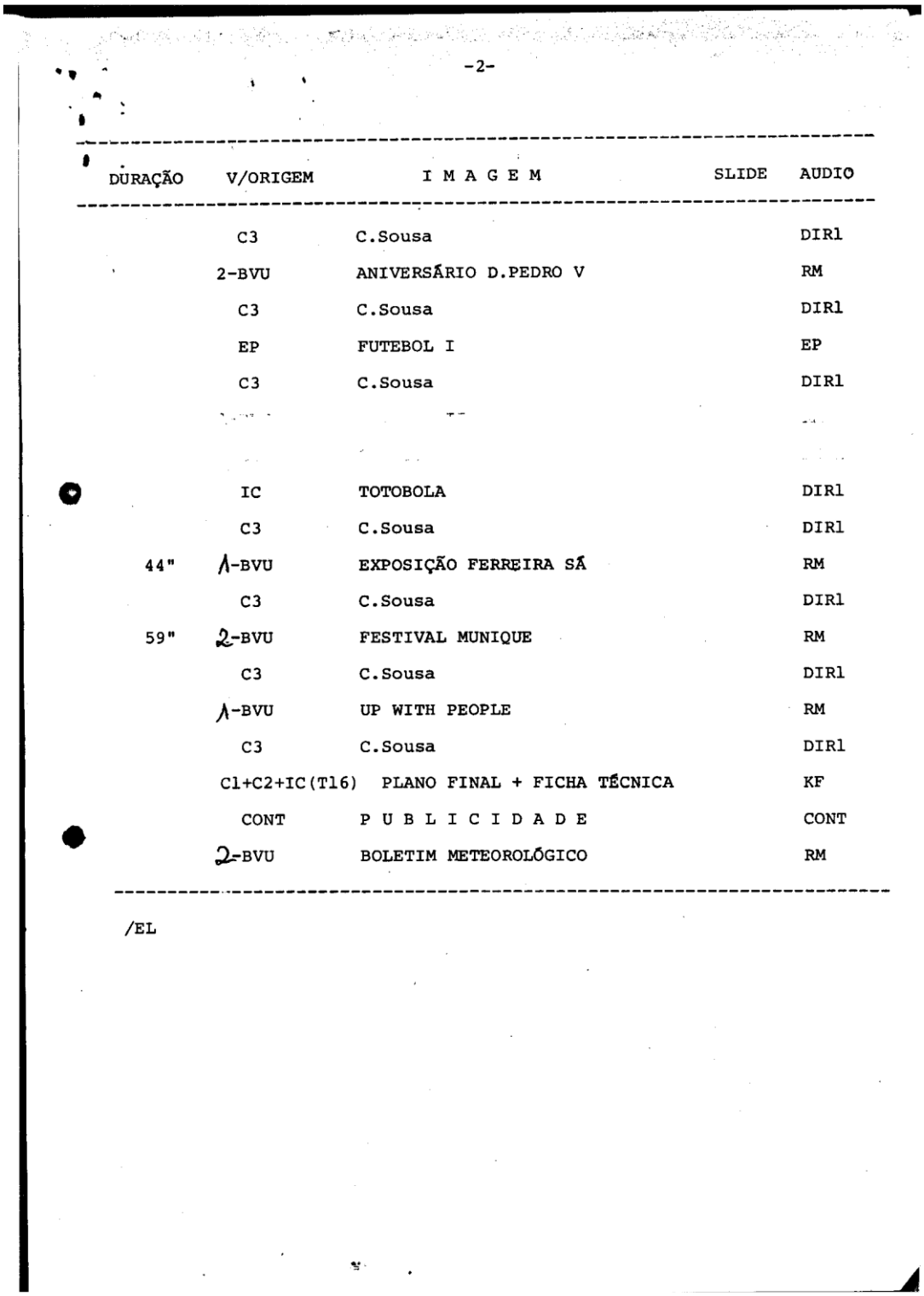
-Teleponto ESTÚDIO - 4

DURAÇÃO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	1-BVU+IC	GENÉRICO "TJ" + TITULOS		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
	EP	P.S.D.		EP
	C3	C.Sousa		DIR1
1'05"	T16	CHEGADA GASPAR DA SILVA		KF
	C3	C.Sousa		DIR1
2'37"	T16	DOSSIER GUINÉ		KF
	C3	C.Sousa		DIR1
59"	2-BVU	BEIRUTE		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
1'05"	1-BVU	NICARAGUA		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
1'08"	2-BVU	FILIPINAS		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
	C2+IC	FLASHBACK		DIR1
	C3	C.Sousa		DIR1
1'30"/1'15"	1-BVU+T16	ONU (TELEF. JOSÉ TELES)		KF
	C3	C.Sousa		DIR1
3'57"	2-BVU	GUERRA ESTRELAS		RM+DISCOS
	C3	C.Sousa		DIR1
1'02"	1-BVU	GREENHAM (MANIFESTAÇÃO)		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
1'21"	T16	FENACHE		KF

.../...

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 21- 2ª página do alinhamento do Telejornal de 23 de setembro de 1984



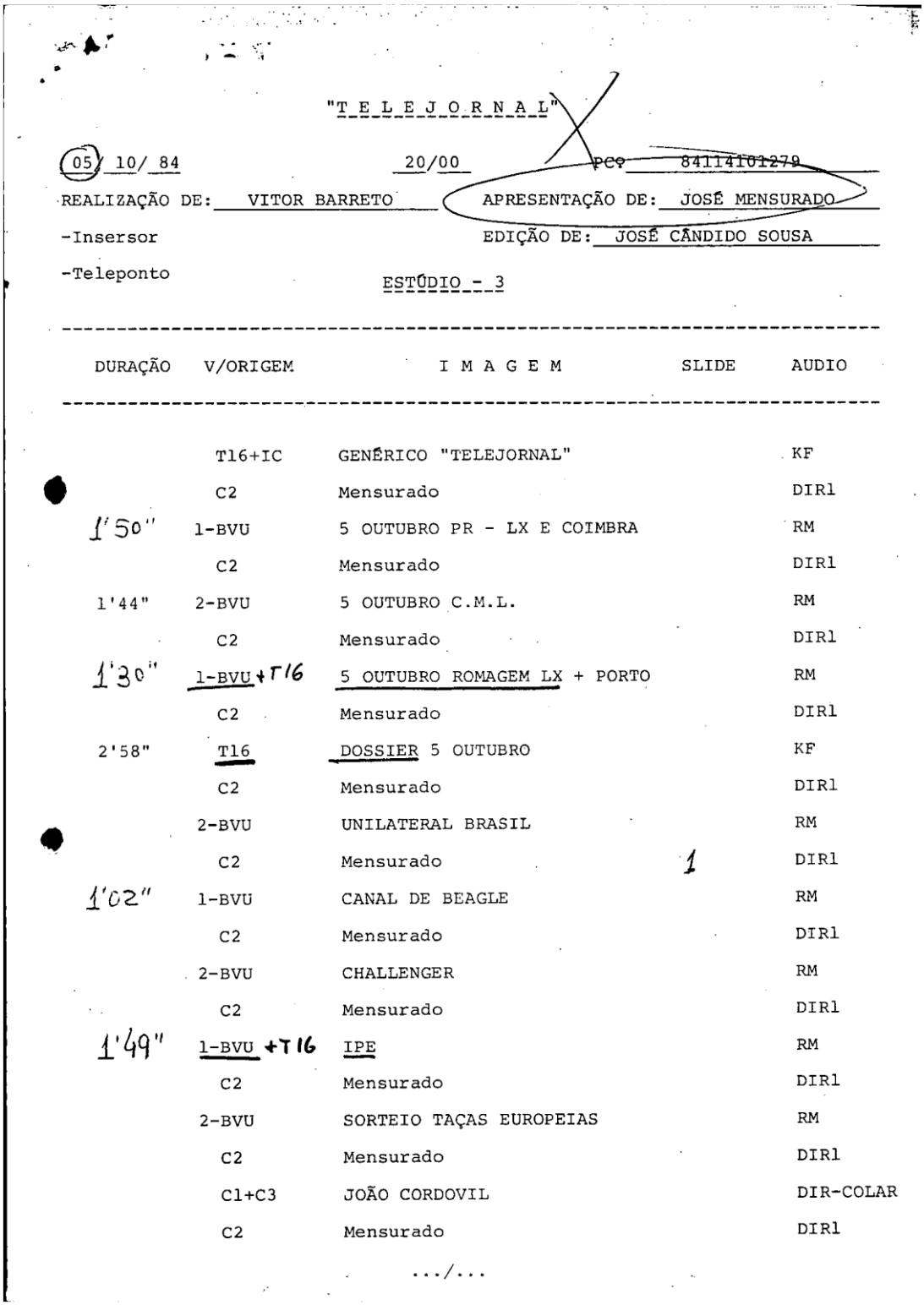
-2-

DURAÇÃO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	C3	C.Sousa		DIR1
	2-BVU	ANIVERSÁRIO D.PEDRO V		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
	EP	FUTEBOL I		EP
	C3	C.Sousa		DIR1
	IC	TOTOBOLA		DIR1
	C3	C.Sousa		DIR1
44"	1-BVU	EXPOSIÇÃO FERREIRA SÁ		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
59"	2-BVU	FESTIVAL MUNIQUE		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
	1-BVU	UP WITH PEOPLE		RM
	C3	C.Sousa		DIR1
	C1+C2+IC(T16)	PLANO FINAL + FICHA TÉCNICA		KF
	CONT	P U B L I C I D A D E		CONT
	2-BVU	BOLETIM METEOROLÓGICO		RM

/EL

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 22- 1ª página do alinhamento do Telejornal de 5 de outubro de 1984



"T E L E J O R N A L"

05/ 10/ 84 20/00 pco 84114101279

REALIZAÇÃO DE: VITOR BARRETO APRESENTAÇÃO DE: JOSÉ MENSURADO

-Insersor EDIÇÃO DE: JOSÉ CÂNDIDO SOUSA

-Teleponto

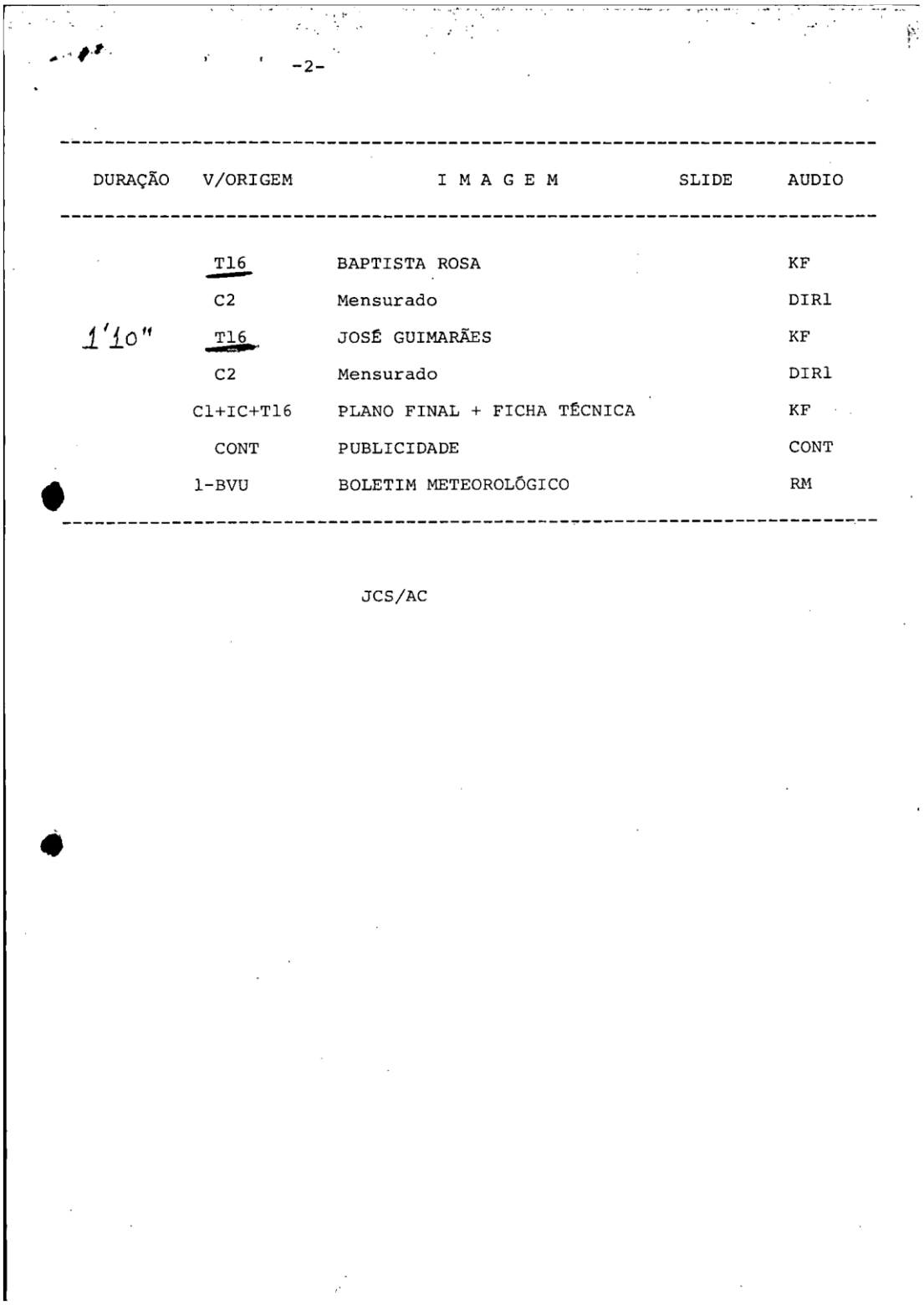
ESTÚDIO - 3

DURAÇÃO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	T16+IC	GENÉRICO "TELEJORNAL"		KF
	C2	Mensurado		DIR1
1'50"	1-BVU	5 OUTUBRO PR - LX E COIMBRA		RM
	C2	Mensurado		DIR1
1'44"	2-BVU	5 OUTUBRO C.M.L.		RM
	C2	Mensurado		DIR1
1'30"	1-BVU +T16	5 OUTUBRO ROMAGEM LX + PORTO		RM
	C2	Mensurado		DIR1
2'58"	T16	DOSSIER 5 OUTUBRO		KF
	C2	Mensurado		DIR1
	2-BVU	UNILATERAL BRASIL		RM
	C2	Mensurado	1	DIR1
1'02"	1-BVU	CANAL DE BEAGLE		RM
	C2	Mensurado		DIR1
	2-BVU	CHALLENGER		RM
	C2	Mensurado		DIR1
1'49"	1-BVU +T16	IPE		RM
	C2	Mensurado		DIR1
	2-BVU	SORTEIO TAÇAS EUROPEIAS		RM
	C2	Mensurado		DIR1
	C1+C3	JOÃO CORDOVIL		DIR-COLAR
	C2	Mensurado		DIR1

.../...

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Figura 23- 2ª página do alinhamento do Telejornal de 5 de outubro de 1984



-2-

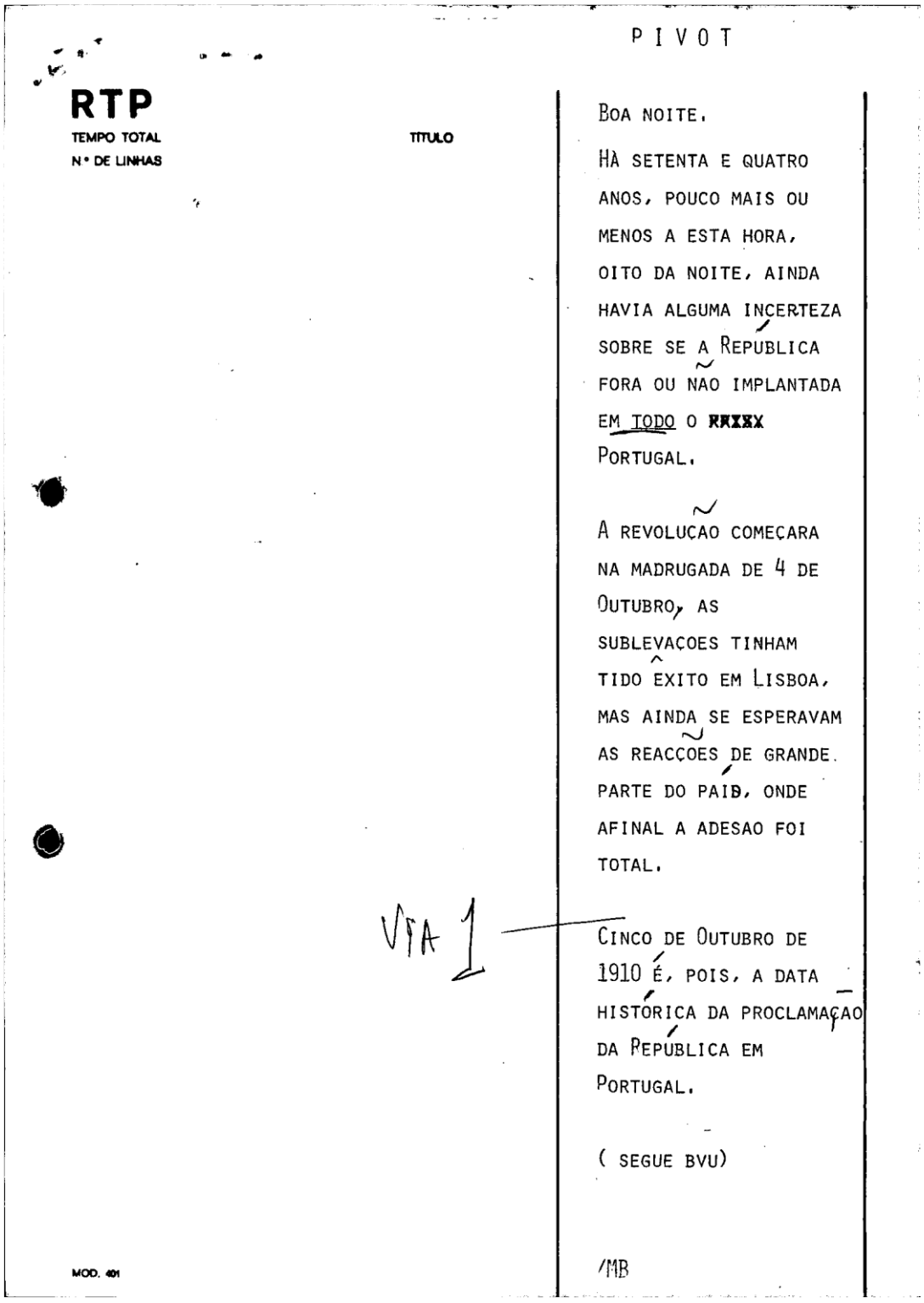
DURAÇÃO	V/ORIGEM	I M A G E M	SLIDE	AUDIO
	T16	BAPTISTA ROSA		KF
	C2	Mensurado		DIR1
1'10"	T16	JOSÉ GUIMARÃES		KF
	C2	Mensurado		DIR1
	C1+IC+T16	PLANO FINAL + FICHA TÉCNICA		KF
	CONT	PUBLICIDADE		CONT
	1-BVU	BOLETIM METEOROLÓGICO		RM

JCS/AC

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Anexo 2 - Exemplo de texto-pivot

Figura 24- Texto-Pivot da notícia de abertura do Telejornal de 5 de outubro de 1984



RTP

TEMPO TOTAL

Nº DE LINHAS

TITULO

PIVOT

BOA NOITE.

HÀ SETENTA E QUATRO ANOS, POUCO MAIS OU MENOS A ESTA HORA, OITO DA NOITE, AINDA HAVIA ALGUMA INCERTEZA SOBRE SE A REPUBLICA FORA OU NAO IMPLANTADA EM TODO O ~~RRIXX~~ PORTUGAL.

A REVOLUÇAO COMEÇARA NA MADRUGADA DE 4 DE OUTUBRO, AS SUBLEVAÇOES TINHAM TIDO ÊXITO EM LISBOA, MAS AINDA SE ESPERAVAM AS REACÇOES DE GRANDE PARTE DO PAIS, ONDE AFINAL A ADESAO FOI TOTAL.

VIA 1

CINCO DE OUTUBRO DE 1910 É, POIS, A DATA HISTÓRICA DA PROCLAMAÇAO DA REPÚBLICA EM PORTUGAL.

(SEGUE BVU)

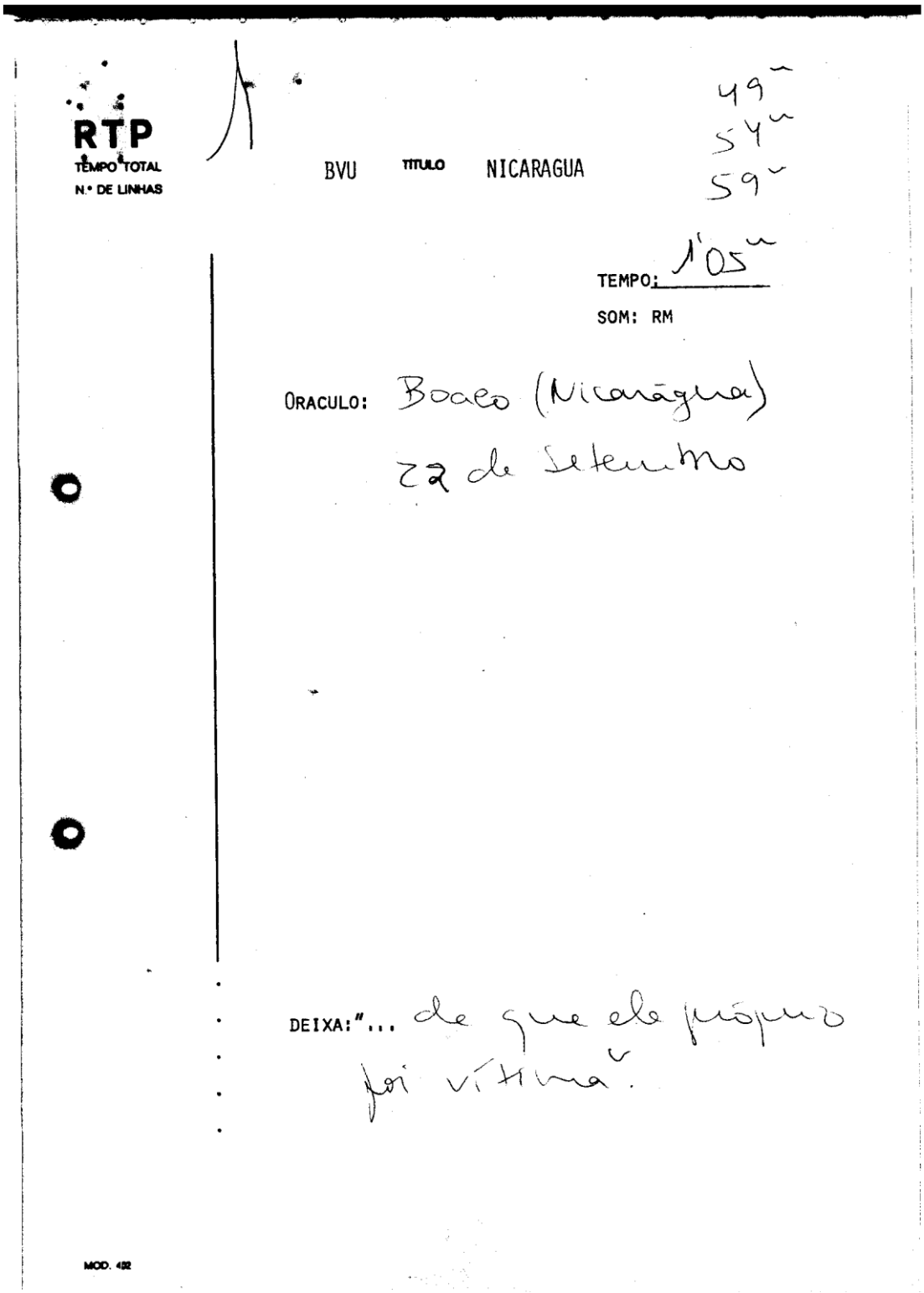
/MB

MOD. 401

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Anexo 3 - Exemplo de documento anexo a peça:

Figura 25- Documento correspondente a peça do Telejornal de 5 de outubro de 1984



RTP
TEMPO TOTAL
N.º DE LINHAS

BVU TITULO NICARAGUA

49"
54"
59"

TEMPO: 1'05"

SOM: RM

ORACULO: Boaco (Nicarágua)
22 de Setembro

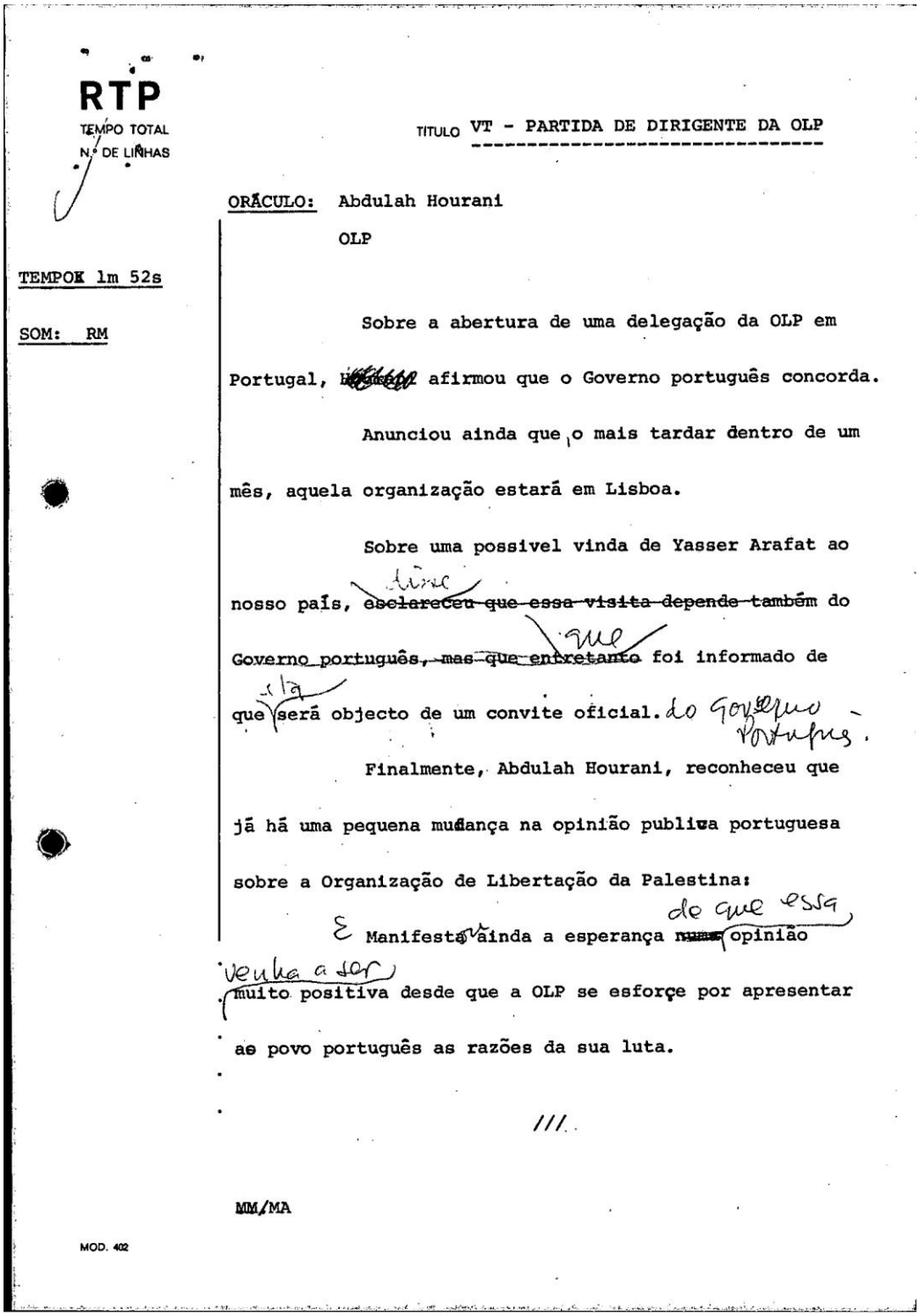
DEIXA:"... de que ele próprio foi vítima".

MOD. 432

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Anexo 4 - Exemplo de texto-off:

Figura 26- Off de peça do Jornal RTP1 de 29 de setembro de 1979



RTP

TEMPO TOTAL
Nº DE LINHAS

TÍTULO VT - PARTIDA DE DIRIGENTE DA OLP

ORÁCULO: Abdulah Hourani
OLP

TEMPO: 1m 52s

SOM: RM

Sobre a abertura de uma delegação da OLP em Portugal, [illegible] afirmou que o Governo português concorda.

Anunciou ainda que o mais tardar dentro de um mês, aquela organização estará em Lisboa.

Sobre uma possivel vinda de Yasser Arafat ao nosso país, ~~esclareceu que essa visita depende também~~ disse do Governo português, ~~mas que entretanto~~ que foi informado de que ~~lhe~~ será objecto de um convite oficial. do Governo Português.

Finalmente, Abdulah Hourani, reconheceu que já há uma pequena mudança na opinião publica portuguesa sobre a Organização de Libertação da Palestina:

E Manifestou ainda a esperança ~~numa~~ de que essa opinião venha a ser muito positiva desde que a OLP se esforçe por apresentar ao povo português as razões da sua luta.

///

MM/MA

MOD. 402

Fonte: Arquivo Audiovisual da RTP

Anexo 5 - Exemplos de estatísticas de emissão:

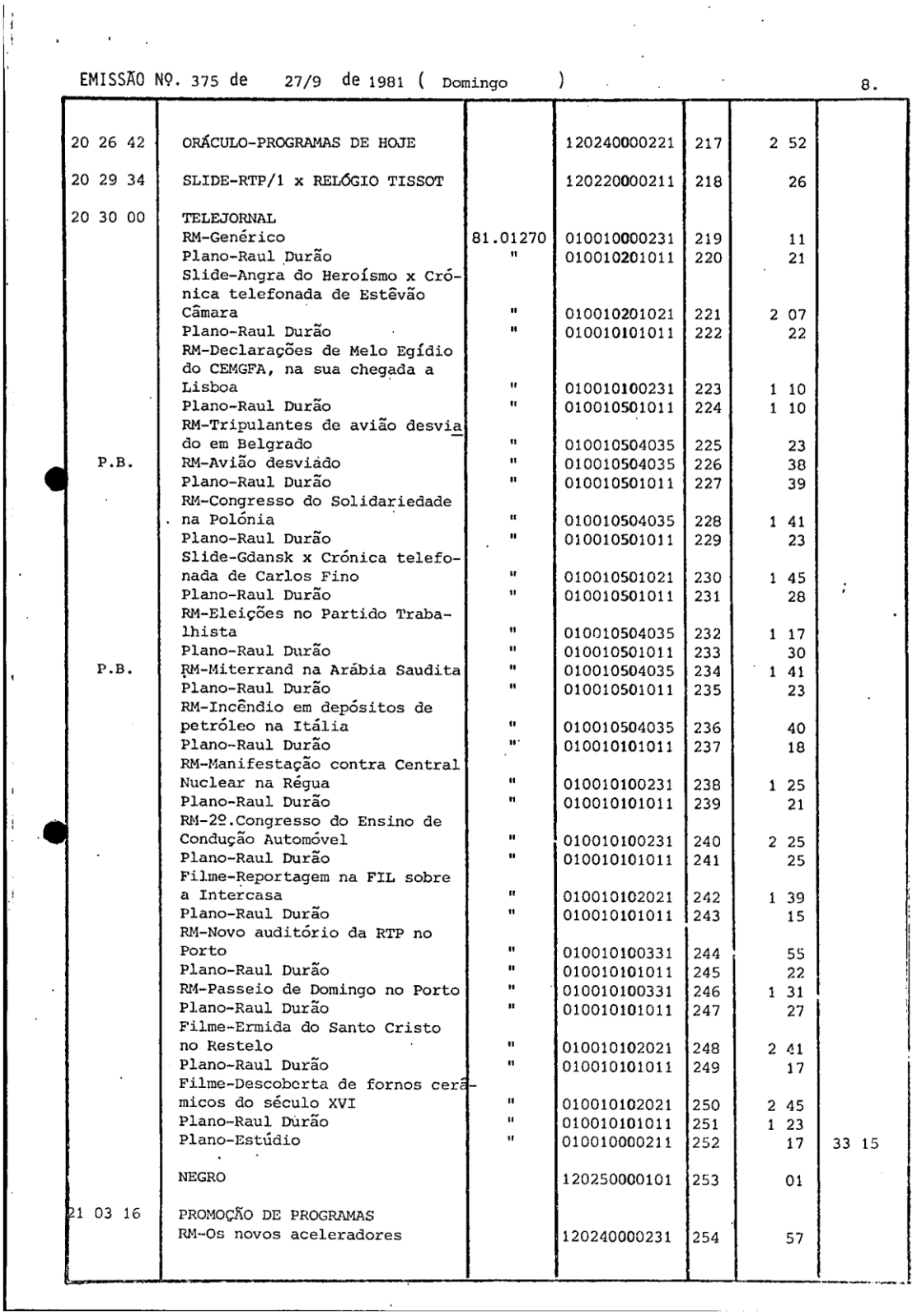
Figura 27- Página do relatório estatístico da emissão da RTP1 de 10 de setembro de 1979

EMISSÃO Nº. 482 de 10 de Setembro de 1979 — 3.

20 00 00	JORNAL-RTP/1					
	Filme-Genérico	79.01253	010010000221	60	18	
	Slide-Maria de Lurdes Pintasilgo	"	010010101021	61	14	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010501011	62	1 05	
	RM-De Londres-Crónica de Manuel Ricardo Ferreira	"	010010500231	63	2 08	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010501011	64	25	
	RM-Morte de dirigente iraniano	"	010010504035	65	1 20	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010501011	66	10	
	RM-Manifestação em San Sebastian	"	010010504035	67	30	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010501011	68	08	
	Filme-De Madrid-Pelo telefone Vasco Lourinho	"	010010502021	69	2 02	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010101011	70	2 38	
	Plano-Júlio Fernandes	"	010010601011	71	25	
	RM-Ténis-Nova Iorque Forst Hills	"	010010604035	72	2 07	
	Plano-Júlio Fernandes	"	010010301011	73	1 19	
	Slide-Oliveira-Jogador	"	010010301021	74	05	
	Plano-Júlio Fernandes	"	010010601011	75	07	
	RM-Futebol-Real Madrid/Valência	"	010010604035	76	1 29	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010101011	77	18	
	Filme-Construção Clandestina--Aveiro-Junto do porto marítimo	"	010010102022	78	3 29	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010101011	79	20	
	Filme-Novo sistema agrícola no Norte	"	010010102022	80	4 36	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010501011	81	04	
	Filme-Efeméride-Morte de Ronnie Peterson	"	010015000421	82	31	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010101011	83	17	
	Filme-Reportagem no Museu de Arte Antiga	"	010010102021	84	2 44	
	Slide-Informação Meteorológica	"	010010101021	85	12	
	Plano-Carlos Pinto Coelho	"	010010101011	86	12	
	Filme-Genérico	"	010010000221	87	23	29 35
20 29 35	MANUEL E BEATRIZ					
	Slide-Manuel e Beatriz	79.07472	070120000221	88	11	
	Filme-Gradualmente	"	070120006621	89	2 04	2 15
20 31 50	FILME-LEGENDA RTP/1		980010000121	90	05	
20 31 55	PUBLICIDADE BLOCO E					
	Rical		980102806621	91	08	
	Nido		980122206621	92	20	
	Steradent		980101906621	93	08	
	Cálem		980123406621	94	20	
	Prevenção Rodoviária		980169906621	95	50	
	Sonasol		980101106621	96	08	
	Sagres-Televisão		980103406621	97	08	
	Molvenor		980103606621	98	08	
	Olá		980132206621	99	30	
	Gillette/Aktiv		980112306621	100	15	2 55

Fonte: RTP – Gestão de Património: Museologia e Documentação

Figura 28- Página do relatorio estatistico da emissao da RTP1 de 27 de setembro de 1981



EMISSÃO Nº. 375 de 27/9 de 1981 (Domingo) 8.

20 26 42	ORÁCULO-PROGRAMAS DE HOJE		120240000221	217	2 52	
20 29 34	SLIDE-RTP/1 x RELÓGIO TISSOT		120220000211	218	26	
20 30 00	TELEJORNAL					
	RM-Genérico	81.01270	010010000231	219	11	
	Plano-Raul Durão	"	010010201011	220	21	
	Slide-Angra do Heroísmo x Crónica telefonada de Estêvão Câmara	"	010010201021	221	2 07	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	222	22	
	RM-Declarações de Melo Egídio do CEMGFA, na sua chegada a Lisboa	"	010010100231	223	1 10	
	Plano-Raul Durão	"	010010501011	224	1 10	
	RM-Tripulantes de avião desviado em Belgrado	"	010010504035	225	23	
P.B.	RM-Avião desviado	"	010010504035	226	38	
	Plano-Raul Durão	"	010010501011	227	39	
	RM-Congresso do Solidariedade na Polónia	"	010010504035	228	1 41	
	Plano-Raul Durão	"	010010501011	229	23	
	Slide-Gdansk x Crónica telefonada de Carlos Fino	"	010010501021	230	1 45	
	Plano-Raul Durão	"	010010501011	231	28	
	RM-Eleições no Partido Trabalhista	"	010010504035	232	1 17	
	Plano-Raul Durão	"	010010501011	233	30	
P.B.	RM-Miterrand na Arábia Saudita	"	010010504035	234	1 41	
	Plano-Raul Durão	"	010010501011	235	23	
	RM-Incêndio em depósitos de petróleo na Itália	"	010010504035	236	40	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	237	18	
	RM-Manifestação contra Central Nuclear na Régua	"	010010100231	238	1 25	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	239	21	
	RM-2º.Congresso do Ensino de Condução Automóvel	"	010010100231	240	2 25	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	241	25	
	Filme-Reportagem na FIL sobre a Intercasa	"	010010102021	242	1 39	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	243	15	
	RM-Novo auditório da RTP no Porto	"	010010100331	244	55	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	245	22	
	RM-Passeio de Domingo no Porto	"	010010100331	246	1 31	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	247	27	
	Filme-Ermida do Santo Cristo no Restelo	"	010010102021	248	2 41	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	249	17	
	Filme-Descoberta de fornos cerâmicos do século XVI	"	010010102021	250	2 45	
	Plano-Raul Durão	"	010010101011	251	1 23	
	Plano-Estúdio	"	010010000211	252	17	33 15
	NEGRO		120250000101	253	01	
21 03 16	PROMOÇÃO DE PROGRAMAS					
	RM-Os novos aceleradores		120240000231	254	57	

Fonte: RTP – Gestão de Património: Museologia e Documentação